



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

EDITAL Nº 1/63

O doutor RUBEM MORITZ DA COSTA, Procurador Geral do Estado de Santa Catarina, em exercício, no uso de suas atribuições e na forma da lei, etc.

Faz saber aos que o presente edital virem e a quem interessar possa que, de acordo com as normas estabelecidas pelo "Regulamento do Concurso para ingresso à carreira do Ministério Público", publicado no "Diário Oficial" do Estado, em 21 de fevereiro de 1962, acha-se aberta, com o prazo de vinte (20) dias, contados da data da publicação deste edital, no órgão oficial, a inscrição para o concurso destinado ao provimento do cargo de Promotor Público.

Os pedidos de inscrição serão dirigidos ao Procurador Geral do Estado e entregues na Secretaria do Ministério Público, na Procuradoria Geral.

São requisitos para a inscrição:

- I - Ser inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil;
- II - ter sanidade física e mental; apurada em inspeção perante junta médica do Departamento de Saúde Pública do Estado;
- III - possuir idoneidade moral, comprovada através de atestado passado por autoridade judiciária e órgão do Ministério Público, das comarcas onde haja exercido atividade forense nos dois últimos anos;

IV - possuir, no mínimo, dois anos de prática forense;

V - comprovar vacinação anti-variólica;

VI - quitação eleitoral;

VII - quitação militar;

VIII - quitação escolar;

IX - contar, no máximo, quarenta (40) anos, na data do encerramento da inscrição.

OBSERVAÇÃO: Se o candidato fôr funcionário público do Estado, poderá inscrever-se, desde que conte, no máximo, quarenta e cinco (45) anos de idade (Art. 49 e parágrafo único da Lei Orgânica do Ministério Público).

As provas do concurso abrangerão: Direito Civil, Direito Penal, Direito Processual Civil, Direito Processual Penal, Direito Constitucional, Direito do Trabalho e Direito Administrativo, versando as questões sobre as matérias abaixo relacionadas:

I - DIREITO CIVIL

Apreciação geral sobre o Código Civil Brasileiro — Lei de introdução — Das pessoas — Dos bens — Dos fatos jurídicos — Do Direito de família — Dos Direitos das coisas — Dos contratos — Da sucessão — Registros Públicos — Legislação de Menores — Legislação de acidentes do trabalho.

II - DIREITO PENAL

Crime e contravenção — Dólo — Culpa — Tentativa — Concurso formal e material — Tipicidade — A lei penal no tempo e no espaço — Responsabilidade Penal — Co-autoria — Imunidade e indenidade penal — Causas excludentes da criminalidade — Penas principais aplicáveis aos crimes e às contravenções — Critérios para a sua dosagem-

Penas acessórias — Efeitos da condenação — Medidas de segurança no crime e na contravenção — Suspensão condicional da pena — Livramento condicional da pena — Extinção da punibilidade — Crimes contra a vida — Lesões corporais — Homicídio — Periclitacão da vida e da saúde — Riixa — Crimes contra a honra — Crimes contra a liberdade pessoal e contra a inviolabilidade de domicílio e da correspondência — Crimes contra o patrimônio — Crimes contra a economia popular — Usura — Crimes contra os costumes e a família — Crimes contra a fé pública — Crimes contra a administração pública — Crimes de imprensa — Crimes contra a segurança do Estado.

III - DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Lei de organizaçãõ judiciária do Estado de Santa Catarina — Lei Orgânica do Ministério Público de Santa Catarina — Princípios gerais de processo civil — Da ação — Do procedimento ordinário, especial e acessório — Dos recursos — Da execução de sentença — Processo de acidente do trabalho — Processo nas falências e concordatas — Processo nas desapropriações por necessidade ou utilidade pública.

IV - DIREITO PROCESSUAL PENAL

Prisão em flagrante — Fiança — Inquérito Policial — Processo das contravenções — Da ação penal pública e privada — Da competência — Das questões e processos incidentes — Da prova — Do Juiz, do Ministério Público, da defesa, dos assistentes e dos auxiliares da Justiça — Crimes da competência do Tribunal do Júri e o seu processo — Tribunais especiais para os crimes de imprensa e contra a economia popular — Crimes punidos com a pena de reclusão e detençaõ — Processo nas contravenções — A-

ções anti-sociais praticadas por menores — Dos processos especiais — Dos recursos em geral e em espécie — Das nulidades — Da execução da pena e seus incidentes — Da graça, do indulto, da anistia e da reabilitação.

V - DIREITO CONSTITUCIONAL

Direito constitucional — Noções — Relações — Da organização federal — Poder legislativo — Poder Executivo — Poder Judiciário — Justiça dos Estados — Do Ministério Público — Da declaração de direitos — Da ordem econômica e social — Das forças armadas e dos funcionários públicos — Sistema eleitoral — Dos partidos políticos — Sistema tributário brasileiro.

VI - DIREITO DO TRABALHO

Identificação profissional — Duração do trabalho — Salário mínimo — Férias — Higiene e segurança do trabalho — Proteção do trabalho da mulher — Proteção do trabalho do menor — Contrato individual de trabalho — Processo judiciário do trabalho.

VII - DIREITO ADMINISTRATIVO

Do direito administrativo — Noção — Relações — Dos atos e dos contratos administrativos — Da função pública e o seu regime jurídico — Dos servidores públicos — Da administração descentralizada — Sociedade de economia mista — Empresas públicas — Das concessões de serviços públicos — Dos bens públicos — Do poder de polícia — Responsabilidade do Estado e dos funcionários — Justiça administrativa no Brasil.

A data e o local das provas serão oportunamente divulgados.

Dado e passado nesta cidade de Florianópolis ,

= 5 =

aos cinco dias do mês de março do ano de mil novecentos e sessenta e três. Eu, Cecília Cordeiro Dutra, Secretário do Ministério Público, em exercício, o lavrei.



RUBEM MORITZ DA COSTA

PROCURADOR GERAL DO ESTADO, EM EXERCÍCIO

de 11-3-1963

Edital n. 1/63

O doutor Rubem Moritz da Costa, Procurador Geral do Estado de Santa Catarina, em exercício, no uso de suas atribuições e na forma da lei etc.

Faz saber aos que o presente edital virem e a quem interessar possa que, de acordo com as normas estabelecidas pelo "Regulamento de Concurso para ingresso à carreira do Ministério Público" publicado no "Diário Oficial" do Estado, em 21 de fevereiro de 1962, acha-se aberta, com o prazo de vinte (20) dias, contados da data da publicação deste edital, no órgão oficial, a inscrição para o concurso destinado ao provimento do cargo de Promotor Público.

Os pedidos de inscrição serão dirigidos ao Procurador Geral do Estado e entregues na Secretaria do Ministério Público, na Procuradoria Geral.

São requisitos para a inscrição:

I — Ser inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil;

II — ter sanidade física e mental apurada em inspeção perante junta médica do Departamento de Saúde Pública do Estado;

III — possuir idoneidade moral, comprovada através de atestado passado por autoridade judiciária e órgão do Ministério Público, das comarcas onde haja exercido atividade profissional nos dois últimos anos;

IV — possuir, no mínimo, dois anos de prática forense;

V — comprovar vacinação anti-variolosa;

VI — quitação eleitoral;

VII — quitação militar;

VIII — quitação escolar;

IX — contar no máximo quarenta (40) anos, na data do encerramento da inscrição.

Observação: Se o candidato for funcionário público do Estado, poderá inscrever-se, desde que conte, no máximo, quarenta e cinco (45) anos de idade (Art. 49, e parágrafo único da Lei Orgânica do Ministério Público).

As provas do concurso abrangem: Direito Civil, Direito Penal, Direito Processual Civil, Direito Processual Penal, Direito Constitucional, Direito do Trabalho e Direito Administrativo, versando as questões sobre as matérias abaixo relacionadas:

I — Direito Civil

Apreciação geral sobre o Código Civil Brasileiro — Lei de Introdução — Das pessoas — Dos bens — Dos fatos jurídicos — Do Direito de família — Dos Direitos das coisas — Dos contratos — Da sucessão — Registros Públicos — Legislação de menores — Legislação de acidente do trabalho.

II — Direito Penal

Crime e contravenção — Dolo — Culpa — Tentativa — Concurso formal e material — Tipicidade — A lei penal no tempo e no espaço — Responsabilidade Penal — Co-autoria — Inimidade e indenidade penal — Causas excludentes da criminalidade — Penas principais aplicáveis aos crimes e as contravenções — Critérios para a sua dosagem — Penas acessórias — Efeitos da condenação — Medidas de segurança no crime e na contravenção — Suspensão condicional da pena — Livramento condicional da pena — Extinção da punibilidade — Crimes contra a vida — Lesões corporais — Homicídio — Periclitação da vida e da saúde — Rixa — Crimes contra a honra — Crimes contra a liberdade pessoal e contra a inviolabilidade de domicílio e da correspondência — Crimes contra o patrimônio — Crimes contra a economia popular — Usura — Crimes contra os costumes e a família — Crimes contra a fé pública — Crimes contra a administração pública — Crimes de imprensa — Crimes contra a segurança do Estado.

III — Direito Processual Civil

Lei de Organização Judiciária do Estado de Santa Catarina — Lei Orgânica do Ministério Público de Santa Catarina — Princípios gerais de processo civil — Da ação — Do procedimento ordinário especial e acessório — Dos recursos — Da execução de sentença — Processo de acidente do trabalho — Processo nas falências e concordatas — Processo nas desapropriações por necessidade ou utilidade pública.

IV — Direito Processual Penal

Prisão em flagrante — Fiança — Inquérito Policial — Processo das contravenções — Da ação penal pública e privada — Da competência — Das questões e processos incidentes — Da prova — Do Juiz, do Ministério Público, da defesa, dos assistente e dos auxiliares da Justiça — Crimes da competência do Tribunal do Júri e o seu processo — Tribunais especiais para os crimes de imprensa e contra a economia popular — Crimes punidos com a pena de reclusão e detenção — Processo nas contravenções — Ações anti-sociais praticadas por menores — Dos processos especiais — Dos recursos em geral e em espécie — Das nulidades — Da execução da pena e seus incidentes — Da graça, do indulto, da anistia e da reabilitação.

V — Direito Constitucional

Direito constitucional — Nações — Relações — Da organização federal — Poder Legislativo — Poder Executivo — Poder Judiciário — Justiça dos Estados — Do Ministério Público — Da declaração de direitos — Da ordem econômica e social — Das forças armadas e dos funcionários públicos — Sistema eleitoral — Dos partidos políticos — Sistema tributário brasileiro.

VI — Direito do Trabalho

Identificação profissional — Duração do trabalho — Salário mínimo — Férias — Higiene e segurança do trabalho — Proteção do trabalho da mulher — Proteção do trabalho do menor — Contrato individual de trabalho — Processo judiciário do trabalho.

VII — Direito Administrativo

Do Direito Administrativo — Noção — Relações — Dos atos e dos contratos administrativos — Da função pública e seu regime jurídico — Dos servidores públicos — Da administração descentralizada — Sociedade de economia mista — Empresas públicas — Das concessões de serviços públicos — Dos bens públicos — Do poder de polícia — Responsabilidade do Estado e dos funcionários — Justiça administrativa no Brasil.

A data e o local das provas serão oportunamente divulgados.

Dado e passado nesta cidade de Florianópolis, aos cinco dias do mês de março do ano de mil novecentos e sessenta e três. Eu, Cecília Cordeiro Dutra, secretário do Ministério Público, em exercício, o lavrei.

Rubem Moritz da Costa, Procurador Geral do Estado, em exercício.
(8-1)

e de 11-3-1963

Edital n. 1/63

O doutor Rubem Moritz da Costa, Procurador Geral do Estado de Santa Catarina, em exercício, no uso de suas atribuições e na forma da lei etc.

Faz saber aos que o presente edital virem e a quem interessar possa que, de acôrdo com as normas estabelecidas pelo "Regulamento do Concurso para ingresso à carreira do Ministério Público" publicado no "Diário Oficial" do Estado, em 21 de fevereiro de 1962, acha-se aberta, com o prazo de vinte (20) dias, contados da data da publicação deste edital, no órgão oficial, a inscrição para o concurso destinado ao provimento do cargo de Promotor Público.

Os pedidos de inscrição serão dirigidos ao Procurador Geral do Estado e entregues na Secretaria do Ministério Público, na Procuradoria Geral.

São requisitos para a inscrição:

I — Ser inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil;

II — ter sanidade física e mental apurada em inspeção perante junta médica do Departamento de Saúde Pública do Estado;

III — possuir idoneidade moral, comprovada através de atestado passado por autoridade judiciária e órgão do Ministério Público, das comarcas onde haja exercido atividade profissional nos dois últimos anos;

IV — possuir, no mínimo, dois anos de prática forense;

V — comprovar vacinação anti-varicélica;

VI — quitação eleitoral;

VII — quitação militar;

VIII — quitação escolar;

IX — contar no máximo quarenta (40) anos, na data do encerramento da inscrição.

Observação: Se o candidato for funcionário público do Estado, poderá inscrever-se, desde que conte, no máximo, quarenta e cinco (45) anos de idade (Art. 49, e parágrafo único da Lei Orgânica do Ministério Público).

As provas do concurso abrangem: Direito Civil, Direito Penal, Direito Processual Civil, Direito Processual Penal, Direito Constitucional, Direito do Trabalho e Direito Administrativo, versando as questões sobre as matérias abaixo relacionadas:

I — Direito Civil

Apreciação geral sobre o Código Civil Brasileiro — Lei de Introdução — Das pessoas — Dos bens — Dos fatos jurídicos — Do Direito de família — Dos Direitos das coisas — Dos contratos — Da sucessão — Registros Públicos — Legislação de menores — Legislação de acidente do trabalho.

II — Direito Penal

Crime e contravenção — Dolo — Culpa — Tentativa — Concurso formal e material — Tipicidade — A lei penal no tempo e no espaço — Responsabilidade Penal — Co-autoria — Imunidade e indenidade penal — Causas excludentes da criminalidade — Penas principais aplicáveis aos crimes e as contravenções — Critérios para a sua dosagem — Penas acessórias — Efeitos da condenação — Medidas de segurança no crime e na contravenção — Suspensão condicional da pena — Livramento condicional da pena — Extinção da punibilidade — Crimes contra a vida — Lesões corporais — Homicídio — Periclitacao da vida e da saúde — Rixa — Crimes contra a honra — Crimes contra a liberdade pessoal e contra a inviolabilidade de domicílio e da correspondência — Crimes contra o patrimônio — Crimes contra a economia popular — Usura — Crimes contra os costumes e a família — Crimes contra a fé pública — Crimes contra a administração pública — Crimes de imprensa — Crimes contra a segurança do Estado.

III — Direito Processual Civil

Lei de Organização Judiciária do Estado de Santa Catarina — Lei Orgânica do Ministério Público de Santa Catarina — Princípios gerais de processo civil — Da ação — Do procedimento ordinário especial e acessório — Dos recursos — Da execução de sentença — Processo de acidente do trabalho — Processo nas falências e concordatas — Processo nas desapropriações por necessidade ou utilidade pública.

IV — Direito Processual Penal

Prisão em flagrante — Fiança — Inquérito Policial — Processo das contravenções — Da ação penal pública e privada — Da competência — Das questões e processos incidentes — Da prova — Do Juiz, do Ministério Público, da defesa, dos assistente e dos auxiliares da Justiça — Crimes da competência do Tribunal do Júri e o seu processo — Tribunais especiais para os crimes de imprensa e contra a economia popular — Crimes punidos com a pena de reclusão e detenção — Processo nas contravenções — Ações anti-sociais praticadas por menores — Dos processos especiais — Dos recursos em geral e em espécie — Das nulidades — Da execução da pena e seus incidentes — Da graça, do indulto, da anistia e da reabilitação.

V — Direito Constitucional

Direito constitucional — Nações — Relações — Da organização federal — Poder Legislativo — Poder Executivo — Poder Judiciário — Justiça dos Estados — Do Ministério Público — Da declaração de direitos — Da ordem econômica e social — Das forças armadas e dos funcionários públicos — Sistema eleitoral — Dos partidos políticos — Sistema tributário brasileiro.

VI — Direito do Trabalho

Identificação profissional — Duração do trabalho — Salário mínimo — Férias — Higiene e segurança do trabalho — Proteção do trabalho da mulher — Proteção do trabalho do menor — Contrato individual de trabalho — Processo judiciário do trabalho.

VII — Direito Administrativo

Do Direito Administrativo — Noção — Relações — Dos atos e dos contratos administrativos — Da função pública e seu regime jurídico — Dos servidores públicos — Da administração descentralizada — Sociedade de economia mista — Empresas públicas — Das concessões de serviços públicos — Dos bens públicos — Do poder de polícia — Responsabilidade do Estado e dos funcionários — Justiça administrativa no Brasil.

A data e o local das provas serão oportunamente divulgados.

Dado e passado nesta cidade de Florianópolis, aos cinco dias do mês de março do ano de mil novecentos e sessenta e três. Eu, Cecília Cordeiro Dutra, secretário do Ministério Público, em exercício, o lavrei.

Rubem Moritz da Costa, Procurador Geral do Estado, em exercício.
(8-1)

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

EDITAL Nº 2/63

O DOUTOR RUBEM MORITZ DA COSTA, Procurador Ge-
ral do Estado, em exercício, no uso das atribuições que lhe
são conferidas pelo artigo 9º, III, letra "d", da Lei nº
2.913, de 21 de novembro de 1961 (Lei Orgânica do Ministério
Público), leva ao conhecimento dos interessados que o
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO deferiu a inscrição
ao Concurso de Ingresso à Carreira do Ministério Público
dos seguintes candidatos: drs. Érico Borges, Hernani Mano-
el Lemos de Farias, Nilo Rio Bastos, Jairo Borges Sprotte,
Mário Edgar Wolff, Paulo Huascar Viana, Oldemar de Olivei-
ra Carvalho, Nuno de Campos, Walberto Schmidt, Amaury Gui-
marães Born e Ayres Cesário Pereira.

Comunica, outrossim, que as provas terão iní-
cio no dia 18 (dezoito) do corrente, às 8 (oito) horas, em
uma das salas da Procuradoria Geral do Estado.

Dado e passado nesta cidade de Florianópolis,
aos cinco dias do mês de abril do ano de mil novecentos e
sessenta e três. Eu, João Makowiecky, Secretário do Minis-
tério Público, o lavrei.



RUBEM MORITZ DA COSTA

Procurador Geral do Estado, em exercício

EDITAL N. 2/63

O doutor Rubem Moritz da Costa, Procurador Geral do Estado, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º III, letra "d", da lei n. 2.913, de 21 de novembro de 1961 (Lei Orgânica do Ministério Público), leva ao conhecimento dos interessados que o Conselho Superior do Ministério Público, deferiu a inscrição ao Concurso de Ingresso à Carreira do Ministério Público dos seguintes candidatos: drs. Érico Borges, Hernani Manoel Lemos de Farias, Nilo Rio Bastos, Jairo Borges Spröte, Mário Edgar Wolff, Paulo Huascar Viana, Oldemar de Oliveira Carvalho, Nuno de Campos, Walberto Schmidt, Amaruy Guimarães Born e Ayres Cesário Pereira.

Comunica, outrossim, que as provas terão início no dia 18 (dezoito) do corrente, às 8 (oito) horas, em uma das salas da Procuradoria Geral do Estado.

Dado e passado nesta cidade de Florianópolis, aos cinco dias do mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e três. Eu, João Makowiecky, Secretário do Ministério Público, o lavrei.

Rubem Moritz da Costa, Procurador Geral do Estado, em exercício.

EDITAL DE CONCURSO Nº 001/2000

CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18, inciso XIV, "a", da Lei Complementar Estadual n.º 197, de 13 de julho de 2000, faz saber, a quem interessar possa, que se acham abertas, pelo prazo de sessenta (60) dias, a partir da publicação deste edital, as inscrições para o Concurso Público de Provas e Títulos, visando ao provimento de cargos de Promotor de Justiça Substituto, conforme disposições abaixo.

I - DA INSCRIÇÃO PROVISÓRIA

1 - A inscrição provisória será recebida pela Secretaria da Comissão de Concurso, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, localizada na Rua Bocaiúva, 1.750 - Centro Executivo Casa do Barão - Torre B, na cidade de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, no período das 13 às 18 horas, de segunda a sexta-feira.

2 - O requerimento de inscrição, a ser fornecido no local acima indicado, preenchido pelo candidato ou por procurador habilitado, dirigido ao Presidente da Comissão de Concurso, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- a) prova de nacionalidade brasileira, através de fotocópia autenticada da cédula de identidade ou documento equivalente;
- b) título de bacharel em Direito, em escola pública ou reconhecida pelos órgãos oficiais de ensino, devidamente registrado, através de fotocópia autenticada do documento, ou, no caso de recém-formado, por certidão de colação de grau e de encaminhamento do diploma para registro;
- c) formulário de caráter reservado, devidamente preenchido pelo candidato, que será entregue pela Comissão de Concurso no ato da inscrição;
- d) comprovante do recolhimento da taxa de inscrição, no valor de R\$ 100,00 (cem reais), a ser efetuado no Banco do Estado de Santa Catarina S/A - BESC, agência 068-0 (CONAG), situada na Rua Artista Bittencourt, nº 179 - Florianópolis, conta n.º 058.110-3 - Fundo Especial do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público-SC;
- e) duas fotos recentes, no tamanho 3x4.

3 - Encerrado o prazo, a relação dos candidatos admitidos ao processo seletivo preambular, com a indicação do dia, hora, local e tempo de duração da prova correspondente, será publicada no Diário da Justiça do Estado.

II - DO PROCESSO SELETIVO PREAMBULAR

1 - O processo seletivo preambular, de caráter eliminatório, consistirá em uma prova escrita sobre conhecimentos gerais da Língua Portuguesa, Direito e sobre as realidades étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do Estado de Santa Catarina, contendo questões de múltipla escolha e apuração padronizada.

2 - A prova preambular terá duração de 5 (cinco) horas, com início às 8 horas.

3 - O conteúdo programático específico da prova preambular consta do item VIII deste edital.

4 - Durante a prova só será permitido ao candidato a consulta à legislação não comentada ou anotada com dados de jurisprudência, observadas as orientações da Comissão.

5 - Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem as maiores médias, até o total de 20% do número de candidatos que tenham realizado a prova, e desde que tenham estes obtido pelo menos 20% de acerto nas questões de Língua Portuguesa e de conhecimentos gerais sobre a realidade catarinense e, no mínimo, 50% de acertos nas questões de Direito, que serão computados com peso 2 (dois), sendo que, havendo candidatos empatados com a mesma média na última posição dos classificados, serão todos admitidos, ainda que ultrapassado o limite acima estabelecido.

6 - Do gabarito da prova seletiva preambular, no prazo de 2 (dois) dias, contados da publicação do resultado no Diário da Justiça do Estado, poderão os candidatos interpor recurso para a Comissão de Concurso, a ser julgado em instância única, no prazo de 3 (três) dias.

7 - Para a finalidade prevista no item anterior, aos candidatos que requererem, será fornecida cópia da prova matriz aplicada pela Comissão de Concurso.

III - DA INSCRIÇÃO DEFINITIVA

1 - O candidato aprovado no processo seletivo preambular deverá requerer sua inscrição definitiva dentro dos 10 (dez) dias seguintes à publicação do resultado no Diário da Justiça do Estado.

2 - O requerimento, conforme modelo a ser fornecido, dirigido ao Presidente da Comissão de Concurso, preenchido pelo candidato, deverá ser apresentado na Secretaria da Comissão, instruído com a seguinte documentação complementar:

- a) atestado de idoneidade moral subscrito por 2 (dois) ou mais membros do Ministério Público;
- b) atestado de saúde física e mental subscrito por 2 (dois) ou mais médicos;
- c) certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Comum, Estadual e Federal, assim como da Justiça Eleitoral e Militar, expedidas por órgãos com jurisdição no(s) local(ais) de residência do candidato, nos últimos 5 (cinco) anos;
- d) prova de quitação das obrigações eleitorais e militares.

3 - O requerimento de inscrição definitiva será apensado ao da inscrição provisória e, somente após a investigação sobre os aspectos da vida moral e social do candidato, sobre ele decidirá a Comissão de Concurso.

4 - A rejeição do pedido de inscrição definitiva poderá ter por fundamento o resultado da investigação referida anteriormente, malgrado o preenchimento dos requisitos formais exigidos e especificados no item 2 (dois).

5 - Terminado o julgamento, os candidatos que tiverem deferidas suas inscrições definitivas serão convocados, através de publicação no Diário da Justiça do Estado, para a prestação das provas escritas previstas no art. 20, inciso II, da Resolução nº 003/96-CSMP, alterada pela Resolução nº 001/2000-CSMP - Regulamento do Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público, com a indicação do dia, hora, local e tempo de duração.

IV - DAS PROVAS ESCRITAS DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO

1 - As provas escritas, de caráter eliminatório, compreenderão dois grupos de provas de respostas subjetivas, compostas de questões teóricas e práticas, realizadas isolada e sucessivamente, na forma que segue:

GRUPO I – Direito Penal e Direito Processual Penal, inclusive matéria envolvendo questões relativas a direitos difusos e coletivos;

GRUPO II – Direito Civil, Direito Processual Civil, inclusive matéria envolvendo questões relativas a direitos difusos e coletivos, podendo constar, ainda, incursões incidentais sobre Direito Constitucional, Direito Tributário, Direito Administrativo e Direito da Criança e do Adolescente.

2 - Os temas específicos, sobre os quais versarão as questões, estão relacionados no item VIII deste edital.

3 - Na execução das provas só se permitirá ao candidato a utilização de máquina de escrever própria, caneta azul ou preta e consulta à legislação não comentada ou anotada com dados de jurisprudência, observadas as orientações da Comissão.

4 - Na correção e julgamento das provas escritas dos Grupos I e II, previstas no art. 20, inciso II, da Resolução nº 003/96-CSMP, alterada pela Resolução nº 001/2000-CSMP - Regulamento do Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público, serão atribuídas, pelos respectivos examinadores, notas de 0 (zero) a 10 (dez), levando-se em conta, além do acerto das respostas, o conhecimento do vernáculo e a capacidade teórica e prática na exposição do pensamento.

5 - Somente será admitido à prova oral o candidato que obtiver, em cada Grupo das provas escritas de conhecimento específico, nota igual ou superior a 5 (cinco).

6 - Os candidatos aprovados nas provas escritas de conhecimento específico serão convocados à prestação de exame psicotécnico, entrevista e prova oral, conforme publicação a ser feita no Diário da Justiça do Estado, com indicação do dia, hora e local da realização dos atos.

7 - Publicado o resultado no Diário da Justiça do Estado, qualquer candidato poderá interpor recurso no prazo de 2 (dois) dias, contados da publicação, podendo, para tanto, ter vista das provas na Secretaria do Concurso por uma única vez.

8 - O recurso, dirigido ao Presidente da Comissão de Concurso, será indeferido, liminarmente, se:

I - interposto fora dos prazos previstos no Regulamento do Concurso;

II - não evidenciar o legítimo interesse e o prejuízo sofrido pelo candidato recorrente;

III - proposto em desacordo com o estabelecido no § 4º do artigo 32 da Resolução nº 003/96-CSMP, alterada pela Resolução nº 001/2000-CSMP - Regulamento do Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público.

9 - O recurso interposto será julgado em instância única, no prazo de 3 (três) dias, determinando-se a publicação de novo edital no caso de provimento.

V - DO EXAME PSICOTÉCNICO E DA ENTREVISTA

1 - O exame psicotécnico será realizado por especialistas integrantes do Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça, ou por esta credenciados.

2 - Após a realização do exame psicotécnico, a Comissão de Concurso entrevistará o candidato sobre sua vida individual e familiar, o seu relacionamento social e as atividades que exerce, observando a sua capacidade de expressão e tendo sempre os dados constantes de seu prontuário.

3 - O resultado do exame psicotécnico e da entrevista, realizados antes da prova oral, servirá de subsídio para o julgamento final do concurso.

VI - DA APRESENTAÇÃO DOS TÍTULOS

1 - Sob pena de preclusão, os títulos demonstrativos da capacidade do candidato, acompanhados de *curriculum vitae*, deverão ser entregues ao Presidente da Comissão de Concurso por ocasião da realização da entrevista.

2 - Consideram-se títulos, com valoração respectiva:

a) diploma ou certificado de curso de doutorado ou livre-docência na área do Direito: 5 pontos;

b) diploma ou certificado de curso de mestrado na área do Direito: 4 pontos;

c) exercício de cargo na carreira do Ministério Público ou da Magistratura: 4 pontos;

d) diploma ou certificado de curso de especialização (pós-graduação) na área do Direito: 3 pontos;

e) certificado de conclusão de curso promovido por Escola do Ministério Público ou da Magistratura: 3 pontos; *Reconhecida pela Administração Superior*

f) obra publicada, de autoria individual e de reconhecido valor científico para as ciências jurídicas: 2 pontos;

g) exercício de magistério superior na área do Direito: 2 pontos;

h) exercício de cargo ou função técnico-jurídica privativa de bacharel em Direito, em órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal: 1 ponto;

i) certificado de aproveitamento nas funções de estagiário do Ministério Público: 1 ponto.

3 - Os títulos referidos na letra "f" do número anterior serão oferecidos em exemplar datilografado ou impresso, comprovada, de modo inequívoco, sua autenticidade, sendo os demais comprovados por meio de certidões ou cópias conferidas, podendo a Comissão de Concurso determinar a exibição do original na Secretaria, visando nova conferência.

4 - Os títulos terão notas meramente classificatórias.

VII - DA PROVA ORAL

1 - A prova oral versará sobre questões de Direito compreendidas no contexto temático definido pelo art. 4º da Resolução nº 003/98-CSMP, alterada pela Resolução nº 001/2000-CSMP - Regulamento do Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público, devendo a Comissão elaborar tantos pontos distintos quantos forem os candidatos habilitados à realização da prova oral.

2 - O candidato sorteará o ponto sobre o qual será argüido no momento em que for chamado perante a Comissão para prestar a prova oral.

3 - O membro da Comissão examinadora, ao concluir a arguição de cada candidato, cuja duração não poderá ser superior a 30 (trinta) minutos, atribuir-lhe-á nota na graduação de 0 (zero) a 10 (dez), atendendo ao mérito das respostas, para aferição do qual deverão ser levados em conta o nível de acerto e precisão jurídica, a adequação de linguagem e a segurança demonstrados pelo candidato.

4 - Considerar-se-á habilitado na prova oral o candidato que obtiver média aritmética igual ou superior a 5 (cinco), calculada com base nas notas que lhe foram atribuídas por cada um dos membros da Comissão que o argüiram.

VIII - DO PROGRAMA

1 - **CONHECIMENTOS GERAIS DA LÍNGUA PORTUGUESA:** Ortografia: acentuação gráfica. Pontuação. Verbo (tempo, modo, pessoa). Colocação pronominal. Concordância verbal. Concordância nominal. Regência verbal. Regência nominal. Crase.

2 - **REALIDADES ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA:** A ocupação, exploração e povoamento do território catarinense: Os primeiros contatos dos europeus com os indígenas; O reconhecimento e povoamento do litoral e do planalto; As imigrações e migrações; colorizações – estabelecimento e expansão. Economia, Política e Quadro Social: A história política e administrativa em Santa Catarina – da colonização à República; A escravidão e o preconceito; A configuração de um novo espaço econômico, político e social no século XIX; A evolução econômica-social: de subsistência à subsidiária; o rural e o

urbano; a industrialização; política de urbanização e a modernidade; Os movimentos e rebeliões político-sociais – século XIX e XX; Os impactos da 1ª Grande Guerra, do Estado Novo e da 2ª Grande Guerra em Santa Catarina; O modelo catarinense de desenvolvimento. Planos de Governo; A definição do território e a atualidade catarinense – Santa Catarina nas últimas décadas. As regiões geoeconômicas de Santa Catarina (formação, caracterização, delimitação, localização, abrangência, atividades): A região sul; O planalto; O vale do Itajaí; A região de Florianópolis; A região nordeste. O espaço catarinense: Dinâmica populacional: colonização, migrações, grupos étnicos, distribuição por sexo, faixa etária, atividades econômicas, ocupação; Estrutura urbana: crescimento e dinâmica das cidades no Estado; A produção artesanal e manufatureira no Estado; O comércio e serviços: oferta, distribuição e abrangências; A indústria: caracterização, fomento, aspectos econômicos, sociais e políticos; O turismo: sustentável e predatório; turismo como atividade econômica no Estado; A agricultura e a questão agrária em Santa Catarina: o debate sobre a questão agrária, os problemas agrários em Santa Catarina, a agricultura e o meio ambiente; A pesca em Santa Catarina: artesanal e industrial; Comunicação e transportes; O Mercosul: as iniciativas de integração e as contradições do Mercosul. O meio ambiente catarinense: Os conjuntos das paisagens naturais catarinenses: os aspectos físicos (relevo, vegetação, clima, hidrografia); As transformações do meio ambiente: uso do solo, manejo, industrialização, urbanização, fronteiras agrícolas; Os grandes problemas ambientais: poluição, desmatamento, cheias, manejo, violência, miséria, fome, água. A arte e a cultura catarinenses dos séculos XIX e XX: Os movimentos artísticos e literários em Santa Catarina; A educação em Santa Catarina; Tendências e impasses contemporâneos. O Poder Judiciário em Santa Catarina: sua organização e sua história.

3 - DIREITO PENAL: Lei de Introdução ao Código Penal. Código Penal: Parte Geral. Norma penal: conceito, fontes e classificação. Analogia. Hermenêutica Penal. Vigência e aplicação da lei penal. Crime: tipicidade, antijuridicidade, culpabilidade e todas as suas categorias. Pena e Medida de Segurança: combinação, aplicação e execução. Extinção da punibilidade. Reabilitação. Crimes em espécie previstos no Código Penal: contra a pessoa; contra o patrimônio; contra os costumes; contra a família; contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos; contra a incolumidade pública, paz, fé e administração pública. Crimes falimentares (Decreto-Lei n.º 7.661/45). Crimes de abuso de autoridade (Lei 4.898/65). Crimes de imprensa (Lei 5.250/67). Crimes de responsabilidade dos prefeitos e vereadores (Decreto-Lei n.º 201/67). Crimes da Lei Antitóxica (Lei 6.368/76). Crimes relativos ao parcelamento do solo urbano (Lei n.º 6.766/79). Crimes resultantes de preconceito de raça e cor (Lei n.º 7.716/89). Crimes contra a pessoa portadora de deficiência física (Lei n.º 7.853/89). Crimes hediondos (Leis n.ºs 8.072/90 e 8.930/94). Crimes contra a criança e o adolescente (Lei 8.069/90). Crimes contra o processo licitatório (Lei n.º 8.666/93). Crimes contra o consumidor, relações de consumo, economia popular e ordem econômica (Leis n.ºs 1.521/51, 8.078/90, 8.137/90, 8.176/91 e 9.080/95). Crimes contra o meio ambiente, fauna, flora, águas e pesca (Leis n.ºs 4.771/65, 5.197/67, 7.679/88, Decreto-Lei n.º 221/67 e 9.605/98). Crimes contra a propriedade industrial (Lei n.º 9.279/96). Crimes de Trânsito (Lei n.º 9.503/97). Crimes de Tortura (Lei n.º 9.455/97). Crimes de posse e porte ilegal de arma (Lei n.º 9.437/97). Crimes eleitorais (Leis n.ºs 4.737/65, 6.091/74 e 9.504/97). Crimes de remoção ilegal de órgãos, tecidos e partes do corpo humano (Lei n.º 9.434/97). Crimes contra a propriedade intelectual de programas de computador (Lei n.º 9.609/98). Crimes de lavagem de dinheiro (Lei n.º 9.613/98). Crimes relativos ao jogo do bingo (Lei n.º 9.615/98). Contravenções Penais (Decreto-Lei n.º 3.688/41).

4 - DIREITO PROCESSUAL PENAL: A Lei de Introdução ao Código de Processo Penal. Princípios gerais de Direito Processual Penal. Do inquérito policial. Da ação penal. Da ação civil. Da competência. Das questões e processos incidentes. Sequestro de bens (Decreto-Lei n.º 3.240/41). Da prova. Do Juiz e do Ministério Público. Do acusado, do seu defensor, do assistente, dos auxiliares da justiça. Da prisão e da liberdade provisória. Da prisão temporária (Lei n.º 7.960/89). Das citações e intimações. Da aplicação provisória de interdições de direitos e medidas de segurança. Da sentença. Do procedimento comum. Dos procedimentos especiais e sumários previstos no Código de Processo Penal (Decreto-Lei n.º 3.689/41) e nas Leis extravagantes. Das nulidades e dos recursos em geral. Do "habeas corpus". Do processo da execução penal (Leis n.ºs 7.210/84 e 9.460/97). Da graça, do indulto e da anistia. Disposições gerais do Código de Processo Penal. Da Lei dos Crimes Hediondos (Leis n.ºs 8.072/90, 8.930/94 e 9.695/98). Dos Juizados Especiais Criminais (Lei n.º 9.099/95). Da repressão ao crime organizado (Leis n.ºs 9.034/95 e 9.303/96). Da interceptação telefônica (Lei n.º 9.299/96). Da proteção a testemunhas (Lei n.º 9.807/99). Do mandado de segurança em matéria penal.

5 - DIREITO CIVIL: Lei de Introdução ao Código Civil. Das Pessoas. Dos Bens. Dos fatos jurídicos. Direito da Família: casamento e seus efeitos jurídicos, regime de bens entre os cônjuges,

anulação e nulidade do casamento, divórcio e separação judicial, união estável e seus efeitos jurídicos, tutela, curatela, ausência, relações de parentesco. Direito das Coisas. Direito das Obrigações. Direito das Sucessões. Registros Públicos: Lei nº 6.015/73. Loteamento e Parcelamento do Solo Urbano: Lei nº 6.766/79. Lei nº 8.971/94. Lei nº 9.265/96. Lei nº 9.278/96. Lei nº 9.534/97.

6 - DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Do Processo de Conhecimento: da jurisdição e da ação. Das partes e dos Procuradores do Ministério Público no processo civil. Dos órgãos judiciários e dos auxiliares da justiça: da competência, do juiz. Dos atos processuais: da forma, dos prazos, do lugar, das comunicações dos atos processuais, das nulidades, outros atos processuais. Da formação, suspensão e extinção do processo. Do processo e do procedimento: do procedimento ordinário, do procedimento sumariíssimo, da revelia, das provas, da audiência, a sentença e a coisa julgada. Dos Recursos. Do processo de execução: da execução em geral, da execução contra a Fazenda Pública, da execução de prestação alimentícia, dos embargos do devedor, da suspensão e da extinção do processo de execução. Do processo cautelar: das medidas cautelares. Dos procedimentos especiais: dos procedimentos especiais de jurisdição contenciosa: da ação de prestação de contas, das ações possessórias, da ação de usucapião, do inventário e da partilha, da habilitação; dos procedimentos especiais de jurisdição voluntária: Das disposições gerais, da separação consensual, dos testamentos e codicilos, dos bens dos ausentes, das coisas vagas, da curatela dos interditos, das disposições comuns à tutela e à curatela, da organização e da fiscalização das fundações. Da ação de alimentos. Do divórcio. Do mandado de segurança. Da ação popular. Da ação civil pública (Lei nº 7.347/85). Dos juizados especiais cíveis (Lei nº 9.099/95).

7 - DIREITO CONSTITUCIONAL: Classificação das constituições. Normas constitucionais - eficácia, interpretação e aplicabilidade. Constituição da República Federativa do Brasil. Poder constituinte. Limitações ao poder de reforma constitucional. Controle de constitucionalidade - espécies e critérios de controle. O controle difuso e o concentrado. As ações diretas de inconstitucionalidade. A ação declaratória de constitucionalidade. O processo de julgamento das ADIns e ADCs perante o STF (Lei Federal nº 9.868/99). Princípios Fundamentais da Constituição Federal. A declaração dos direitos e deveres constitucionais individuais e coletivos. Dos instrumentos de garantia dos direitos constitucionais. Dos direitos sociais. Da nacionalidade e da cidadania. Dos direitos políticos. O Estado Federal - a União, os Estados Membros, os Municípios e o DF. Distribuição das competências - privativas, comuns e concorrentes. Organização dos Poderes - Poder Legislativo; o Poder Executivo; o Poder Judiciário. As funções essenciais à justiça - O Ministério Público, a Advocacia e a Defensoria Pública. A Defesa do Estado e Instituições Democráticas - do Estado de defesa e do Estado de Sítio; as Forças Armadas e a Segurança Pública. Da Ordem Econômica e Financeira - princípios gerais da atividade econômica. Da Ordem Social - da seguridade, da saúde, da previdência e da assistência social; da educação e da cultura. Do meio ambiente. Da família, da criança, do adolescente e do idoso. Dos Índios. A Constituição do Estado de Santa Catarina: da Organização Político-Administrativa do Estado; da organização dos Poderes; da Segurança Pública e da Ordem Social.

8 - DIREITO ADMINISTRATIVO: Direito Público e Direito Privado. Direito Administrativo: conceito. Administração Pública: órgãos e agentes públicos. Princípios básicos e administração pública: uso e abuso de poder. Poderes administrativos. Ato Administrativo: conceito, classificação e invalidação. Contrato Administrativo: princípios gerais, espécies e rescisão. Licitação. Serviços Públicos: princípios gerais. Administração direta e indireta. Servidor público. Domínio público, intervenção na propriedade e no domínio econômico. Responsabilidade civil da administração. Administração em juízo. O controle da administração pelo Judiciário.

9 - DIREITO TRIBUTÁRIO: Sistema Tributário Nacional: princípios gerais. Competência tributária. Os impostos da União, Estados e Municípios. Responsabilidade tributária. Imunidade e isenção. Crédito Tributário: lançamento, suspensão, extinção. Privilégios. Anistia. Lei de Execução Fiscal.

10 - DIREITO ACIDENTÁRIO: Acidente do Trabalho: conceito, abrangência, equiparação, tutelados, doenças profissionais e do trabalho, benefícios e serviços, procedimento judicial, intervenção do Ministério Público, prescrição.

11 - DIREITO COMERCIAL E FALIMENTAR: Títulos de crédito e Sociedades comerciais. Falência e Concordata: caracterização, natureza jurídica, processo judicial, direitos e deveres do falido, do concordatário e dos credores, os órgãos da falência, funções do Ministério Público.

12 - DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS: Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Ação Civil Pública: conceito e objeto. Legitimação ativa. Legitimação passiva. Interesse de agir. Litisconsórcio e assistência. Competência. Recursos. Coisa julgada. Execução e fundo para reconstituição dos bens lesados. Inquérito Civil: objeto, instauração, poderes instrutórios, compromisso de

ajustamento de condutas e arquivamento. Direito Ambiental: princípios fundamentais do direito ambiental; políticas nacional e estadual do meio ambiente (Lei Federal n.º 6.938/81 e Lei Estadual n.º 5.793/80, regulamentada pelo Decreto n.º 14.250/81); políticas nacional e estadual dos recursos hídricos (Lei Federal n.º 9.433/97 e Lei Estadual n.º 9.748/94); Código Florestal (Lei n.º 4.771/65) e Lei n.º 9.605/98. Direito do Consumidor (Lei n.º 8.078/90). Defesa da Moralidade Administrativa (Leis n.ºs 8.429/92, 8.666/93, Decreto-Lei n.º 201/67). Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania: Apoio às Pessoas Portadoras de Deficiências (Lei n.º 7.853/89); Sistema Único de Saúde (Lei n.º 8.080/90); Política Nacional do Idoso (Lei n.º 8.842/94 e Decreto n.º 1.848/96) e Política Estadual do idoso (Leis n.º 11.436/00 e 11.402/00).

13 - **DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE** (Lei n.º 8.069/90). Doutrina da proteção integral. Política e sistema de atendimento. Conselho Tutelar e Conselho de Direitos. Fundo da Infância e Adolescência. A Justiça da infância e juventude: juizes, promotores de justiça, advogados e técnicos. Medidas protetivas e sócio-educativas. Família natural. Pátrio poder. Guarda, tutela e adoção. Ato infracional.

14 - **LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL**: Princípios institucionais, organização e atribuições do Ministério Público. Carreira, deveres, direitos, prerrogativas e garantias dos membros do Ministério Público. Regime disciplinar. Lei n.º 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), Lei Complementar n.º 75/93 (Lei Orgânica do Ministério Público da União) e Lei Complementar n.º 197, de 13 de julho de 2000 (Lei Orgânica do Ministério Público de Santa Catarina).

15 - **DIREITO ELEITORAL**: Inelegibilidade, propaganda e processo eleitoral.

IX - DO JULGAMENTO DAS PROVAS E DOS TÍTULOS

1 - Encerrada a prova oral de todos os candidatos, a Comissão, em reunião secreta, procederá ao julgamento do concurso, apurando a nota final e apreciando, para efeito de classificação, os títulos apresentados.

2 - Apurar-se-á a média final de aprovação pela soma das notas obtidas nas provas escritas e da média aritmética das notas obtidas na prova oral, dividida por três.

Assim, $m = \frac{a+b+c}{3}$, onde:

m = média final de aprovação;

a = nota da prova escrita do Grupo I (inciso II, do art. 20);

b = nota da prova escrita do Grupo II (inciso II, do art. 20); e

c = média aritmética das notas da prova oral.

3 - Considerar-se-á aprovado o candidato que, considerado apto no exame psicotécnico e não apresentando restrições que o inabilitem ou tornem não recomendável o seu acesso à função, colhidas entre os resultados da entrevista e do procedimento investigatório, obtiver média final igual ou superior a 5 (cinco).

4 - Observado o grau máximo de 10 (dez), a nota final de classificação será obtida acrescentando-se à média final de aprovação 1/10 (um décimo) do total de pontos dos títulos apresentados pelo candidato.

5 - Ocorrendo igualdade de notas, o desempate dar-se-á, sucessivamente, em favor do candidato que tiver o maior número de pontos por títulos apresentados e, por fim, em prol do candidato mais idoso.

6 - Julgado o concurso, a Comissão divulgará o resultado, publicando-o no Diário da Justiça do Estado, e encaminhará ao Procurador-Geral de Justiça a nominata e a média final dos aprovados segundo a ordem de classificação.

7 - O recurso contra o resultado final do concurso poderá ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data em que for publicada a nominata dos aprovados e a respectiva ordem de classificação no Diário da Justiça do Estado, nos moldes estabelecidos no art. 31 da Resolução nº 003/96-CSMP, alterada pela Resolução nº 001/2000-CSMP - Regulamento do Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público.

8 - Caberá ao Conselho Superior homologar o resultado final do concurso.

X - DISPOSIÇÕES FINAIS

1 - A inscrição implicará o reconhecimento, por parte do candidato, das presentes instruções, bem como aceitação das condições do concurso.

2 - As provas escritas serão numeradas, adotando-se método que impeça a respectiva identificação no momento da correção.

3 - Para ser admitido à prestação de cada prova, o candidato deverá comparecer convenientemente trajado, munido de inscrição e carteira de identidade, no local e hora previamente designados, com, no mínimo, 15 (quinze) minutos de antecedência.

4 - O concurso será eficaz por 2 (dois) anos, contados da data em que for publicado, no Diário da Justiça do Estado, o ato homologatório do Conselho Superior.

5 - Expedida a convocação, os candidatos aprovados disporão de 3 (três) dias para procederem à escolha das vagas, firmando-se a preferência de acordo com a ordem de classificação.

6 - A posse coletiva dos nomeados realizar-se-á em sessão solene do Colégio de Procuradores de Justiça, em dia, hora e local previamente estabelecidos.

7 - Todos os atos do concurso serão registrados em ata.

8 - Os casos omissos e duvidosos serão resolvidos pela Comissão de Concurso.

Florianópolis, 17 de novembro de 2000.


JOSÉ GALVANI ALBERTON
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

¹ - Bibliografia recomendada:

BRANCHER, Ana. História de Santa Catarina. Estudos contemporâneos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

JRREA, Carlos Humberto. História da cultura catarinense: o estado e as idéias. Florianópolis: UFSC/Diário Catarinense, 1997.

LAGO, Paulo Fernando. Santa Catarina: A transformação dos espaços geográficos. Florianópolis: produções Culturais, 2000.

PIAZZA, Walter Fernando. Santa Catarina: sua história. Florianópolis: 2ª ed. ver. e ampliada. Lunardelli, 1987.

PIAZZA, Walter Fernando. e HÜBENER, Laura Machado. Santa Catarina: história da gente. 4 Ed., Florianópolis: Lunardelli, 1997.

RIBAS JR. Salomão. Retratos de Santa Catarina - aspectos históricos, geográficos, políticos, constitucionais, econômicos e sociais. Florianópolis: do autor, 1998.

SACHET, Celestino e SACHET, Sérgio. Santa Catarina: 100 anos de história. Florianópolis, v. 1, 1997.

SACHET, Celestino e SACHET, Sérgio. Santa Catarina: 100 anos de história. Florianópolis, v. 2, 1998. Ensaio sobre Santa Catarina. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. Nova história de Santa Catarina. Florianópolis: Terceiro Mundo, 3ª ed., 1995.

SANTA CATARINA, Gaplan. Atlas de Santa Catarina. Florianópolis: 1988.

SANTA CATARINA, Seplan. Atlas Escolar de Santa Catarina. Florianópolis: 1991.

FERNANDES NETO, Tycho Brahe. História do Judiciário Catarinense. Florianópolis: Diploma Legal, 2000.

Publicado no D.J.E.

Nº 10.587

De: 22/11/00

Pág. 108/109/110



EDITAL DE CONCURSO Nº 001/2001

**CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO**

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18, inciso XIV, "a", da Lei Complementar Estadual nº 197, de 13 de julho de 2000, faz saber, a quem interessar possa, que se acham abertas, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação deste Edital, as inscrições para o Concurso Público de Provas e Títulos, visando ao provimento de cargos de Promotor de Justiça Substituto, conforme disposições abaixo.

O concurso será regido pela Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar nº 197/2000) e pelas normas constantes da Resolução nº 002/2001 do Conselho Superior desta Instituição, publicada no Diário da Justiça do Estado de Santa Catarina nº 10.799, de 2.10.2001, p. 107/109), facultada a Administração Superior a prorrogação do prazo deste Edital.

I - DA INSCRIÇÃO PROVISÓRIA

1 - A inscrição provisória será recebida pela Secretaria da Comissão de Concurso, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça - Paço da Bocaiúva, localizada na Rua Bocaiúva, 1750 - Centro Executivo Casa do Barão - Torre B - 1º andar, na cidade de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, no período das 13h às 18h, de segunda a sexta-feira.

2 - O requerimento de inscrição, fornecido no local acima indicado ou retirado do site oficial na internet (www.mp.sc.gov.br), preenchido pelo candidato ou por procurador habilitado, dirigido ao Presidente da Comissão de Concurso, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- a) prova de nacionalidade brasileira, através de fotocópia autenticada da cédula de identidade ou de documento equivalente;
- b) título de bacharel em Direito, em escola pública ou reconhecida pelos órgãos oficiais de ensino, devidamente registrado, através de fotocópia autenticada do documento, ou, no caso de recém-formado, por certidão de colação de grau e de encaminhamento do diploma para registro;



- c) formulário de caráter reservado, devidamente preenchido pelo candidato, que será entregue pela Comissão de Concurso no ato da inscrição ou retirado do site oficial na internet;
- d) comprovante do recolhimento da taxa de inscrição, no valor de R\$ 100,00 (cem reais), a ser efetuado no Banco do Estado de Santa Catarina S/A - BESC, agência 055.8 - conta n.º 062.176-8 - PGJ/Concurso Ministério Público/SC; e
- e) duas fotos recentes, no tamanho 3x4.

3 - Também poderão ser feitas inscrições através da internet, desde que devidamente preenchido o requerimento padrão de inscrição que estará à disposição do candidato no site oficial (www.mp.sc.gov.br), no espaço reservado ao Concurso Público.

3.1 - O candidato que optar pela inscrição via internet deverá encaminhar à Secretaria da Comissão, no mesmo período, pelo Correio, por carta registrada com AR ou por sedex, os documentos acima referidos, sendo válida para aferir a tempestividade da inscrição a data da postagem.

3.2 - O requerimento padrão de inscrição encaminhado pela internet, ao ser recebido pela Secretaria da Comissão, gerará ao candidato um comprovante-resposta que deverá ser mantido em seu poder para a necessária e posterior comprovação, se for o caso.

4 - Encerrado o prazo das inscrições, a relação dos candidatos admitidos ao processo seletivo preambular, com a indicação do dia, hora, local e tempo de duração das provas correspondentes, será publicada no Diário da Justiça do Estado.

II - DO PROCESSO SELETIVO PREAMBULAR

1 - O processo seletivo preambular, de caráter eliminatório, consistirá em uma prova escrita realizada em duas fases, contendo questões de múltipla escolha e apuração padronizada, na forma que segue:

PRIMEIRA FASE – Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Penal e Direito Processual Penal, inclusive matéria envolvendo direitos difusos e coletivos.

SEGUNDA FASE – Língua Portuguesa, Conhecimentos Gerais sobre as realidades étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política



econômica do Estado de Santa Catarina e questões de Direito, abstraídos os ramos compreendidos na primeira fase.

2 - Estas duas fases serão realizadas sucessivamente no mesmo dia, cada qual com 4 (quatro) horas de duração, com início às 8h e às 14h.

3 - O conteúdo programático específico do processo seletivo preambular consta do item VIII deste Edital.

4 - Durante o processo seletivo preambular os candidatos não poderão efetuar qualquer tipo de consulta, nem aos textos legais.

5 - Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem as maiores médias, até o total de 20% do número de candidatos que tenham realizado a prova, não podendo esse número exceder aos 200 (duzentos) primeiros classificados, e desde que tenham estes logrado pelo menos 50% de acertos nas questões referentes à primeira fase e 40% de acertos nas questões da segunda fase.

5.1 - Os acertos logrados na primeira fase da prova serão computados com peso 2 (dois), para fins de classificação geral.

5.2 - O percentual mínimo de acertos previsto para a segunda fase (40%) deverá ser atingido pelo candidato em cada matéria que integra a prova, ou seja: a) em Língua Portuguesa; b) em Conhecimentos Gerais sobre a Realidade Catarinense; c) e em Direito.

5.3 - Havendo candidatos empatados com a mesma média na última posição dos classificados, serão todos admitidos, ainda que ultrapassado o limite acima estabelecido.

6 - Do gabarito oficial da prova seletiva preambular, no prazo de 48 horas, contados da sua divulgação na internet e na Procuradoria-Geral de Justiça, poderão os candidatos interpor recurso nos termos do art. 32, inciso I, do Regulamento do Concurso.

7 - Para a finalidade prevista no item 6, aos candidatos que requererem será fornecida cópia das provas matrizes aplicadas pela Comissão de Concurso.

III - DA INSCRIÇÃO DEFINITIVA



1 - O candidato aprovado no processo seletivo preambular deverá requerer, pessoalmente ou por procurador habilitado (vedado o requerimento via internet), sua inscrição definitiva dentro dos 10 (dez) dias seguintes à publicação do resultado no Diário da Justiça do Estado.

2 - O requerimento, conforme modelo a ser fornecido, dirigido ao Presidente da Comissão de Concurso, preenchido pelo candidato, deverá ser apresentado na Secretaria da Comissão, instruído com a seguinte documentação complementar:

- a) atestado de idoneidade moral subscrito por 2 (dois) ou mais membros do Ministério Público;
- b) atestado de saúde física e mental subscrito por 2 (dois) ou mais médicos de especialidades diversas;
- c) certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Comum, Estadual e Federal, assim como da Justiça Eleitoral e Militar, Estadual e Federal, expedidas por órgãos com jurisdição no(s) local(ais) de residência do candidato, nos últimos 10 (dez) anos; e
- d) prova de quitação das obrigações eleitorais e militares.

2.1 - A certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Militar Estadual somente será exigida dos candidatos que sejam ou tenham sido militares estaduais.

2.2 - A certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Eleitoral deverá ser fornecida pelo Tribunal Regional Eleitoral dos respectivos Estados.

3 - O requerimento de inscrição definitiva será apensado ao da inscrição provisória e, somente após a investigação sobre os aspectos da vida moral e social do candidato, sobre ele decidirá a Comissão de Concurso.

4 - A rejeição do pedido de inscrição definitiva poderá ter por fundamento o resultado da investigação referida anteriormente, malgrado o preenchimento dos requisitos formais exigidos e especificados no item 2.

5 - Terminado o julgamento, os candidatos que tiverem deferidas suas inscrições definitivas serão convocados, através de publicação no Diário da Justiça do Estado, para a prestação das provas escritas previstas no art. 20, inciso II, da Resolução nº 002/2001 - CSMP - Regulamento do Concurso de



Ingresso na Carreira do Ministério Público, com a indicação do dia, hora, local e tempo de duração.

IV - DAS PROVAS ESCRITAS DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO

1 - As provas escritas, de caráter eliminatório, compreenderão dois grupos de provas de respostas subjetivas, compostas de questões teóricas e práticas, na forma que segue:

GRUPO I - Direito Penal e Direito Processual Penal, inclusive matéria envolvendo direitos difusos e coletivos.

GRUPO II - Direito Civil, Direito Processual Civil, inclusive matéria envolvendo direitos difusos e coletivos, podendo constar, ainda, incursões incidentais sobre Direito Constitucional, Direito Tributário, Direito Administrativo e Direito da Criança e do Adolescente.

2 - Estes dois grupos de provas serão realizados sucessivamente em dias distintos, cada qual com 5 (cinco) horas de duração e com início às 8h.

3 - Os temas específicos, sobre os quais versarão as questões, estão relacionados no item VIII deste Edital.

4 - Na execução das provas só se permitirá ao candidato a utilização de máquina de escrever própria, caneta esferográfica azul ou preta e consulta a textos legais não comentados ou anotados, observadas as seguintes orientações:

4.1 - são vedadas quaisquer anotações feitas nos textos legais;

4.2 - será permitida a consulta a súmulas não comentadas; e

4.3 - será permitida a utilização de legislação com texto sublinhado ou destacado com caneta "marca-texto".

4.4 - a não observância destas regras e das demais oriundas da Comissão de Concurso acarretará ao infrator sua eliminação imediata e sumária do certame.

5 - Na correção e julgamento das provas escritas acima mencionadas serão atribuídas, pelos respectivos examinadores, notas de 0 (zero) a 10 (dez), levando-se em conta, além do acerto das respostas, o conhecimento do vernáculo e a capacidade teórica e prática na exposição do pensamento.



6 - Somente será admitido à prova oral o candidato que obtiver, em cada grupo das provas escritas de conhecimento específico, nota igual ou superior a 5 (cinco).

7 - Os candidatos aprovados nas provas escritas de conhecimento específico serão convocados à prestação de exame psicotécnico, prova de tribuna, entrevista e prova oral, conforme publicação a ser feita no Diário da Justiça do Estado, com indicação do dia, hora e local em que serão realizados.

8 - Publicado o resultado no Diário da Justiça do Estado, qualquer candidato poderá interpor recurso no prazo de 2 (dois) dias, contados da publicação, podendo, para tanto, ter vista das provas na Secretaria do Concurso por uma única vez.

9 - O recurso, dirigido ao Presidente da Comissão de Concurso, será indeferido, liminarmente, se:

9.1 - interposto fora dos prazos previstos no Regulamento do Concurso;

9.2 - não evidenciar o legítimo interesse e o prejuízo sofrido pelo candidato recorrente;

9.3 - proposto em desacordo com o estabelecido no § 4º do artigo 32 do Regulamento do Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público; e

9.4 - contiver qualquer sinal de identificação.

10 - No caso de provimento do recurso será publicada no Diário da Justiça nova relação de classificados.

V - DO EXAME PSICOTÉCNICO, DA PROVA DE TRIBUNA E DA ENTREVISTA

1 - O exame psicotécnico será realizado por especialistas integrantes do Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça, ou por esta credenciados.

2 - Após a realização do exame psicotécnico, o candidato será convocado para a prova de tribuna, perante a Comissão de Concurso, que terá a duração de 10 (dez) minutos, prorrogáveis a critério da Comissão, e que versará sobre temas previamente definidos e sorteados pela Comissão. Na seqüência da prova



de tribuna, o candidato será entrevistado sobre sua vida individual e familiar, o seu relacionamento social e as atividades que exerce, observando-se a sua capacidade de expressão e tendo sempre presente os dados constantes de seu prontuário.

3 - O resultado do exame psicotécnico, da prova de tribuna e da entrevista, realizados antes da prova oral, servirá de subsídio para o julgamento final do concurso.

VI - DA APRESENTAÇÃO DOS TÍTULOS

1 - Sob pena de preclusão, os títulos demonstrativos da capacidade do candidato, acompanhados de *curriculum vitae*, deverão ser entregues ao Presidente da Comissão de Concurso por ocasião da realização da entrevista.

2 - Consideram-se títulos, com a valoração respectiva:

- a) diploma ou certificado de curso de doutorado ou livre-docência na área do Direito: 5 pontos;
- b) diploma ou certificado de curso de mestrado na área do Direito: 4 pontos;
- c) exercício de cargo na carreira do Ministério Público ou da Magistratura: 4 pontos;
- d) diploma ou certificado de curso de especialização (pós-graduação) na área do Direito: 3 pontos;
- e) certificado de conclusão de curso promovido por Escola do Ministério Público ou da Magistratura reconhecido pela Administração Superior: 3 pontos;
- f) obra publicada, de autoria individual e de reconhecido valor científico para as ciências jurídicas: 2 pontos;
- g) exercício de magistério superior na área do Direito: 2 pontos;
- h) exercício de cargo ou função técnico-jurídica privativa de bacharel em Direito, em órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal: 1 ponto; e
- i) certificado de aproveitamento nas funções de estagiário do Ministério Público: 1 ponto.

3 - Os títulos referidos na letra "f" do número anterior serão oferecidos em exemplar datilografado ou impresso, comprovada, de modo inequívoco, sua autenticidade, sendo os demais comprovados por meio de certidões ou cópias



conferidas, podendo a Comissão de Concurso determinar a exibição do original na Secretaria, visando nova conferência.

4 - Os títulos terão notas meramente classificatórias.

VII - DA PROVA ORAL

1 - A prova oral versará sobre questões de Direito compreendidas no contexto temático definido pelo art. 4º do Regulamento do Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público, devendo a Comissão elaborar tantos pontos distintos quantos forem os candidatos habilitados à sua realização.

2 - O candidato sorteará o ponto sobre o qual será argüido no momento em que for chamado perante a Comissão para prestar a prova oral.

3 - O membro da Comissão examinadora, ao concluir a argüição de cada candidato, cuja duração não poderá ser superior a 30 (trinta) minutos, atribuir-lhe-á nota na graduação de 0 (zero) a 10 (dez), atendendo ao mérito das respostas, para aferição do qual deverão ser levados em conta o nível de acerto e precisão jurídica, a adequação da linguagem e a segurança demonstrados pelo candidato.

4 - Considerar-se-á habilitado na prova oral o candidato que obtiver média aritmética igual ou superior a 5 (cinco), calculada com base nas notas que lhe foram atribuídas por cada um dos membros da Comissão que o argüiram.

VIII - DO PROGRAMA

1 - **CONHECIMENTOS GERAIS DA LÍNGUA PORTUGUESA**: Ortografia: acentuação gráfica. Pontuação. Verbo (tempo, modo, pessoa). Colocação pronominal. Concordância verbal. Concordância nominal. Regência verbal. Regência nominal. Crase.

2 - **REALIDADES ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**¹: A ocupação, exploração e povoamento do território catarinense: Os primeiros contatos dos europeus com os indígenas; O reconhecimento e povoamento do litoral e do planalto; As imigrações e migrações; colonizações - estabelecimento e expansão. Economia, Política e Quadro Social: A história política e



administrativa em Santa Catarina – da colonização à República; A escravidão e o preconceito; A configuração de um novo espaço econômico, político e social no século XIX; A evolução econômica-social: de subsistência à subsidiária; o rural e o urbano; a industrialização; política de urbanização e a modernidade; Os movimentos e rebeliões político-sociais – século XIX e XX; Os impactos da 1ª Grande Guerra, do Estado Novo e da 2ª Grande Guerra em Santa Catarina; O modelo catarinense de desenvolvimento. Planos de Governo; A definição do território e a atualidade catarinense – Santa Catarina nas últimas décadas. As regiões geoeconômicas de Santa Catarina (formação, caracterização, delimitação, localização, abrangência, atividades): A região sul; O planalto; O vale do Itajaí; A região de Florianópolis; A região nordeste. O espaço catarinense: Dinâmica populacional: colonização, migrações, grupos étnicos, distribuição por sexo, faixa etária, atividades econômicas, ocupação; Estrutura urbana: crescimento e dinâmica das cidades no Estado; A produção artesanal e manufatureira no Estado; O comércio e serviços: oferta, distribuição e abrangências; A indústria: caracterização, fomento, aspectos econômicos, sociais e políticos; O turismo: sustentável e predatório; turismo como atividade econômica no Estado; A agricultura e a questão agrária em Santa Catarina: o debate sobre a questão agrária, os problemas agrários em Santa Catarina, a agricultura e o meio ambiente; A pesca em Santa Catarina: artesanal e industrial; Comunicação e transportes; O Mercosul: as iniciativas de integração e as contradições do Mercosul. O meio ambiente catarinense: Os conjuntos das paisagens naturais catarinenses: os aspectos físicos (relevo, vegetação, clima, hidrografia); As transformações do meio ambiente: uso do solo, manejo, industrialização, urbanização, fronteiras agrícolas; Os grandes problemas ambientais: poluição, desmatamento, cheias, manejo, violência, miséria, fome, água. A arte e a cultura catarinenses dos séculos XIX e XX: Os movimentos artificiais e literários em Santa Catarina; A educação em Santa Catarina; Tendências e impasses contemporâneos. O Poder Judiciário em Santa Catarina: sua organização e sua história.

3 - **DIREITO PENAL**: Lei de Introdução ao Código Penal. Código Penal: Parte Geral. Norma penal: conceito, fontes e classificação. Analogia. Hermenêutica Penal. Vigência e aplicação da lei penal. Crime: tipicidade, antijuridicidade, culpabilidade e todas as suas categorias. Pena e Medida de Segurança: cominação, aplicação e execução. Extinção da punibilidade. Reabilitação. Crimes em espécie previstos no Código Penal: contra a pessoa; contra o patrimônio; contra os costumes; contra a família; contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos; contra a incolumidade pública, paz, fé e administração pública. Código Penal Militar. Crimes falimentares (Decreto-Lei n.º 7.661/45). Crimes de abuso de autoridade (Lei 4.898/65). Crimes de imprensa (Lei 5.250/67). Crimes de responsabilidade dos prefeitos e vereadores (Decreto-Lei n.º 201/67). Crimes da Lei Antitóxico (Lei 6.368/76). Crimes



relativos ao parcelamento do solo urbano (Lei n.º 6.766/79). Crimes resultantes de preconceito de raça e cor (Lei n.º 7.716/89). Crimes contra a pessoa portadora de deficiência física (Lei n.º 7.853/89). Crimes hediondos (Leis n.ºs 8.072/90 e 8.930/94). Crimes contra a criança e o adolescente (Lei 8.069/90). Crimes contra o processo licitatório (Lei n.º 8.666/93). Crimes contra o consumidor, relações de consumo, economia popular, ordem econômica e tributária (Leis n.º 1.521/51, 8.078/90, 8.137/90, 8.176/91 e 9.080/95). Crimes contra o meio ambiente, fauna, flora, águas e pesca (Leis n.ºs 4.771/65, 5.197/67, 7.679/88, Decreto-Lei n.º 221/67 e 9.605/98). Crimes contra a propriedade industrial (Lei n.º 9.279/96). Crimes de Trânsito (Lei n.º 9.503/97). Crimes de Tortura (Lei n.º 9.455/97). Crimes de posse e porte ilegal de arma (Lei n.º 9.437/97). Crimes eleitorais (Leis n.ºs 4.737/65, 6.091/74 e 9.504/97). Crimes de remoção ilegal de órgãos, tecidos e partes do corpo humano (Lei n.º 9.434/97). Crimes contra a propriedade intelectual de programas de computador (Lei n.º 9.609/98). Crimes de lavagem de dinheiro (Lei n.º 9.613/98). Crimes relativos ao jogo do bingo (Lei n.º 9.615/98). Contravenções Penais (Decreto-Lei n.º 3.688/41).

4 - **DIREITO PROCESSUAL PENAL:** Lei de Introdução ao Código de Processo Penal. Princípios gerais de Direito Processual Penal. Do inquérito policial. Da ação penal. Da ação civil. Da competência. Das questões e processos incidentes. Seqüestro de bens (Decreto-Lei n.º 3.240/41). Da prova. Do Juiz e do Ministério Público. Do acusado, do seu defensor, do assistente, dos auxiliares da justiça. Da prisão e da liberdade provisória. Da prisão temporária (Lei n.º 7.960/89). Das citações e intimações. Da aplicação provisória de interdições de direitos e medidas de segurança. Da sentença. Do procedimento comum. Dos procedimentos especiais e sumários previstos no Código de Processo Penal (Decreto-Lei n.º 3.689/41) e nas Leis extravagantes. Das nulidades e dos recursos em geral. Do "habeas corpus". Do processo da execução penal (Leis n.ºs 7.210/84 e 9.460/97). Da graça, do indulto e da anistia. Disposições gerais do Código de Processo Penal. Do Código de Processo Penal Militar. Da Lei dos Crimes Hediondos (Leis n.ºs 8.072/90, 8.930/94 e 9.695/98). Dos Juizados Especiais Criminais Estaduais (Lei n.º 9.099/95) e Federais (Lei n.º 10.259/2001). Da repressão ao crime organizado (Leis n.ºs 9.034/95 e 9.303/96). Da interceptação telefônica (Lei n.º 9.299/96). Da proteção a testemunhas (Lei n.º 9.807/99). Do mandado de segurança em matéria penal. Da identificação criminal (Lei n.º 10.054/00). Do sigilo das operações de instituições financeiras (Lei Complementar n.º 105/2001).

5 - **DIREITO CIVIL:** Lei de Introdução ao Código Civil. Das Pessoas. Dos Bens. Dos fatos jurídicos. Direito da Família: casamento e seus efeitos jurídicos, regime de bens entre os cônjuges, anulação e nulidade do casamento, divórcio e separação judicial, união estável e seus efeitos jurídicos,



tutela, curatela, ausência, relações de parentesco. Direito das Coisas. Direito das Obrigações. Direito das Sucessões. Registros Públicos: Lei nº 6.015/73. Loteamento e Parcelamento do Solo Urbano: Lei nº 6.766/79. Lei nº 8.971/94. Lei nº 9.265/96. Lei nº 9.278/96. Lei nº 9.534/97.

6 - **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**: Do Processo de Conhecimento: da jurisdição e da ação. Das partes e dos Procuradores do Ministério Público no processo civil. Dos órgãos judiciários e dos auxiliares da justiça: da competência, do juiz. Dos atos processuais: da forma, dos prazos, do lugar, das comunicações dos atos processuais, das nulidades, outros atos processuais. Da formação, suspensão e extinção do processo. Do processo e do procedimento: do procedimento ordinário, do procedimento sumaríssimo, da revelia, das provas, da audiência, a sentença e a coisa julgada. Dos Recursos. Do processo de execução: da execução em geral, da execução contra a Fazenda Pública, da execução de prestação alimentícia, dos embargos do devedor, da suspensão e da extinção do processo de execução. Do processo cautelar: das medidas cautelares. Dos procedimentos especiais: dos procedimentos especiais de jurisdição contenciosa: da ação de prestação de contas, das ações possessórias, da ação de usucapião, do inventário e da partilha, da habilitação; dos procedimentos especiais de jurisdição voluntária: Das disposições gerais, da separação consensual, dos testamentos e codicilos, dos bens dos ausentes, das coisas vagas, da curatela dos interditos, das disposições comuns à tutela e à curatela, da organização e da fiscalização das fundações. Da ação de alimentos. Do divórcio. Do mandado de segurança. Da ação popular. Da ação civil pública (Lei nº 7.347/85). Do Juizado Especial Cível Estadual (Lei nº 9.099/95) e Federal (Lei nº 10.259/2001).

7 - **DIREITO CONSTITUCIONAL**: Classificação das constituições. Normas constitucionais - Eficácia, interpretação e aplicabilidade. Constituição da República Federativa do Brasil. Poder constituinte. Limitações ao poder de reforma constitucional. Controle de constitucionalidade - espécies e critérios de controle. O controle difuso e o concentrado. As ações diretas de inconstitucionalidade. A ação declaratória de constitucionalidade. O processo de julgamento das ADIns e ADCs perante o STF (Lei Federal nº 9.868/99). Princípios Fundamentais da Constituição Federal. A declaração dos direitos e deveres constitucionais individuais e coletivos. Dos instrumentos de garantia dos direitos constitucionais. Dos direitos sociais. Da nacionalidade e da cidadania. Dos direitos políticos. O Estado Federal - a União, os Estados Membros, os Municípios e o DF. Distribuição das competências - privativas, comuns e concorrentes. Organização dos Poderes - Poder Legislativo; o Poder Executivo; o Poder Judiciário. As funções essenciais à justiça - O Ministério Público, a Advocacia e a Defensoria Pública. A Defesa do Estado e Instituições Democráticas - do Estado de defesa e do Estado de Sítio; as Forças Armadas e



a Segurança Pública. Da Ordem Econômica e Financeira – princípios gerais da atividade econômica. Da Ordem Social – da seguridade, da saúde, da previdência e da assistência social; da educação e da cultura. Do meio ambiente. Da família, da criança, do adolescente e do idoso. Dos Índios. A Constituição do Estado de Santa Catarina: da Organização Político-Administrativa do Estado; da organização dos Poderes; da Segurança Pública e da Ordem Social.

8 - **DIREITO ADMINISTRATIVO**: Direito Público e Direito Privado. Direito Administrativo: conceito. Administração Pública: órgãos e agentes públicos. Princípios básicos e administração pública: uso e abuso de poder. Poderes administrativos. Ato Administrativo: conceito, classificação e invalidação. Contrato Administrativo: princípios gerais, espécies e rescisão. Licitação. Serviços Públicos: princípios gerais. Administração direta e indireta. Servidor público. Domínio público, intervenção na propriedade e no domínio econômico. Responsabilidade civil da administração. Administração em juízo. O controle da administração pelo Judiciário.

9 - **DIREITO TRIBUTÁRIO**: Sistema Tributário Nacional: princípios gerais. Competência tributária. Os impostos da União, Estados e Municípios. Responsabilidade tributária. Imunidade e isenção. Crédito Tributário: lançamento, suspensão, extinção. Privilégios. Anistia. Lei de Execução Fiscal.

10 - **DIREITO ACIDENTÁRIO**: Acidente do Trabalho: conceito, abrangência, equiparação, tutelados, doenças profissionais e do trabalho, benefícios e serviços, procedimento judicial, intervenção do Ministério Público, prescrição.

11 - **DIREITO COMERCIAL E FALIMENTAR**: Títulos de crédito e Sociedades comerciais. Falência e Concordata: caracterização, natureza jurídica, processo judicial, direitos e deveres do falido, do concordatário e dos credores, os órgãos da falência, funções do Ministério Público.

12 - **DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS**: Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Ação Civil Pública: conceito e objeto. Legitimação ativa. Legitimação passiva. Interesse de agir. Litisconsórcio e assistência. Competência. Recursos. Coisa julgada. Execução e fundo para reconstituição dos bens lesados. Inquérito Civil: objeto, instauração, poderes instrutórios, compromisso de ajustamento de condutas e arquivamento. Direito Ambiental: princípios fundamentais do direito ambiental; políticas nacional e estadual do meio ambiente (Lei Federal n.º 6.938/81 e Lei Estadual n.º 5.793/80, regulamentada pelo Decreto n.º 14.250/81); Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei n.º 9.985/00); políticas nacional e estadual dos recursos hídricos (Lei Federal n.º 9.433/97 e Lei Estadual n.º 9.748/94);



Código Florestal (Lei n.º 4.771/65) e Lei n.º 9.605/98; Lei n.º 9.974/00 e Lei n.º 9.966/00. Direito do Consumidor (Lei n.º 8.078/90). Lei Estadual n.º 11.700/2001. Defesa da Moralidade Administrativa (Leis n.ºs 8.429/92, 8.666/93, Decreto-Lei n.º 201/67). Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania: Apoio às Pessoas Portadoras de Deficiências (Lei n.º 7.853/89) e de transtornos mentais (Lei n.º 10.216/2001); Sistema Único de Saúde (Lei n.º 8.080/90); Política Nacional do Idoso (Lei n.º 8.842/94 e Decreto n.º 1.848/96) e Política Estadual do idoso (Leis n.º 11.436/00 e 11.402/00); Das Comissões Parlamentares de Inquérito: prioridade nos procedimentos (Lei n.º 10.001/00).

13 - **DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE** (Lei n.º 8.069/90). Doutrina da proteção integral. Política e sistema de atendimento. Conselho Tutelar e Conselho de Direitos. Fundo da Infância e Adolescência. A Justiça da infância e juventude: juizes, promotores de justiça, advogados e técnicos. Medidas protetivas e sócio-educativas. Família natural. Pátrio poder. Guarda, tutela e adoção. Ato infracional. Lei Estadual n.º 11.697/2001.

14 - **LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL**: Princípios institucionais, organização e atribuições do Ministério Público. Carreira, deveres, direitos, prerrogativas e garantias dos membros do Ministério Público. Regime disciplinar. Lei n.º 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), Lei Complementar n.º 75/93 (Lei Orgânica do Ministério Público da União) e Lei Complementar n.º 197, de 13 de julho de 2000 (Lei Orgânica do Ministério Público de Santa Catarina).

15 - **DIREITO ELEITORAL**: Inelegibilidade, propaganda e processo eleitoral.

IX - DO JULGAMENTO DAS PROVAS E DOS TÍTULOS

1 - Encerrada a prova oral de todos os candidatos, a Comissão, em reunião secreta a ser realizada no prazo de até 48 horas, procederá ao julgamento do concurso, apurando a nota final e apreciando, para efeito de classificação, os títulos apresentados.

2 - Apurar-se-á a média final de aprovação pela soma das notas obtidas nas provas escritas e da média aritmética das notas obtidas na prova oral, dividida por três.

Assim, $m = \frac{a+b+c}{3}$, onde:

m = média final de aprovação;

a = nota da prova escrita do Grupo I (inciso II, do art. 20);



b = nota da prova escrita do Grupo II (inciso II, do art. 20); e
c = média aritmética das notas da prova oral.

3 - Considerar-se-á aprovado o candidato que, considerado apto no exame psicotécnico e não apresentando restrições que o inabilitem ou tornem não recomendável o seu acesso à função, colhidas entre os resultados da prova de tribuna, entrevista e do procedimento investigatório, obtiver média final igual ou superior a 5 (cinco).

4 - Observado o grau máximo de 10 (dez), a nota final de classificação será obtida acrescentando-se à média final de aprovação 1/10 (um décimo) do total de pontos dos títulos apresentados pelo candidato.

5 - Ocorrendo igualdade de notas, o desempate dar-se-á, sucessivamente, em favor do candidato que tiver o maior número de pontos por títulos apresentados e, por fim, em prol do candidato mais idoso.

6 - Julgado o concurso, a Comissão divulgará o resultado, publicando-o no Diário da Justiça do Estado, e encaminhará ao Procurador-Geral de Justiça a nominata e a média final dos aprovados segundo a ordem de classificação.

7 - O recurso contra o resultado final do concurso poderá ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data em que for publicada a nominata dos aprovados e a respectiva ordem de classificação no Diário da Justiça do Estado, nos moldes estabelecidos no art. 31 do Regulamento do Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público.

8 - Caberá ao Conselho Superior homologar o resultado final do concurso.

X - DISPOSIÇÕES FINAIS

1 - A inscrição implicará o reconhecimento, por parte do candidato, das presentes instruções, bem como a aceitação das condições do concurso.

2 - As provas escritas serão numeradas, adotando-se método que impeça a respectiva identificação no momento da correção.

3 - Os recursos interpostos, em qualquer fase do certame, também serão numerados, adotando-se método que impeça a respectiva identificação no momento do julgamento. Serão analisados individualmente pela Comissão, que definirá o alcance e os efeitos da sua decisão, sendo que esta, em todos os casos, deverá ocorrer em instância única, no prazo de 3 (três) dias.



4 - Para ser admitido à prestação de cada prova, o candidato deverá comparecer no local e hora previamente designados com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência, devidamente munido do cartão de inscrição e da cédula de identidade.

5 - O concurso será eficaz por 2 (dois) anos, contados da data em que for publicado, no Diário da Justiça do Estado, o ato homologatório do Conselho Superior.

6 - Expedida a convocação, os candidatos aprovados disporão de 3 (três) dias para procederem à escolha das vagas, firmando-se a preferência de acordo com a ordem de classificação.

7 - A posse coletiva dos nomeados realizar-se-á em sessão solene do Colégio de Procuradores de Justiça, em dia, hora e local previamente estabelecidos.

8 - Todos os atos do concurso serão registrados em ata.

9 - Os casos omissos e duvidosos serão resolvidos pela Comissão de Concurso.

Florianópolis, 16 de outubro de 2001.


JOSE GALVANI ALBERTON
Procurador-Geral de Justiça

¹ Bibliografia recomendada:

BRANCHER, Ana. **História de Santa Catarina. Estudos contemporâneos.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

CORREA, Carlos Humberto. **História da cultura catarinense: o estado e as idéias.** Florianópolis: UFSC/Diário Catarinense, 1997.

LAGO, Paulo Fernando. **Santa Catarina: A transformação dos espaços geográficos.** Florianópolis: produções Culturais, 2000.

PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina: sua história.** Florianópolis: 2ª ed. ver. e ampliada. Lunardelli, 1987.

PIAZZA, Walter Fernando. e HÜBENER, Laura Machado. **Santa Catarina: história da gente.** 4 Ed., Florianópolis: Lunardelli, 1997.



RIBAS JR. Salomão. **Retratos de Santa Catarina – aspectos históricos, geográficos, políticos, constitucionais, econômicos e sociais.** Florianópolis: do autor, 1998.

SACHET, Celestino e SACHET, Sérgio. **Santa Catarina: 100 anos de história.** Florianópolis, v. 1, 1997.

SACHET, Celestino e SACHET, Sérgio. **Santa Catarina: 100 anos de história.** Florianópolis, v. 2, 1998

. **Ensaio sobre Santa Catarina.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Nova história de Santa Catarina.** Florianópolis: Terceiro Mundo, 3ª ed., 1995.

SANTA CATARINA, Gaplan. **Atlas de Santa Catarina.** Florianópolis: 1988.

SANTA CATARINA, Seplan. **Atlas Escolar de Santa Catarina.** Florianópolis: 1991.

FERNANDES NETO, Tycho Brahe. **História do Judiciário Catarinense.** Florianópolis: Diploma Legal, 2000.

16/



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

EDITAL DE CONCURSO Nº 001/2002

**CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18, inciso XIV, "a", da Lei Complementar Estadual nº 197, de 13 de julho de 2000, faz saber, a quem interessar possa, que se acham abertas, no período de 14 de outubro a 12 de novembro de 2002 (trinta dias a partir da publicação deste Edital), as inscrições para o Concurso Público de Provas e Títulos, visando ao provimento de 12 (doze) cargos de Promotor de Justiça Substituto do quadro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, conforme disposições abaixo.

O concurso será regido pela Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar nº 197/2000) e pelas normas constantes da Resolução nº 002/2002 do Conselho Superior do Ministério Público - Regulamento do Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público, facultada a Administração Superior a prorrogação do prazo deste Edital.

I - DA INSCRIÇÃO PROVISÓRIA

1 - A inscrição provisória será recebida pela Secretaria da Comissão de Concurso, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, localizada na Rua Bocaiúva, 1750 - Centro Executivo Casa do Barão - Torre B, na cidade de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, no período das 13h às 18h, de segunda a sexta-feira.

2 - O requerimento de inscrição, fornecido no local acima indicado ou retirado do site oficial na internet (www.mp.sc.gov.br), preenchido pelo candidato ou por procurador habilitado, dirigido ao Presidente da Comissão de Concurso, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- a) prova de nacionalidade brasileira, através de fotocópia autenticada da cédula de identidade ou de documento equivalente;
- b) título de bacharel em Direito, por escola pública ou reconhecida pelos órgãos oficiais de ensino, através de fotocópia autenticada do diploma de conclusão de curso ou por certidão ou atestado de conclusão de curso ou colação de grau;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

c) formulário de caráter reservado, devidamente preenchido e assinado pelo candidato, fornecido pela Comissão de Concurso no ato da inscrição ou retirado do site oficial na internet;

d) comprovante do recolhimento da taxa de inscrição, no valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais), a ser efetuado no Banco do Estado de Santa Catarina S/A - BESC, agência 055-8 (Praça XV), conta n.º 062.176-8 – PGJ/Concurso Ministério Público/SC; e

e) duas fotos recentes, no tamanho 3x4.

3 - Também poderão ser feitas inscrições através da internet, desde que devidamente preenchido o requerimento padrão de inscrição que estará à disposição do candidato no site oficial (www.mp.sc.gov.br), no espaço reservado ao Concurso Público.

3.1 - O candidato que optar pela inscrição via internet deverá encaminhar à Secretaria da Comissão, no mesmo período, pelo Correio, por carta registrada com AR ou por sedex, os documentos referidos nas letras “a”, “b”, “c”, “d” e “e” do item 2 acima, sendo válida para aferir a tempestividade da inscrição a data da postagem.

3.2 - O requerimento padrão de inscrição encaminhado pela internet, ao ser recebido pela Secretaria da Comissão, assegura ao candidato um comprovante-resposta que deverá ser mantido em seu poder para a necessária e posterior comprovação da inscrição, se for o caso.

4 - Encerrado o prazo das inscrições, a relação dos candidatos admitidos ao processo seletivo preambular, com a indicação do dia, hora, local e tempo de duração das provas correspondentes, será publicada no Diário da Justiça do Estado.

II - DO PROCESSO SELETIVO PREAMBULAR

1 - O processo seletivo preambular, de caráter eliminatório, consistirá de uma prova escrita, realizada em duas fases, contendo questões de múltipla escolha e apuração padronizada, na forma que segue:

PRIMEIRA FASE – Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Penal e Direito Processual Penal, inclusive matéria envolvendo direitos difusos e coletivos.

2



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SEGUNDA FASE - Língua Portuguesa, Conhecimentos Gerais sobre as realidades étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do Estado de Santa Catarina e questões de Direito, abstraídos os ramos compreendidos na primeira fase.

2 - Estas duas fases serão realizadas sucessivamente no mesmo dia, cada qual com 4 (quatro) horas de duração, com início às 8h e às 14h.

3 - O conteúdo programático específico do processo seletivo preambular consta do item VIII deste Edital.

4 - Durante o processo seletivo preambular os candidatos não poderão efetuar qualquer tipo de consulta, nem aos textos legais.

5 - Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem as maiores médias, até o total de 20% do número de candidatos que tenham realizado a prova, não podendo esse número exceder aos 150 (cento e cinquenta) primeiros classificados, e desde que tenham estes logrado pelo menos 50% de acertos nas questões referentes à primeira fase e 40% de acertos nas questões da segunda fase.

5.1 - Os acertos logrados na primeira fase da prova serão computados com peso 2 (dois), para fins de classificação geral.

5.2 - O percentual mínimo de acertos previsto para a segunda fase (40%) deverá ser atingido pelo candidato em cada matéria que integra a prova, ou seja: a) Língua Portuguesa; b) Conhecimentos Gerais sobre a Realidade Catarinense; c) Direito.

5.3 - Havendo candidatos empatados com a mesma média na última posição dos classificados, serão todos admitidos, ainda que ultrapassado o limite acima estabelecido.

6 - Do gabarito oficial da prova seletiva preambular, no prazo de 2 (dois) dias, contados da sua divulgação na internet e na Procuradoria-Geral de Justiça, poderão os candidatos interpor recurso nos termos do art. 32, inciso I, do Regulamento do Concurso.

7 - Para a finalidade prevista no item 6, aos candidatos que requererem será fornecida cópia das provas matrizes aplicadas pela Comissão de Concurso.

3



III - DA INSCRIÇÃO DEFINITIVA

1 - O candidato aprovado no processo seletivo preambular deverá requerer, pessoalmente ou por procurador habilitado (vedado o requerimento via internet), sua inscrição definitiva dentro dos 10 (dez) dias seguintes à publicação do resultado no Diário da Justiça do Estado.

2 - O requerimento, conforme modelo a ser fornecido, dirigido ao Presidente da Comissão de Concurso, preenchido pelo candidato, deverá ser apresentado na Secretaria da Comissão, instruído com a seguinte documentação complementar:

a) atestado de idoneidade moral subscrito por 2 (dois) ou mais membros do Ministério Público, ressalvados os impedimentos previstos no artigo 7º da Resolução nº 002/2002 do Conselho Superior do Ministério Público;

b) atestado de saúde física e mental, subscrito por 2 (dois) profissionais médicos das respectivas especialidades;

c) certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Comum, Estadual e Federal, assim como da Justiça Eleitoral e Militar, Estadual e Federal, expedidas por órgãos com jurisdição no(s) local(ais) de residência do candidato nos últimos 10 (dez) anos; e .

d) prova de quitação das obrigações eleitorais e militares, através de certidão expedida pela Justiça Eleitoral e do certificado de reservista ou de isenção do serviço militar ou documento equivalente.

2.1 - A certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Militar Estadual somente será exigida dos candidatos que sejam ou tenham sido militares estaduais.

2.2 - A certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Eleitoral deverá ser fornecida pelo Tribunal Regional Eleitoral dos respectivos Estados.

3 - O requerimento de inscrição definitiva será apensado ao da inscrição provisória e somente após a investigação sobre os aspectos da vida moral e social do candidato sobre ele decidirá a Comissão de Concurso.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

4 - A rejeição do pedido de inscrição definitiva poderá ter por fundamento o resultado da investigação referida no item anterior, malgrado o preenchimento dos requisitos formais exigidos e especificados no item 2.

5 - Terminado o julgamento, os candidatos que tiverem deferidas suas inscrições definitivas serão convocados, através de publicação no Diário da Justiça do Estado, para a prestação das provas escritas previstas no art. 20, inciso II, da Resolução nº 002/2002 do Conselho Superior do Ministério Público - Regulamento do Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público, com a indicação do dia, hora, local e tempo de duração.

IV - DAS PROVAS ESCRITAS DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO

1 - As provas escritas, de caráter eliminatório, compreenderão dois grupos de provas de respostas subjetivas, compostas de questões teóricas e práticas, na forma que segue:

GRUPO I – Direito Penal e Direito Processual Penal, inclusive matéria envolvendo direitos difusos e coletivos e Justiça Militar.

GRUPO II – Direito Civil, Direito Processual Civil, inclusive matéria envolvendo direitos difusos e coletivos, podendo constar, ainda, incursões incidentais sobre Direito Constitucional, Direito Tributário, Direito Administrativo e Direito da Criança e do Adolescente.

2 - Estes dois grupos de provas serão realizados sucessivamente em dias distintos, cada qual com 5 (cinco) horas de duração e com início às 8h.

3 - Os temas específicos, sobre os quais versarão as questões, estão relacionados no item VIII deste Edital.

4 - Na execução das provas só se permitirá ao candidato a utilização de máquina de escrever própria, caneta esferográfica azul ou preta e consulta a textos legais não comentados ou anotados, observadas as seguintes orientações:

4.1 - são vedadas quaisquer anotações feitas nos textos legais;

4.2 - será permitida a consulta a súmulas não comentadas; e

5

loast 78855



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

4.3 - será permitida a utilização de legislação com texto sublinhado ou destacado com caneta “marca-texto”.

4.4 - Poderá a Comissão de Concurso permitir a utilização de computadores pessoais ou fornecidos pelo Ministério Público.

4.5 - A não observância destas regras e das demais oriundas da Comissão de Concurso acarretará ao infrator sua eliminação imediata e sumária do certame.

5 - Na correção e julgamento das provas escritas acima mencionadas serão atribuídas, pelos respectivos examinadores, notas de 0 (zero) a 10 (dez), levando-se em conta, além do acerto das respostas, o conhecimento do vernáculo e a capacidade teórica e prática na exposição do pensamento.

6 - Somente será admitido à prova oral o candidato que obtiver, em cada grupo das provas escritas de conhecimento específico, nota igual ou superior a 5 (cinco).

7 - Os candidatos aprovados nas provas escritas de conhecimento específico serão convocados à prestação de exame psicotécnico, prova de tribuna, entrevista e prova oral, conforme publicação a ser feita no Diário da Justiça do Estado, com indicação do dia, hora e local em que serão realizados.

8 - Publicado o resultado no Diário da Justiça do Estado, qualquer candidato poderá interpor recurso no prazo de 2 (dois) dias, contados da referida publicação, podendo, para tanto, ter vista das provas na Secretaria do Concurso por uma única vez.

8.1 - Não será admitida a interposição de recurso através de fax ou por meio eletrônico (e-mail).

9 - O recurso, dirigido ao Presidente da Comissão de Concurso, será indeferido, liminarmente, se:

9.1 - interposto fora dos prazos previstos no Regulamento do Concurso;

9.2 - não evidenciar o legítimo interesse e o prejuízo sofrido pelo candidato recorrente;

6

1083c 78855



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

9.3 - proposto em desacordo com o estabelecido no § 6º do artigo 32 da Resolução nº 002/2002 do Conselho Superior do Ministério Público - Regulamento do Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público; e

9.4 - contiver qualquer sinal de identificação.

10 - No caso de provimento do recurso será publicada no Diário da Justiça nova relação de classificados.

V - DO EXAME PSICOTÉCNICO, DA PROVA DE TRIBUNA E DA ENTREVISTA

1 - O exame psicotécnico será realizado por especialistas integrantes do Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça, ou por esta credenciados.

2 - Após a realização do exame psicotécnico, o candidato será convocado para a prova de tribuna, perante a Comissão de Concurso, que terá a duração de 10 (dez) minutos, com tolerância de 2 (dois) minutos, para mais ou para menos, e que versará sobre tema previamente definido e sorteado, com antecedência mínima de 24 horas, pela Comissão, permitida apenas a consulta a breves anotações. Na seqüência da prova de tribuna, o candidato será entrevistado sobre sua vida individual e familiar, o seu relacionamento social e as atividades que exerce, observando-se a sua capacidade de expressão e tendo sempre presente os dados constantes de seu prontuário.

3 - O desempenho no exame psicotécnico, na prova de tribuna e na entrevista, realizados antes da prova oral, servirá de subsídio para o julgamento final do concurso.

VI - DA APRESENTAÇÃO DOS TÍTULOS

1 - Sob pena de preclusão, os títulos demonstrativos da capacidade do candidato, acompanhados de *curriculum vitae*, deverão ser entregues ao Presidente da Comissão de Concurso por ocasião da realização da entrevista.

2 - Consideram-se títulos, com a valoração respectiva:

a) diploma ou certificado de curso de doutorado ou livre-docência na área do Direito: 5 pontos;

100SC 7885



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

- b) diploma ou certificado de curso de mestrado na área do Direito: 4 pontos;
- c) exercício de cargo na carreira do Ministério Público ou da Magistratura: 4 ponto;
- d) diploma ou certificado de curso de especialização (pós-graduação) na área do Direito: 3 pontos;
- e) certificado de conclusão, com aproveitamento, de curso promovido por Escola do Ministério Público, reconhecido pela Administração Superior: 3 pontos;
- f) certificado de conclusão, com aproveitamento, de curso promovido por Escola da Magistratura, reconhecido pela Administração Superior: 2 pontos;
- g) obra publicada, de autoria individual e de reconhecido valor científico para as ciências jurídicas: 2 pontos;
- h) exercício de magistério superior na área do Direito: 2 pontos;
- i) exercício de cargo ou função técnico-jurídica, em caráter efetivo ou em comissão, privativa de bacharel em Direito, em órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal: 2 pontos; e
- j) certificado de aproveitamento nas funções de estagiário do Ministério Público: 1 ponto.

3 - É vedada a acumulação dos títulos referidos nas letras "a", "b" e "d", os quais excluem-se entre si, prevalecendo, em qualquer caso, o de maior pontuação.

4 - É vedada a acumulação dos títulos referidos nas letras "e" e "f", os quais excluem-se entre si, prevalecendo, em qualquer caso, o de maior pontuação.

5 - Os títulos referidos na letra "f" do item "2" acima serão oferecidos em exemplar datilografado ou impresso, comprovada, de modo inequívoco, sua autenticidade, sendo os demais comprovados por meio de certidões ou cópias conferidas, podendo a Comissão de Concurso determinar a exibição do original na Secretaria, visando nova conferência.

6 - O título referido na letra "h" do item "2" acima será considerado uma única vez, ainda que diversas as instituições em que ministrado o magistério, somente sendo considerada a docência pelo período mínimo de um ano letivo, nos últimos cinco anos imediatamente anteriores à última publicação do presente Edital.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

7 - Os títulos referidos na letra "i" do item "2" acima pressupõem, para efeito de cômputo, o exercício de, no mínimo, um ano no cargo ou função.

8 - Os títulos terão notas meramente classificatórias.

VII - DA PROVA ORAL

1 - A prova oral versará sobre questões de Direito compreendidas no contexto temático definido pelo art. 4º da Resolução nº 002/2002 do Conselho Superior do Ministério Público - Regulamento do Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público.

2 - O candidato sorteará, dentre todos os elaborados pela Comissão, o ponto sobre o qual será argüido, no momento em que for chamado para prestar a prova oral.

3 - O membro da Comissão examinadora, ao concluir a argüição de cada candidato, cuja duração não poderá ser superior a 30 (trinta) minutos, atribuir-lhe-á nota na graduação de 0 (zero) a 10 (dez), atendendo ao mérito das respostas, para aferição do qual deverão ser levados em conta o nível de acerto e precisão jurídica, a adequação da linguagem e a segurança demonstrados pelo candidato.

4 - Considerar-se-á habilitado na prova oral o candidato que obtiver média aritmética igual ou superior a 5 (cinco), calculada com base nas notas que lhe foram atribuídas por cada um dos membros da Comissão que o argüiram.

VIII - DO PROGRAMA

1 - **CONHECIMENTOS GERAIS DA LÍNGUA PORTUGUESA:**
Ortografia: acentuação gráfica. Pontuação. Verbo (tempo, modo, pessoa). Colocação pronominal. Concordância verbal. Concordância nominal. Regência verbal. Regência nominal. Crase.

2 - **REALIDADES ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA** ¹: A ocupação, exploração e povoamento do território catarinense: Os primeiros contatos dos europeus com os indígenas; O reconhecimento e povoamento do litoral e do planalto; As imigrações e migrações; colonizações - estabelecimento e expansão. Economia, Política e Quadro Social: A história política e administrativa em Santa Catarina - da colonização à República; A escravidão e o preconceito; A



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

configuração de um novo espaço econômico, político e social no século XIX; A evolução econômica-social: de subsistência à subsidiária; o rural e o urbano; a industrialização; política de urbanização e a modernidade; Os movimentos e rebeliões político-sociais – século XIX e XX; Os impactos da 1ª Grande Guerra, do Estado Novo e da 2ª Grande Guerra em Santa Catarina; O modelo catarinense de desenvolvimento. Planos de Governo; A definição do território e a atualidade catarinense – Santa Catarina nas últimas décadas. As regiões geoeconômicas de Santa Catarina (formação, caracterização, delimitação, localização, abrangência, atividades): A região sul; O planalto; O vale do Itajaí; A região de Florianópolis; A região nordeste. O espaço catarinense: Dinâmica populacional: colonização, migrações, grupos étnicos, distribuição por sexo, faixa etária, atividades econômicas, ocupação; Estrutura urbana: crescimento e dinâmica das cidades no Estado; A produção artesanal e manufatureira no Estado; O comércio e serviços: oferta, distribuição e abrangências; A indústria: caracterização, fomento, aspectos econômicos, sociais e políticos; O turismo: sustentável e predatório; turismo como atividade econômica no Estado; A agricultura e a questão agrária em Santa Catarina: o debate sobre a questão agrária, os problemas agrários em Santa Catarina, a agricultura e o meio ambiente; A pesca em Santa Catarina: artesanal e industrial; Comunicação e transportes; O Mercosul: as iniciativas de integração e as contradições do Mercosul. O meio ambiente catarinense: os conjuntos das paisagens naturais catarinenses: os aspectos físicos (relevo, vegetação, clima, hidrografia); As transformações do meio ambiente: uso do solo, manejo, industrialização, urbanização, fronteiras agrícolas; Os grandes problemas ambientais: poluição, desmatamento, cheias, manejo, violência, miséria, fome, água. A arte e a cultura catarinenses dos séculos XIX e XX: Os movimentos artísticos e literários em Santa Catarina; A educação em Santa Catarina: tendências e impasses contemporâneos. O Ministério Público e o Poder Judiciário em Santa Catarina: sua organização e sua história.

3 - **FUNDAMENTOS E NOÇÕES GERAIS DE DIREITO:** Sociologia Jurídica: a sociologia dos tribunais e a democratização da Justiça. O acesso à justiça. A administração da justiça enquanto instituição política e profissional. Os conflitos sociais e os mecanismos da sua resolução para uma nova política judiciária. Hermenêutica Jurídica: interpretação, integração e aplicação do Direito. Fontes do Direito (material e formal). Hermenêutica e interpretação do Direito: lacunas e antinomias do Direito. Princípios fundamentais (irretroatividade, direito adquirido, coisa julgada, ato jurídico perfeito). Filosofia do Direito: a construção do positivismo jurídico (escola histórica e o processo de codificação do Direito). O positivismo jurídico (definição conceitual e problemas

10

100sc 78855



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

fundamentais da concepção positivista (teoria estrutural do Direito, teoria da norma jurídica e teoria do ordenamento jurídico). Jusnaturalismo (definição conceitual e problemas fundamentais). A concepção jusracionalista na Antigüidade, na Idade Média e o jusracionalismo. Justiça (concepções acerca da Justiça).

4 - **CRIMINOLOGIA E POLÍTICA CRIMINAL:** Criminologia: conceitos de crime, de criminoso e de pena nas diversas correntes do pensamento criminológico (na Escola Clássica, na escola Positiva, na Escola Técnico-Jurídica e na Criminologia Crítica). A questão paradigmática em Criminologia (paradigma etiológico e paradigma da reação social). Os processos de criminalização (primária e secundária) e descriminalização. A teoria da seletividade no processo de criminalização. O sistema penal formal e informal. Problemas criminológicos sul-americanos e brasileiros. A Política Criminal: a Política Penal e a Política Criminal. Os movimentos atuais de política criminal (movimento de lei e ordem, neodefensismo, minimalismo penal, garantismo e abolicionismo penal). A pena como instrumento de política penal (problemas). As funções da pena. A prisão como pena hegemônica e as alternativas à prisão. Os problemas relacionados à prisão (superlotação, estigmatização, violência, abusos). A situação carcerária brasileira e catarinense (população carcerária e localização dos estabelecimentos prisionais). Problemas atuais de Política Criminal: drogas, violência policial e corrupção.

5 - **DIREITO PENAL:** A Dogmática Penal (origens e funções). Lei de Introdução ao Código Penal. Código Penal: Parte Geral. Norma penal: conceito, fontes e classificação. Analogia. Hermenêutica Penal. Vigência e aplicação da lei penal. Crime: tipicidade, antijuridicidade, culpabilidade e todas as suas categorias. Pena e Medida de Segurança: cominação, aplicação e execução. Extinção da punibilidade. Reabilitação. Crimes em espécie previstos no Código Penal: contra a pessoa; contra o patrimônio; contra os costumes; contra a família; contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos; contra a incolumidade pública, paz, fé e administração pública. Código Penal Militar. Crimes falimentares (Decreto-Lei n.º 7.661/45). Crimes de abuso de autoridade (Lei n.º 4.898/65). Crimes de imprensa (Lei 5.250/67). Crimes de responsabilidade dos prefeitos e vereadores (Decreto-Lei n.º 201/67). Crimes da Lei Antitóxico (Lei n.º 6.368/76 e Lei n.º 10.409/02). Crimes relativos ao parcelamento do solo urbano (Lei n.º 6.766/79). Crimes resultantes de preconceito de raça e cor (Lei n.º 7.716/89). Crimes contra a pessoa portadora de deficiência física (Lei n.º 7.853/89). Crimes hediondos (Leis n.ºs 8.072/90 e 8.930/94). Crimes contra a criança e o adolescente (Lei 8.069/90). Crimes contra o processo licitatório (Lei n.º

11

loosc/8855



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

8.666/93). Crimes da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/01). Crimes contra o consumidor, relações de consumo, economia popular, ordem econômica e tributária (Leis nº 1.521/51, 8.078/90, 8.137/90, 8.176/91 e 9.080/95). Crimes contra o meio ambiente, fauna, flora, águas e pesca (Leis n.ºs 4.771/65, 5.197/67, 7.679/88, Decreto-Lei n.º 221/67 e 9.605/98). Crimes contra a propriedade industrial (Lei n.º 9.279/96). Crimes de Trânsito (Lei nº 9.503/97). Crimes de Tortura (Lei n.º 9.455/97). Crimes de posse e porte ilegal de arma (Lei n.º 9.437/97). Crimes eleitorais (Leis n.ºs 4.737/65, 6.091/74 e 9.504/97). Crimes de remoção ilegal de órgãos, tecidos e partes do corpo humano (Lei n.º 9.434/97). Crimes contra a propriedade intelectual de programas de computador (Lei n.º 9.609/98). Crimes de lavagem de dinheiro (Lei n.º 9.613/98). Crimes relativos ao jogo do bingo (Lei n.º 9.615/98). Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688/41).

6 - **DIREITO PROCESSUAL PENAL**: Lei de Introdução ao Código de Processo Penal. Princípios gerais de Direito Processual Penal. Do inquérito policial. Da ação penal. Da ação civil. Da competência. Das questões e processos incidentes. Seqüestro de bens (Decreto-Lei n.º 3.240/41). Da prova. Do Juiz e do Ministério Público. Do acusado, do seu defensor, do assistente, dos auxiliares da justiça. Da prisão e da liberdade provisória. Da prisão temporária (Lei n.º 7.960/89). Das citações e intimações. Da aplicação provisória de interdições de direitos e medidas de segurança. Da sentença. Do procedimento comum. Dos procedimentos especiais e sumários previstos no Código de Processo Penal (Decreto-Lei n.º 3.689/41) e nas Leis extravagantes. Das nulidades e dos recursos em geral. Do "habeas corpus". Do processo da execução penal (Leis n.ºs 7.210/84 e 9.460/97). Da graça, do indulto e da anistia. Disposições gerais do Código de Processo Penal. Do Código de Processo Penal Militar. Da Lei dos Crimes Hediondos (Leis n.ºs 8.072/90, 8.930/94 e 9.695/98). Dos Juizados Especiais Criminais Estaduais (Lei n.º 9.099/95) e Federais (Lei nº 10.259/2001). Da repressão ao crime organizado (Leis n.ºs 9.034/95 e 9.303/96). Da interceptação telefônica (Lei n.º 9.299/96). Da proteção a testemunhas (Lei n.º 9.807/99). Do mandado de segurança em matéria penal. Da identificação criminal (Lei nº 10.054/00). Do sigilo das operações de instituições financeiras (Lei Complementar nº 105/2001).

7 - **DIREITO CIVIL**: Lei de Introdução ao Código Civil (Decreto-Lei nº 4.675/42). Código Civil (Lei nº 3.071/16): Das Pessoas. Dos Bens. Dos fatos jurídicos. Direito da Família: casamento e seus efeitos jurídicos, regime de bens entre os cônjuges, anulação e nulidade do casamento, divórcio e separação judicial, união estável e seus efeitos jurídicos, tutela, curatela, ausência, relações de parentesco. Direito das

12



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Coisas. Direito das Obrigações. Direito das Sucessões. Registros Públicos: Lei nº 6.015/73. Loteamento e Parcelamento do Solo Urbano: Lei nº 6.766/79. Lei n.º 8.971/94. Lei n.º 9.265/96. Lei n.º 9.278/96. Lei n.º 9.534/97. Novo Código Civil: Lei nº 10.406/02.

8 - DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Do Processo de Conhecimento: da jurisdição e da ação. Das partes e dos Procuradores do Ministério Público no processo civil. Dos órgãos judiciários e dos auxiliares da justiça: da competência, do juiz. Dos atos processuais: da forma, dos prazos, do lugar, das comunicações dos atos processuais, das nulidades, outros atos processuais. Da formação, suspensão e extinção do processo. Do processo e do procedimento: do procedimento ordinário, do procedimento sumaríssimo, da revelia, das provas, da audiência, a sentença e a coisa julgada. Dos Recursos. Do processo de execução: da execução em geral, da execução contra a Fazenda Pública, da execução de prestação alimentícia, dos embargos do devedor, da suspensão e da extinção do processo de execução. Do processo cautelar: das medidas cautelares. Dos procedimentos especiais: dos procedimentos especiais de jurisdição contenciosa: da ação de prestação de contas, das ações possessórias, da ação de usucapião, do inventário e da partilha, da habilitação; dos procedimentos especiais de jurisdição voluntária: Das disposições gerais, da separação consensual, dos testamentos e codicilos, dos bens dos ausentes, das coisas vagas, da curatela dos interditos, das disposições comuns à tutela e à curatela, da organização e da fiscalização das fundações. Da ação de alimentos. Do divórcio. Do mandado de segurança. Da ação popular. Da ação civil pública (Lei nº 7.347/85). Do Juizado Especial Cível Estadual (Lei nº 9.099/95) e Federal (Lei nº 10.259/2001).

9 - DIREITO CONSTITUCIONAL: Classificação das constituições. Normas constitucionais - Eficácia, interpretação e aplicabilidade. Constituição da República Federativa do Brasil. Poder constituinte. Limitações ao poder de reforma constitucional. Controle de constitucionalidade - espécies e critérios de controle. O controle difuso e o concentrado. As ações diretas de inconstitucionalidade. A ação declaratória de constitucionalidade. O processo de julgamento das ADIns e ADCs perante o STF (Lei Federal n.º 9.868/99). Princípios Fundamentais da Constituição Federal. A declaração dos direitos e deveres constitucionais individuais e coletivos. Dos instrumentos de garantia dos direitos constitucionais. Dos direitos sociais. Da nacionalidade e da cidadania. Dos direitos políticos. O Estado Federal - a União, os Estados Membros, os Municípios e o DF. Distribuição das competências - privativas, comuns e concorrentes. Organização dos Poderes - Poder Legislativo; o Poder Executivo; o Poder Judiciário. As



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

funções essenciais à justiça – O Ministério Público, a Advocacia e a Defensoria Pública. A Defesa do Estado e Instituições Democráticas – do Estado de defesa e do Estado de Sítio; as Forças Armadas e a Segurança Pública. Da Ordem Econômica e Financeira – princípios gerais da atividade econômica. Da Ordem Social – da seguridade, da saúde, da previdência e da assistência social; da educação e da cultura. Do meio ambiente. Da família, da criança, do adolescente e do idoso. Dos Índios. A Constituição do Estado de Santa Catarina: da Organização Político-Administrativa do Estado; da organização dos Poderes; da Segurança Pública e da Ordem Social.

10 - **DIREITO ADMINISTRATIVO**: Direito Público e Direito Privado. Direito Administrativo: conceito. Administração Pública: órgãos e agentes públicos. Princípios básicos e administração pública: uso e abuso de poder. Poderes administrativos. Ato Administrativo: conceito, classificação e invalidação. Contrato Administrativo: princípios gerais, espécies e rescisão. Licitação. Serviços Públicos: princípios gerais. Administração direta e indireta. Servidor público. Domínio público, intervenção na propriedade e no domínio econômico. Responsabilidade civil da administração. Administração em juízo. O controle da administração pelo Judiciário.

11 - **DIREITO TRIBUTÁRIO**: Sistema Tributário Nacional: princípios gerais. Competência tributária. Os impostos da União, Estados e Municípios. Responsabilidade tributária. Imunidade e isenção. Crédito Tributário: lançamento, suspensão, extinção. Privilégios. Anistia. Lei de Execução Fiscal.

12 - **DIREITO ACIDENTÁRIO**: Acidente do Trabalho: conceito, abrangência, equiparação, tutelados, doenças profissionais e do trabalho, benefícios e serviços, procedimento judicial, intervenção do Ministério Público, prescrição.

13 - **DIREITO COMERCIAL E FALIMENTAR**: Títulos de crédito e Sociedades comerciais. Falência e Concordata: caracterização, natureza jurídica, processo judicial, direitos e deveres do falido, do concordatário e dos credores, os órgãos da falência, funções do Ministério Público.

14 - **DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS**: Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Ação Civil Pública: conceito e objeto. Legitimação ativa. Legitimação passiva. Interesse de agir. Litisconsórcio e assistência. Competência. Recursos. Coisa julgada. Execução e fundo para reconstituição dos bens lesados. Inquérito Civil: objeto, instauração, poderes instrutórios, compromisso de ajustamento de

14

loesc 78855



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

condutas e arquivamento. Direito Ambiental: princípios fundamentais do direito ambiental; tutela constitucional do meio ambiente; plano nacional de gerenciamento costeiro (Lei n° 7.661/88); políticas nacional e estadual do meio ambiente (Lei n° 6.938/81 e Lei Estadual n° 5.793/80, regulamentada pelo Decreto Estadual n° 14.250/81); sistema nacional de unidades de conservação da natureza (Lei n° 9.985/00); políticas nacional e estadual dos recursos hídricos (Lei n° 9.433/97 e Lei Estadual n° 9.748/94); Código Florestal (Lei n° 4.771/65); Urbanismo e Meio Ambiente – Estatuto da Cidade (Lei n° 10.257/01) e Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei n° 6.766/79); tombamento – instrumento jurídico de proteção do patrimônio natural e cultural. Direito do Consumidor: Lei n.º 8.078/90. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (Decreto n° 2.181/97). Utilização e comercialização de organismos geneticamente modificados no Estado de Santa Catarina (Lei Estadual n° 12.128/2002). Planos e seguros privados de assistência à saúde (Lei n° 9.656/98). Defesa da Moralidade Administrativa: Lei Complementar n° 101/01; Leis n.ºs 8.429/92 e 8.666/93; Decreto-Lei n.º 201/67. Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania: Apoio às Pessoas Portadoras de Deficiências (Lei n.º 7.853/89, regulamentada pelo Decreto n° 3.298/99; Lei n° 10.048/00; Lei n° 10.098/00; Decreto 1.744/95) e de transtornos mentais (Lei n° 10.216/2001); Sistema Único de Saúde (Lei n.º 8.080/90; Lei n° 8.142/90; Decreto n° 1.651/95; e NOB (Norma Operacional Básica) n° 01/96, publicada no D.O.U. de 06/11/1996); Política Nacional do Idoso (Lei n.º 8.842/94; Decreto n.º 1.948/96; Portaria n° 810/89, do Ministério da Saúde) e Política Estadual do Idoso (Lei n° 11.436/00; Lei n° 11.402/00; Decreto Estadual n° 3.514/2001). Defesa das Fundações: Lei n° 8.958/98; Lei n° 9.790/99; Decreto-lei n° 41/66.

15 - **DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE** (Lei n.º 8.069/90). Doutrina da proteção integral. Política e sistema de atendimento. Conselho Tutelar e Conselho de Direitos. Fundo da Infância e Adolescência. A Justiça da infância e juventude: juizes, promotores de justiça, advogados e técnicos. Medidas protetivas e sócio-educativas. Família natural. Pátrio poder. Guarda, tutela e adoção. Ato infracional. Lei Estadual n° 11.697/2001.

16 - **LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL**: Princípios institucionais, organização e atribuições do Ministério Público. Carreira, deveres, direitos, prerrogativas e garantias dos membros do Ministério Público. Regime disciplinar. Lei n.º 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); Lei Complementar n.º 75/93 (Lei Orgânica do Ministério Público da União) e Lei Complementar n.º 197, de 13 de julho de 2000 (Lei Orgânica do Ministério Público de Santa Catarina).

15

loesc 78855



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

17 - **DIREITO ELEITORAL**: Inelegibilidade, propaganda e processo eleitoral.

IX - DO JULGAMENTO DAS PROVAS E DOS TÍTULOS

1 - Encerrada a prova oral de todos os candidatos, a Comissão, em reunião secreta a ser realizada no prazo de até 48 horas, procederá ao julgamento do concurso, apurando a nota final e apreciando, para efeito de classificação, os títulos apresentados.

2 - Apurar-se-á a média final de aprovação pela soma das notas obtidas nas provas escritas e da média aritmética das notas obtidas na prova oral, dividida por três.

Assim, $m = \frac{a+b+c}{3}$, onde:

m = média final de aprovação;

a = nota da prova escrita do Grupo I (inciso II, do art. 20);

b = nota da prova escrita do Grupo II (inciso II, do art. 20); e

c = média aritmética das notas da prova oral.

3 - Considerar-se-á aprovado o candidato que, considerado apto no exame psicotécnico e não apresentando restrições que o inabilitem ou tornem não recomendável o seu acesso à função, colhidas entre os resultados da prova de tribuna, entrevista e do procedimento investigatório, obtiver média final igual ou superior a 5 (cinco).

4 - Observado o grau máximo de 10 (dez), a nota final de classificação será obtida acrescentando-se à média final de aprovação 1/10 (um décimo) do total de pontos dos títulos apresentados pelo candidato.

5 - Ocorrendo igualdade de notas, o desempate dar-se-á, sucessivamente, em favor do candidato que tiver o maior número de pontos por títulos apresentados e, por fim, em prol do candidato mais idoso.

6 - Julgado o concurso, a Comissão divulgará o resultado, publicando-o no Diário da Justiça do Estado, e encaminhará ao Procurador-Geral de Justiça a nominata e a média final dos aprovados segundo a ordem de classificação.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

7 - O recurso contra o resultado final do concurso poderá ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data em que for publicada a nominata dos aprovados e a respectiva ordem de classificação no Diário da Justiça do Estado, nos moldes estabelecidos no art. 31 do Regulamento do Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público.

8 - Caberá ao Conselho Superior homologar o resultado final do concurso.

X - DISPOSIÇÕES FINAIS

1 - A inscrição implicará o reconhecimento, por parte do candidato, das presentes instruções, bem como a aceitação das condições do concurso.

2 - As provas escritas serão numeradas, adotando-se método que impeça a respectiva identificação no momento da correção.

3 - Os recursos interpostos, em qualquer fase do certame, também serão numerados, adotando-se método que impeça a respectiva identificação no momento do julgamento. Serão analisados individualmente pela Comissão, que definirá o alcance e os efeitos da sua decisão, sendo que esta, em todos os casos, deverá ocorrer em instância única, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

4 - Para ser admitido à prestação de cada prova, o candidato deverá comparecer no local e hora previamente designados com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência, devidamente munido do cartão de inscrição e da cédula de identidade.

5 - O concurso será eficaz por 2 (dois) anos, contados da data em que for publicado, no Diário da Justiça do Estado, o ato homologatório do Conselho Superior, podendo ser prorrogado, uma vez, por igual período.

6 - Expedida a convocação, os candidatos aprovados disporão de 3 (três) dias para procederem à escolha das vagas, firmando-se a preferência de acordo com a ordem de classificação.

7 - Os candidatos que por ocasião da inscrição provisória tenham comprovado o título de bacharel em direito através de certificado ou atestado de conclusão de curso, deverão apresentar, até a nomeação, fotocópia autenticada do diploma de conclusão de curso, devidamente

17



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

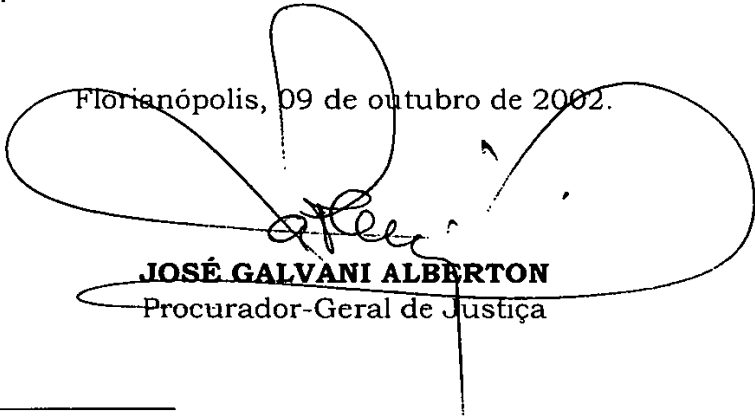
registrado, ou certidão de colação de grau, neste caso acompanhada de comprovação do encaminhamento do diploma respectivo para registro junto ao órgão oficial competente.

8 - A posse coletiva dos nomeados realizar-se-á em sessão solene do Colégio de Procuradores de Justiça, em dia, hora e local previamente estabelecidos.

9 - Todos os atos do concurso serão registrados em ata.

10 - Os casos omissos e duvidosos serão resolvidos pela Comissão de Concurso.

Florianópolis, 09 de outubro de 2002.


JOSÉ GALVANI ALBERTON
Procurador-Geral de Justiça

¹ Bibliografia recomendada:

BRANCHER, Ana. *História de Santa Catarina. Estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

BRÜNING, Raulino Jacó. *História do Ministério Público Catarinense*. Florianópolis: Habitus, 2001.

CORREA, Carlos Humberto. *História da cultura catarinense: o estado e as idéias*. Florianópolis: UFSC/Diário Catarinense, 1997.

LAGO, Paulo Fernando. *Santa Catarina: A transformação dos espaços geográficos*. Florianópolis: produções Culturais, 2000.

PIAZZA, Walter Fernando. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: 2ª ed. ver. e ampliada. Lunardelli, 1987.

PIAZZA, Walter Fernando. e HÜBENER, Laura Machado. *Santa Catarina: história da gente*. 4 Ed., Florianópolis: Lunardelli, 1997.

RIBAS JR. Salomão. *Retratos de Santa Catarina – aspectos históricos, geográficos, políticos, constitucionais, econômicos e sociais*. Florianópolis: do autor, 1998.

SACHET, Celestino e SACHET, Sérgio. *Santa Catarina: 100 anos de história*. Florianópolis, v. 1, 1997.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SACHET, Celestino e SACHET, Sérgio. **Santa Catarina: 100 anos de história**. Florianópolis, v. 2, 1998

. **Ensaio sobre Santa Catarina**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Nova história de Santa Catarina**. Florianópolis: Terceiro Mundo, 3ª ed., 1995.

SANTA CATARINA, Gaplan. **Atlas de Santa Catarina**. Florianópolis: 1988.

SANTA CATARINA, Seplan. **Atlas Escolar de Santa Catarina**. Florianópolis: 1991.

FERNANDES NETO, Tycho Brahe. **História do Judiciário Catarinense**. Florianópolis: Diploma Legal, 2000.

**CONCURSO PÚBLICO
DE INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

EDITAL Nº 001/2002

Encontram-se abertas as inscrições para o Concurso Público de Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, nos termos do Edital nº 001/2002, publicado no Diário de Justiça do Estado de Santa Catarina nº 11.052, de 11/10/2002.

Período de inscrições: de 14 de outubro a 12 de novembro de 2002.

Local: Procuradoria-Geral de Justiça – Rua Bocaiúva, 1750 – Florianópolis/SC.

Taxa de Inscrição: R\$ 120,00 (cento e vinte reais).

Informações: no site www.mp.sc.gov.br ou pelo telefone (048) 229-9024.

Florianópolis, 11 de outubro de 2002.

**JOSÉ GALVANI ALBERTON
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE CONCURSO Nº 001/2004/PGJ

**XXXI CONCURSO DE INGRESSO NA
CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

EDITAL

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18, inc. XIV, "a", da Lei Complementar Estadual nº 197, de 13 de julho de 2000, faz saber, a quem interessar possa, que se acham abertas, no período de 1º a 30 de março de 2004, as inscrições para o XXXI Concurso Público de Provas e Títulos, visando ao provimento de 36 (trinta e seis) cargos vagos na Carreira do Ministério Público, conforme disposições abaixo.

O concurso será regido pela Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar nº 197/2000) e pelas normas constantes da Resolução nº 002/2003 do Conselho Superior do Ministério Público - Regulamento do Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público -, facultada à Administração Superior a prorrogação do prazo deste Edital.

I - DA INSCRIÇÃO PROVISÓRIA

1. A inscrição provisória será recebida pela Secretaria da Comissão de Concurso, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, localizada na Rua Bocaiúva, 1.750 - Centro Executivo Casa do Barão - Torre B, na cidade de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, no período das 13h às 18h, de segunda a sexta-feira.

2. O requerimento de inscrição, fornecido no local acima indicado ou retirado do site oficial na *internet* (www.mp.sc.gov.br), preenchido pelo candidato ou por procurador habilitado, dirigido ao Presidente da Comissão de Concurso, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

a) prova de nacionalidade brasileira, por meio de fotocópia autenticada da cédula de identidade ou de documento equivalente;

b) título de bacharel em Direito, por escola pública ou reconhecida pelos órgãos oficiais de ensino, por intermédio de fotocópia autenticada do diploma de conclusão de curso ou por certidão ou atestado de conclusão de curso ou colação de grau;

1
1000071035



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

c) formulário de caráter reservado, devidamente preenchido e assinado pelo candidato, fornecido pela Comissão de Concurso no ato da inscrição ou retirado do *site* oficial na *internet*;

d) comprovante do recolhimento da taxa de inscrição, no valor de R\$ 130,00 (cento e trinta reais), a ser efetuado no Banco do Estado de Santa Catarina S/A - BESC, agência 055-8 (Praça XV), conta n.º 062.176-8 - PGJ/Concurso Ministério Público/SC; e

e) duas fotos recentes, no tamanho 3x4.

3. Também poderão ser feitas inscrições por meio da *internet*, desde que devidamente preenchido o requerimento padrão de inscrição que estará à disposição do candidato no *site* oficial (www.mp.sc.gov.br), no espaço reservado ao Concurso Público.

3.1 O candidato que optar pela inscrição via *internet* deverá encaminhar à Secretaria da Comissão, no mesmo período, pelo Correio, por carta registrada com AR ou por Sedex, os documentos referidos nas letras "a", "b", "c", "d" e "e" do item 2, sendo válida para aferir a tempestividade da inscrição a data da postagem.

3.2 O requerimento padrão de inscrição encaminhado pela *internet*, ao ser recebido pela Secretaria da Comissão, assegura ao candidato um comprovante-resposta que deverá ser mantido em seu poder para a necessária e posterior comprovação da inscrição.

4. Encerrado o prazo das inscrições, a relação dos candidatos admitidos ao processo seletivo preambular, com a indicação do dia, hora, local e tempo de duração das provas correspondentes, será publicada no Diário da Justiça do Estado.

II - DO PROCESSO SELETIVO PREAMBULAR

1. O processo seletivo preambular, de caráter eliminatório, consistirá de uma prova escrita, realizada em duas fases, contendo questões de múltipla escolha e apuração padronizada, na forma que segue:

PRIMEIRA FASE - Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Penal e Direito Processual Penal, inclusive matéria envolvendo direitos difusos e coletivos.

SEGUNDA FASE - Língua Portuguesa, Conhecimentos Gerais sobre as realidades étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do Estado de Santa Catarina e questões de Direito, abstraídos os ramos compreendidos na primeira fase.

2
10esc 71035



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

2. As duas fases previstas no item 1 serão realizadas sucessivamente no mesmo dia, cada qual com 4 (quatro) horas de duração, com início às 8h e às 14h.
3. O conteúdo programático específico do processo seletivo preambular consta do item VIII deste Edital.
4. Durante o processo seletivo preambular, os candidatos não poderão efetuar qualquer tipo de consulta, nem aos textos legais.
5. Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem as maiores médias, até o total de 20% do número de candidatos que tenham realizado a prova, não podendo esse número exceder aos 150 (cento e cinquenta) primeiros classificados, e desde que tenham esses logrado pelo menos 50% de acertos nas questões referentes à primeira fase e 50% de acertos nas questões da segunda fase.
 - 5.1 Os acertos logrados na primeira fase da prova serão computados com peso 2 (dois), para fins de classificação geral.
 - 5.2 O percentual mínimo de acertos previsto para a segunda fase (50%) deverá ser atingido pelo candidato em cada matéria que integra a prova, ou seja: a) Língua Portuguesa; b) Conhecimentos Gerais sobre a Realidade Catarinense; c) Direito.
 - 5.3 Havendo candidatos empatados com a mesma média na última posição dos classificados, serão todos admitidos, ainda que ultrapassado o limite acima estabelecido.
6. O processo seletivo preambular não será computado para efeito do cálculo da média final de aprovação, constituindo-se em mero juízo de admissibilidade da inscrição definitiva.
7. Do gabarito oficial da prova seletiva preambular, no prazo de 2 (dois) dias, contados da sua divulgação na *internet* e na Procuradoria-Geral de Justiça, poderão os candidatos interpor recurso nos termos do art. 30, § 1º, do Regulamento do Concurso (Resolução nº 002/2003/CSMP).
8. Para a finalidade prevista no item 7, aos candidatos que requererem será fornecida cópia das provas matrizes aplicadas pela Comissão de Concurso.

III - DA INSCRIÇÃO DEFINITIVA

1. O candidato aprovado no processo seletivo preambular deverá requerer, pessoalmente ou por procurador habilitado (vedado o requerimento via *internet*), sua inscrição definitiva dentro dos 10 (dez) dias seguintes à publicação do resultado no Diário da Justiça do Estado.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

2. O requerimento, conforme modelo a ser fornecido, dirigido ao Presidente da Comissão de Concurso, preenchido pelo candidato, deverá ser apresentado na Secretaria da Comissão, instruído com a seguinte documentação complementar:

a) atestado de idoneidade moral subscrito por 2 (dois) ou mais membros do Ministério Público, ressalvados os impedimentos previstos no artigo 7º da Resolução nº 002/2003 do Conselho Superior do Ministério Público;

b) atestado de saúde física e mental, subscrito por 2 (dois) profissionais médicos das respectivas especialidades;

c) certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Comum, Estadual e Federal, assim como da Justiça Eleitoral e da Justiça Militar Estadual, expedida por órgãos com jurisdição no(s) local(ais) de residência do candidato nos últimos 10 (dez) anos; e

d) prova de quitação das obrigações eleitorais e militares, por meio de certidão expedida pela Justiça Eleitoral e do certificado de reservista ou de isenção do serviço militar ou documento equivalente.

2.1 A certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Militar Estadual somente será exigida dos candidatos que sejam ou tenham sido militares estaduais.

2.2 A certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Eleitoral deverá ser fornecida pelo Tribunal Regional Eleitoral dos respectivos Estados.

2.3 No requerimento de inscrição definitiva deverá o candidato indicar as comarcas onde haja exercido a advocacia; cargo do Ministério Público; da Magistratura; da Polícia ou qualquer outra atividade pública ou particular, declinando o nome e o endereço dos órgãos ou das empresas a que serviu bem como as épocas de permanência em cada um deles.

3. O requerimento de inscrição definitiva será apensado ao da inscrição provisória e, somente após a investigação sobre os aspectos da vida moral e social do candidato, sobre ele decidirá a Comissão de Concurso.

4. A rejeição do pedido de inscrição definitiva poderá ter por fundamento o resultado da investigação referida no item anterior, malgrado o preenchimento dos requisitos formais exigidos e especificados no item 2.

5. Terminado o julgamento, os candidatos que tiverem deferidas suas inscrições definitivas serão convocados, por meio de publicação no Diário da Justiça do Estado, para a prestação das provas escritas previstas no art. 18, inc. II, da Resolução nº 002/2003 do Conselho Superior do Ministério Público - Regulamento do Concurso de Ingresso na Carreira do



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Ministério Público -, com a indicação do dia, da hora, do local e do tempo de duração.

IV - DAS PROVAS ESCRITAS DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO

1. As provas escritas, cada qual de caráter eliminatório, compreenderão 3 (três) grupos de provas de respostas subjetivas, compostas de questões teóricas e práticas, na forma que segue:

GRUPO I – Direito Penal e Direito Processual Penal;

GRUPO II – Direito Civil, Direito Processual Civil, podendo constar, ainda, incursões incidentais sobre Direito Constitucional, Direito Tributário, Direito Administrativo e Direito da Criança e do Adolescente; e

GRUPO III – Direitos Difusos e Coletivos.

2. Esses 3 (três) grupos de provas serão realizados sucessivamente em dias distintos, cada qual com 5 (cinco) horas de duração e com início às 8h.

3. Os temas específicos, sobre os quais versarão as questões, estão relacionados no item VIII deste Edital.

4. Na execução das provas, só se permitirá ao candidato a utilização de máquina de escrever própria, caneta esferográfica azul ou preta e consulta a textos legais não comentados ou anotados, observadas as seguintes orientações:

4.1 são vedadas quaisquer anotações feitas nos textos legais;

4.2 será permitida a consulta a súmulas não comentadas;

4.3 será permitida a utilização de legislação com texto sublinhado ou destacado com caneta “marca-texto”;

4.4 poderá a Comissão de Concurso exigir que o candidato utilize computador fornecido pelo Ministério Público para a realização das provas escritas; e

4.5 a não observância dessas regras e das demais oriundas da Comissão de Concurso bem como a descortesia do candidato para com qualquer membro da Comissão de Concurso, Secretário ou Fiscais, no local da prova, acarretará ao infrator sua eliminação imediata e sumária do certame.

5. Na correção e julgamento das provas escritas antes mencionadas, serão atribuídas pelos respectivos examinadores notas de 0 (zero) a 10 (dez), levando-se em conta, além do acerto das respostas, a adequação técnica, o conteúdo jurídico, a sistematização lógica e o nível de persuasão.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

6. Somente será admitido à prova oral o candidato que obtiver, em cada grupo das provas escritas de conhecimento específico, nota igual ou superior a 5 (cinco).

7. Os candidatos aprovados nas provas escritas de conhecimento específico serão convocados à prestação de exame psicotécnico, prova de tribuna, entrevista e prova oral, conforme publicação a ser feita no Diário da Justiça do Estado, com indicação do dia, da hora e do local em que serão realizados.

8. Publicado o resultado no Diário da Justiça do Estado, qualquer candidato poderá interpor recurso no prazo de 2 (dois) dias, contados da referida publicação, podendo, para tanto, ter vista das provas na Secretaria do Concurso por uma única vez.

8.1 Não será admitida a interposição de recurso via fax ou por meio eletrônico (*e-mail*).

9. O recurso, dirigido ao Presidente da Comissão de Concurso, será indeferido, liminarmente, se:

9.1 interposto fora dos prazos previstos no Regulamento do Concurso;

9.2 não evidenciar o legítimo interesse e o prejuízo sofrido pelo candidato recorrente;

9.3 proposto em desacordo com o estabelecido no § 6º do artigo 30 da Resolução nº 002/2003 do Conselho Superior do Ministério Público - Regulamento do Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público - ;
e

9.4 contiver qualquer sinal de identificação.

10. No caso de provimento do recurso, será publicada no Diário da Justiça nova relação de classificados.

V - DO EXAME PSICOTÉCNICO, DA PROVA DE TRIBUNA E DA ENTREVISTA

1. O exame psicotécnico será realizado por especialistas integrantes do Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça, ou por esta credenciados.

2. Após a realização do exame psicotécnico, o candidato será convocado para a prova de tribuna, perante a Comissão de Concurso, que terá a duração de 10 (dez) minutos, com tolerância de 2 (dois) minutos, para mais ou para menos, e que versará sobre tema previamente definido pela Comissão de Concurso e sorteado pelo candidato, com antecedência mínima de 1 hora, permitida apenas a consulta a breves anotações.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

3. Na seqüência da prova de tribuna, o candidato será entrevistado sobre sua vida individual e familiar, o seu relacionamento social e as atividades que exerce, observando-se a sua capacidade de expressão e tendo sempre presentes os dados constantes de seu prontuário.

4. O desempenho no exame psicotécnico, na prova de tribuna e na entrevista, realizados antes da prova oral, servirá de subsídio para o julgamento final do concurso.

VI - DA APRESENTAÇÃO DOS TÍTULOS

1. Sob pena de preclusão, os títulos demonstrativos da capacidade do candidato, acompanhados de *curriculum vitae*, deverão ser entregues ao Presidente da Comissão de Concurso por ocasião da realização da entrevista, podendo a Comissão de Concurso determinar a exibição do original na Secretaria, para nova conferência.

2. Consideram-se títulos, com a valoração respectiva:

a) diploma ou certificado de curso de doutorado ou livre-docência na área do Direito: 5 pontos;

b) diploma ou certificado de curso de mestrado na área do Direito: 4 pontos;

c) exercício de cargo na carreira do Ministério Público ou da Magistratura: 4 pontos;

d) diploma ou certificado de curso de especialização (pós-graduação) na área do Direito: 3 pontos;

e) certificado de conclusão, com aproveitamento, de curso promovido por Escola do Ministério Público, reconhecido pela Administração Superior: 3 pontos;

f) certificado de conclusão, com aproveitamento, de curso promovido por Escola da Magistratura, reconhecido pela Administração Superior: 2 pontos;

g) obra publicada, de autoria individual e de reconhecido valor científico para as ciências jurídicas: 2 pontos;

h) exercício de magistério superior na área do Direito: 2 pontos;

i) exercício de cargo ou função técnico-jurídica, em caráter efetivo ou em comissão, privativa de bacharel em Direito, em órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal: 2 pontos; e

j) certificado de aproveitamento nas funções de estagiário do Ministério Público: 1 ponto.

3. É vedada a acumulação dos títulos referidos nas letras "a", "b" e "d", os quais se excluem entre si, prevalecendo, em qualquer caso, o de maior pontuação.

10000 71035



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

4. É vedada a acumulação dos títulos referidos nas letras “e” e “f”, os quais se excluem entre si, prevalecendo, em qualquer caso, o de maior pontuação.
5. Os títulos referidos na letra “g” serão oferecidos em exemplar datilografado ou impresso, comprovada, de modo inequívoco, sua autenticidade.
6. O título referido na letra “h” será considerado uma única vez, ainda que diversas as instituições em que ministrado o magistério, somente sendo considerada a docência pelo período mínimo de um ano letivo, nos últimos cinco anos imediatamente anteriores à última publicação do presente Edital.
7. Os títulos referidos na letra “i” pressupõem, para efeito de cômputo, o exercício de, no mínimo, um ano no cargo ou função.
8. Os títulos terão notas meramente classificatórias.

VII - DA PROVA ORAL

1. A prova oral versará sobre questões de Direito compreendidas no contexto temático definido pelo art. 4º da Resolução nº 002/2003 do Conselho Superior do Ministério Público - Regulamento do Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público.
2. O candidato sorteará, dentre todos os elaborados pela Comissão, o ponto sobre o qual será argüido, no momento em que for chamado para prestar a prova oral.
3. O membro da Comissão examinadora, ao concluir a argüição de cada candidato, cuja duração não poderá ser superior a 20 (vinte) minutos, atribuir-lhe-á nota na graduação de 0 (zero) a 10 (dez), atendendo ao mérito das respostas, para aferição do qual deverão ser levados em conta o nível de acerto e precisão jurídica, a adequação da linguagem e a segurança demonstrados pelo candidato.
4. Considerar-se-á habilitado na prova oral o candidato que obtiver média aritmética igual ou superior a 5 (cinco), calculada com base nas notas que lhe foram atribuídas por cada um dos membros da Comissão que o argüíram.

VIII - DO PROGRAMA

1. CONHECIMENTOS GERAIS DA LÍNGUA PORTUGUESA - Ortografia: acentuação gráfica. Pontuação. Verbo (tempo, modo, pessoa). Colocação pronominal. Concordância verbal. Concordância nominal. Regência verbal. Regência nominal. Crase.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

2. REALIDADES ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA¹ - A ocupação, a exploração e o povoamento do território catarinense. Economia, Política e Quadro Social. O modelo catarinense de desenvolvimento. A definição do território e a atualidade catarinense. As regiões geoeconômicas de Santa Catarina (formação, caracterização, delimitação, localização, abrangência, atividades). Dinâmica populacional: colonização, migrações, grupos étnicos. Estrutura urbana: crescimento e dinâmica das cidades no Estado. A produção artesanal e manufatureira no Estado. O comércio e serviços. A indústria: caracterização, fomento, aspectos econômicos, sociais e políticos. O turismo: sustentável e predatório; turismo como atividade econômica no Estado. A agricultura e a questão agrária em Santa Catarina. A pesca em Santa Catarina: artesanal e industrial. Comunicação e transportes. O Mercosul: as iniciativas de integração e as contradições do Mercosul. O meio ambiente catarinense. A arte e a cultura catarinenses. A educação em Santa Catarina: tendências e impasses contemporâneos. O Ministério Público e o Poder Judiciário em Santa Catarina: sua organização e sua história.

3. FUNDAMENTOS E NOÇÕES GERAIS DE DIREITO: Sociologia Jurídica: a sociologia dos tribunais e a democratização da Justiça. O acesso à justiça. A administração da justiça como instituição política e profissional. Os conflitos sociais e os mecanismos da sua resolução para uma nova política judiciária. Hermenêutica Jurídica: interpretação, integração e aplicação do Direito. Fontes do Direito (material e formal). Hermenêutica e interpretação do Direito: lacunas e antinomias do Direito. Princípios fundamentais (irretroatividade, direito adquirido, coisa julgada, ato jurídico perfeito). Filosofia do Direito: a construção do positivismo jurídico (escola histórica e o processo de codificação do Direito). O positivismo jurídico (definição conceitual e problemas fundamentais da concepção positivista (teoria estrutural do Direito, teoria da norma jurídica e teoria do ordenamento jurídico). Jusnaturalismo (definição conceitual e problemas fundamentais). A concepção jusracionalista na Antiguidade, na Idade Média e o jusracionalismo. Justiça (concepções acerca da Justiça).

4. CRIMINOLOGIA E POLÍTICA CRIMINAL: Criminologia: conceitos de crime, de criminoso e de pena nas diversas correntes do pensamento criminológico (na Escola Clássica, na Escola Positiva, na Escola Técnico-Jurídica e na Criminologia Crítica). A questão paradigmática em Criminologia (paradigma etiológico e paradigma da reação social). Os processos de criminalização (primária e secundária) e descriminalização. A teoria da seletividade no processo de criminalização. O sistema penal formal e informal. Problemas criminológicos sul-americanos e brasileiros. A Política Criminal: a Política Penal e a Política Criminal. Os movimentos atuais de política criminal (movimento de lei e ordem, neodefensismo, minimalismo penal, garantismo e abolicionismo penal). A pena como instrumento de política penal (problemas). As funções da pena. A prisão como pena hegemônica e as alternativas à prisão. Os problemas relacionados à prisão (superlotação, estigmatização, violência, abusos). A



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

situação carcerária brasileira e catarinense (população carcerária e localização dos estabelecimentos prisionais). Problemas atuais de Política Criminal: drogas, violência policial e corrupção.

5. DIREITO PENAL: A Dogmática Penal (origens e funções). Lei de Introdução ao Código Penal. Código Penal: Parte Geral. Norma penal: conceito, fontes e classificação. Analogia. Hermenêutica Penal. Vigência e aplicação da lei penal. Crime: tipicidade, antijuridicidade, culpabilidade e todas as suas categorias. Pena e Medida de Segurança: cominação, aplicação e execução. Extinção da punibilidade. Reabilitação. Crimes em espécie previstos no Código Penal: contra a pessoa; contra o patrimônio; contra os costumes; contra a família; contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos; contra a incolumidade pública, paz, fé e administração pública. Código Penal Militar. Crimes falimentares (Decreto-Lei n.º 7.661/45). Crimes de abuso de autoridade (Lei n.º 4.898/65). Crimes de imprensa (Lei 5.250/67). Crimes de responsabilidade dos prefeitos e vereadores (Decreto-Lei n.º 201/67). Crimes da Lei Antitóxico (Lei n.º 6.368/76 e Lei n.º 10.409/02). Crimes relativos ao parcelamento do solo urbano (Lei n.º 6.766/79). Crimes resultantes de preconceito de raça e cor (Lei n.º 7.716/89). Crimes contra a pessoa portadora de deficiência física (Lei n.º 7.853/89). Crimes hediondos (Leis n.ºs 8.072/90 e 8.930/94). Crimes contra a criança e o adolescente (Lei 8.069/90). Crimes contra o processo licitatório (Lei n.º 8.666/93). Crimes da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/01). Crimes contra o consumidor, relações de consumo, economia popular, ordem econômica e tributária (Leis n.º 1.521/51, 8.078/90, 8.137/90, 8.176/91 e 9.080/95). Crimes contra o meio ambiente, fauna, flora, águas e pesca (Leis n.ºs 4.771/65, 5.197/67, 7.679/88, Decreto-Lei n.º 221/67 e 9.605/98). Crimes contra a propriedade industrial (Lei n.º 9.279/96). Crimes de Trânsito (Lei n.º 9.503/97). Crimes de Tortura (Lei n.º 9.455/97). Crimes de posse e porte ilegal de arma (Lei n.º 9.437/97). Crimes eleitorais (Leis n.ºs 4.737/65, 6.091/74 e 9.504/97). Crimes de remoção ilegal de órgãos, tecidos e partes do corpo humano (Lei n.º 9.434/97). Crimes contra a propriedade intelectual de programas de computador (Lei n.º 9.609/98). Crimes de lavagem de dinheiro (Lei n.º 9.613/98). Crimes relativos ao jogo do bingo (Lei n.º 9.615/98). Estatuto do Desarmamento (Lei n.º 10.826/03 - Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, define crimes e dá outras providências). Contravenções Penais (Decreto-Lei n.º 3.688/41).

6. DIREITO PROCESSUAL PENAL: Lei de Introdução ao Código de Processo Penal. Princípios gerais de Direito Processual Penal. Do inquérito policial. Da ação penal. Da ação civil. Da competência. Das questões e dos processos incidentes. Seqüestro de bens (Decreto-Lei n.º 3.240/41). Da prova. Do Juiz e do Ministério Público. Do acusado, do seu defensor, do assistente, dos auxiliares da justiça. Da prisão e da liberdade provisória. Da prisão temporária (Lei n.º 7.960/89). Das citações e intimações. Da aplicação provisória de interdições de direitos e medidas de segurança. Da sentença. Do procedimento comum. Dos procedimentos especiais e



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

sumários previstos no Código de Processo Penal (Decreto-Lei n.º 3.689/41) e nas Leis extravagantes. Das nulidades e dos recursos em geral. Do *habeas corpus*. Do processo da execução penal (Leis n.ºs 7.210/84 e 9.460/97). Da graça, do indulto e da anistia. Disposições gerais do Código de Processo Penal. Do Código de Processo Penal Militar. Da Lei dos Crimes Hediondos (Leis n.ºs 8.072/90, 8.930/94 e 9.695/98). Dos Juizados Especiais Criminais Estaduais (Lei n.º 9.099/95) e Federais (Lei n.º 10.259/2001). Da repressão ao crime organizado (Leis n.ºs 9.034/95 e 9.303/96). Da interceptação telefônica (Lei n.º 9.299/96). Da proteção a testemunhas (Lei n.º 9.807/99). Do mandado de segurança em matéria penal. Da identificação criminal (Lei n.º 10.054/00). Do sigilo das operações de instituições financeiras (Lei Complementar n.º 105/2001).

7. DIREITO CIVIL: Novo Código Civil (Lei n.º 10.406/02 e Lei n.º 10.825/03): Das Pessoas. Dos Bens. Dos Fatos Jurídicos. Dos Direito das Obrigações. Do Direito de Empresa. Do Direito das Coisas. Do Direito de Família. Do Direito das Sucessões. Das Disposições Finais e Transitórias. Lei de Introdução ao Código Civil (Decreto-Lei n.º 4.675/42). Código Civil (Lei n.º 3.071/16): Das Pessoas. Dos Bens. Dos fatos jurídicos. Direito da Família: casamento e seus efeitos jurídicos, regime de bens entre os cônjuges, anulação e nulidade do casamento, divórcio e separação judicial, união estável e seus efeitos jurídicos, tutela, curatela, ausência, relações de parentesco. Direito das Coisas. Direito das Obrigações. Direito das Sucessões. Registros Públicos: Lei n.º 6.015/73. Loteamento e Parcelamento do Solo Urbano: Lei n.º 6.766/79. Lei n.º 8.971/94. Lei n.º 9.265/96. Lei n.º 9.278/96. Lei n.º 9.534/97.

8. DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Do Processo de Conhecimento: da jurisdição e da ação. Das partes e dos Procuradores do Ministério Público no processo civil. Dos órgãos judiciários e dos auxiliares da justiça: da competência, do juiz. Dos atos processuais: da forma, dos prazos, do lugar, das comunicações dos atos processuais, das nulidades, outros atos processuais. Da formação, suspensão e extinção do processo. Do processo e do procedimento: do procedimento ordinário, do procedimento sumaríssimo, da revelia, das provas, da audiência, a sentença e a coisa julgada. Dos Recursos. Do processo de execução: da execução em geral, da execução contra a Fazenda Pública, da execução de prestação alimentícia, dos embargos do devedor, da suspensão e da extinção do processo de execução. Do processo cautelar: das medidas cautelares. Dos procedimentos especiais: dos procedimentos especiais de jurisdição contenciosa: da ação de prestação de contas, das ações possessórias, da ação de usucapião, do inventário e da partilha, da habilitação; dos procedimentos especiais de jurisdição voluntária. Das disposições gerais, da separação consensual, dos testamentos e codicilos, dos bens dos ausentes, das coisas vagas, da curatela dos interditos, das disposições comuns à tutela e à curatela, da organização e da fiscalização das fundações. Da ação de alimentos. Do divórcio. Do mandado de segurança. Da ação popular. Da ação civil pública (Lei n.º 7.347/85). Do Juizado Especial Cível Estadual (Lei n.º 9.099/95) e Federal (Lei n.º 10.259/2001).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

9. DIREITO CONSTITUCIONAL: As declarações de direitos e o Estado Constitucional. A Constituição: conceito, tipologia. A aplicação da Constituição no tempo. Teoria da norma constitucional: eficácia, interpretação e aplicabilidade. Interpretação da Constituição. Evolução Constitucional no Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e suas Emendas Constitucionais. Poder constituinte. Limitações ao poder de reforma constitucional. Fiscalização da constitucionalidade das leis: o controle difuso e o concentrado. As ações diretas de inconstitucionalidade. A ação declaratória de constitucionalidade. O processo de julgamento das ADIns e ADCs perante o STF (Lei Federal n.º 9.868/99). O processo de julgamento das ADIns e ADCs perante o Tribunal de Justiça de SC (Lei Estadual n.º 12.069/2001). A arguição de descumprimento de preceito fundamental (Lei Federal n.º 9.882/99). Princípios Fundamentais da Constituição Federal. A declaração dos direitos e deveres constitucionais individuais e coletivos. Dos instrumentos de garantia dos direitos constitucionais. Dos direitos sociais. Da nacionalidade e da cidadania. Dos direitos políticos. O Estado Federal – a União, os Estados Membros, os Municípios e o DF. Distribuição das competências – privativas, comuns e concorrentes. Organização dos Poderes - Poder Legislativo; o Poder Executivo; o Poder Judiciário. As funções essenciais à justiça – O Ministério Público, a Advocacia e a Defensoria Pública. A Defesa do Estado e Instituições Democráticas – do Estado de defesa e do Estado de Sítio; as Forças Armadas e a Segurança Pública. Da Ordem Econômica e Financeira – princípios gerais da atividade econômica. Da Ordem Social – da seguridade, da saúde, da previdência e da assistência social; da educação e da cultura. Do meio ambiente. Da família, da criança, do adolescente e do idoso. Dos Índios. A Constituição do Estado de Santa Catarina: da Organização Político-Administrativa do Estado; da organização dos Poderes; da Segurança Pública e da Ordem Social.

10. DIREITO ADMINISTRATIVO: Direito Público e Direito Privado. Direito Administrativo: conceito. Administração Pública: órgãos e agentes públicos. Princípios básicos e administração pública: uso e abuso de poder. Poderes administrativos. Ato Administrativo: conceito, classificação e invalidação. Contrato Administrativo: princípios gerais, espécies e rescisão. Licitação. Serviços Públicos: princípios gerais. Administração direta e indireta. Servidor público. Domínio público, intervenção na propriedade e no domínio econômico. Responsabilidade civil da administração. Administração em juízo. O controle da administração pelo Judiciário.

11. DIREITO TRIBUTÁRIO: Sistema Tributário Nacional: princípios gerais. Competência tributária. Os impostos da União, Estados e Municípios. Responsabilidade tributária. Imunidade e isenção. Crédito Tributário: lançamento, suspensão, extinção. Privilégios. Anistia. Lei de Execução Fiscal.

12
loesc 7/04/05



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

12. DIREITO ACIDENTÁRIO: Acidente do Trabalho: conceito, abrangência, equiparação, tutelados, doenças profissionais e do trabalho, benefícios e serviços, procedimento judicial, intervenção do Ministério Público, prescrição.

13. DIREITO COMERCIAL E FALIMENTAR: Títulos de crédito e Sociedades comerciais. Falência e Concordata: caracterização, natureza jurídica, processo judicial, direitos e deveres do falido; do concordatário e dos credores, os órgãos da falência, funções do Ministério Público.

14. DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS: Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Ação Civil Pública: conceito e objeto. Legitimação ativa. Legitimação passiva. Interesse de agir. Litisconsórcio e assistência. Competência. Recursos. Coisa julgada. Execução e fundo para reconstituição dos bens lesados. Inquérito Civil: objeto, instauração, poderes instrutórios, compromisso de ajustamento de condutas e arquivamento. Direito Ambiental: princípios fundamentais do direito ambiental; tutela constitucional do meio ambiente; competência constitucional em matéria ambiental; plano nacional de gerenciamento costeiro (Lei nº 7.661/88); políticas nacional e estadual do meio ambiente (Lei nº 6.938/81 e Lei Estadual nº 5.793/80, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 14.250/81); sistema nacional de unidades de conservação da natureza (Lei nº 9.985/00); políticas nacional e estadual dos recursos hídricos (Lei nº 9.433/97 e Lei Estadual nº 9.748/94); Código Florestal (Lei nº 4.771/65); Urbanismo e Meio Ambiente – Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/01) e Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei nº 6.766/79); tombamento – instrumento jurídico de proteção do patrimônio natural e cultural. Lei Federal nº 8.974/95 (lei da Biosegurança); Lei Federal nº 10.814/03 (estabelece normas para o plantio e comercialização de soja transgênica – safra 2003); Lei Estadual nº 12.566/03 (Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais); Lei Estadual nº 12.864/04 (Institui o licenciamento ambiental das antenas de telecomunicação). Direito do Consumidor: Lei nº 8.078/90. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (Decreto nº 2.181/97). Utilização e comercialização de organismos geneticamente modificados no Estado de Santa Catarina (Lei Estadual nº 12.128/2002). Planos e seguros privados de assistência à saúde (Lei nº 9.656/98). Lei 9.870/99 (Dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). Lei nº 10.671/03 (Dispõe sobre o Estatuto do Torcedor). Defesa da Moralidade Administrativa: Lei Complementar nº 101/01; Leis nºs 8.429/92 e 8.666/93; Decreto-Lei nº 201/67. Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania: Apoio às Pessoas Portadoras de Deficiências (Lei nº 7.853/89, regulamentada pelo Decreto nº 3.298/99; Lei nº 10.048/00; Lei nº 10.098/00; Decreto 1.744/95) e de transtornos mentais (Lei nº 10.216/2001 e Lei 10.708/03); Sistema Único de Saúde (Lei nº 8.080/90; Lei nº 8.142/90; Decreto nº 1.651/95; e NOB (Norma Operacional Básica) nº 01/96, publicada no D.O.U. de 06/11/1996); Política Nacional do Idoso (Lei nº 10.741/03; Lei nº 8.842/94; Decreto nº 1.948/96; Portaria nº 810/89, do Ministério da Saúde) e Política Estadual do Idoso (Lei nº 11.436/00; Lei nº 11.402/00; Decreto Estadual nº 3.514/2001). Fiscalização



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

das Fundações: Lei n.º 8.958/98; Lei n.º 9.790/99; Lei n.º 9.637/98; Decreto n.º 3.100/99; Decreto-lei n.º 41/66.

15. DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (Lei n.º 8.069/90). Doutrina da proteção integral. Política e sistema de atendimento. Conselho Tutelar e Conselho de Direitos. Fundo da Infância e Adolescência. A Justiça da infância e juventude: juizes, promotores de justiça, advogados e técnicos. Medidas protetivas e sócio-educativas. Família natural. Poder familiar (Novo Código Civil). Guarda, tutela e adoção. Ato infracional. Lei Estadual n.º 11.697/2001. Lei Estadual n.º 11.603/2000. Lei Estadual n.º 11.435/2000.

16. LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL: Princípios institucionais, organização e atribuições do Ministério Público. Carreira, deveres, direitos, prerrogativas e garantias dos membros do Ministério Público. Regime disciplinar. Lei n.º 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), Lei Complementar n.º 75/93 (Lei Orgânica do Ministério Público da União) e Lei Complementar n.º 197, de 13 de julho de 2000 (Lei Orgânica do Ministério Público de Santa Catarina).

17. DIREITO ELEITORAL: Inelegibilidade, propaganda e processo eleitoral.

IX - DO JULGAMENTO DAS PROVAS E DOS TÍTULOS

1. Encerrada a prova oral de todos os candidatos, a Comissão, em reunião secreta a ser realizada no prazo de até 48 horas, procederá ao julgamento do concurso, apurando a nota final e apreciando, para efeito de classificação, os títulos apresentados.

2. Apurar-se-á a média final de aprovação pela soma das notas obtidas nas provas escritas e da média aritmética das notas obtidas na prova oral, dividida por 4 (quatro).

Assim, $m = \frac{a + b + c + d}{4}$, onde:

m = média final de aprovação;

a = nota da prova escrita do Grupo I (inc. II, do art. 18);

b = nota da prova escrita do Grupo II (inc. II, do art. 18);

c = nota da prova escrita do Grupo III (inc. II do art. 18); e

d = média aritmética das notas da prova oral.

3. Considerar-se-á aprovado o candidato que, considerado apto no exame psicotécnico e não apresentando restrições que o inabilitem ou tornem não recomendável o seu acesso à função, colhidas entre os resultados da prova de tribuna, da entrevista e do procedimento investigatório, obtiver média final igual ou superior a 5 (cinco).

14
1000-21035



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

4. Observado o grau máximo de 10 (dez), a nota final de classificação será obtida acrescentando-se à média final de aprovação 1/10 (um décimo) do total de pontos dos títulos apresentados pelo candidato.
5. Ocorrendo igualdade de notas, o desempate dar-se-á, sucessivamente, em favor do candidato que tiver a maior média final de aprovação e, por fim, em prol do candidato mais idoso.
6. Julgado o concurso, a Comissão divulgará o resultado, publicando-o no Diário da Justiça do Estado, e encaminhará ao Procurador-Geral de Justiça a nominata e a nota final dos aprovados segundo a ordem de classificação.
7. O recurso contra o resultado final do concurso poderá ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data em que for publicada a nominata dos aprovados e a respectiva ordem de classificação no Diário da Justiça do Estado, nos moldes estabelecidos no art. 29 da Resolução nº 002/2003/CSMP - Regulamento do Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público.
8. Caberá ao Conselho Superior homologar o resultado final do concurso.

X - DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição implicará o reconhecimento, por parte do candidato, das presentes instruções, da Resolução nº 002/2003/CSMP - Regulamento do Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público - bem como a aceitação das condições do concurso.
2. As provas escritas serão numeradas, adotando-se método que impeça a respectiva identificação no momento da correção.
3. Os recursos interpostos, em qualquer fase do certame, também serão numerados, adotando-se método que impeça a respectiva identificação no momento do julgamento. Serão analisados individualmente pela Comissão, que definirá o alcance e os efeitos da sua decisão, e esta, em todos os casos, deverá ocorrer em instância única, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
4. Para ser admitido à prestação de cada prova, o candidato deverá comparecer no local e na hora previamente designados com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência, devidamente munido do cartão de inscrição e da cédula de identidade.
5. A falta de identificação ou o não-comparecimento a qualquer uma das provas importará na eliminação do candidato.
6. O concurso será eficaz por 2 (dois) anos, contados da data em que for publicado, no Diário da Justiça do Estado, o ato homologatório do Conselho Superior, podendo ser prorrogado, uma vez, por igual período.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

7. Findo o concurso, o Procurador-Geral de Justiça marcará prazo para que os aprovados, obedecida a ordem classificatória, formalizem a escolha das vagas.
8. Os candidatos que, por ocasião da inscrição provisória, tenham comprovado o título de bacharel em direito por meio de certificado ou atestado de conclusão de curso deverão apresentar, até a nomeação, fotocópia autenticada do diploma de conclusão de curso, devidamente registrado, ou certidão de colação de grau, neste caso acompanhada de comprovação do encaminhamento do diploma respectivo para registro no órgão oficial competente.
9. A posse coletiva dos nomeados realizar-se-á em sessão solene do Colégio de Procuradores de Justiça, em dia, hora e local previamente estabelecidos.
10. Todos os atos do concurso serão registrados em ata.
11. Os casos omissos e duvidosos serão resolvidos, conforme a matéria, pelo Procurador-Geral de Justiça, pela Comissão de Concurso ou pelo Conselho Superior do Ministério Público, em instância irrecorrível.

Florianópolis, 18 de fevereiro de 2004.


PEDRO SÉRGIO STEIL
Procurador-Geral de Justiça

¹ Bibliografia recomendada:

BRANCHER, Ana. **História de Santa Catarina. Estudos contemporâneos.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

BRÜNING, Raulino Jacó. **História do Ministério Público Catarinense.** Florianópolis: Habitus, 2001.

CORREA, Carlos Humberto. **História da cultura catarinense: o estado e as idéias.** Florianópolis: UFSC/Diário Catarinense, 1997.

LAGO, Paulo Fernando. **Santa Catarina: A transformação dos espaços geográficos.** Florianópolis: Produções Culturais, 2000.

PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina: sua história.** 2. ed. rev. e ampliada. Florianópolis: Lunardelli, 1987.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

PIAZZA, Walter Fernando, HÜBENER, Laura Machado. **Santa Catarina: história da gente**. 4. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1997.

RIBAS JR. Salomão. **Retratos de Santa Catarina - aspectos históricos, geográficos, políticos, constitucionais, econômicos e sociais**. Florianópolis: do autor, 1998.

SACHET, Celestino, SACHET, Sérgio. **Santa Catarina: 100 anos de história**. Florianópolis, v. 1, 1997.

SACHET, Celestino, SACHET, Sérgio. **Santa Catarina: 100 anos de história**. Florianópolis, v. 2, 1998.

Ensaio sobre Santa Catarina. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Nova história de Santa Catarina**. 3. ed., Florianópolis: Terceiro Mundo, 1995.

SANTA CATARINA, Gaplan. Atlas de Santa Catarina. Florianópolis: 1988.

SANTA CATARINA, Seplan. Atlas Escolar de Santa Catarina. Florianópolis: 1991.

FERNANDES NETO, Tycho Brahe. **História do Judiciário Catarinense**. Florianópolis: Diploma Legal, 2000.

 **02**

EDITAL

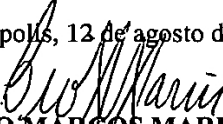
EDITAL DE RETIFICAÇÃO N. 001/2011/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18, inc. XIV, "a", da Lei Complementar Estadual n. 197, de 13 de julho de 2000, resolve **RETIFICAR** o Edital de Concurso n. 001/2011/PGJ, nos termos seguintes:

O item 1.1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS passa a vigorar com a seguinte redação:

1.1 O concurso será regido pela Lei Complementar Estadual n. 197, de 13 de julho de 2000 (Lei Orgânica Estadual do Ministério Público), pela Resolução n. 004/2011/CSMP, de 10 de agosto de 2011, do Conselho Superior do Ministério Público, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, edição n. 617, de 11 de agosto de 2011 (Regulamento do Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado de Santa Catarina), e pelas normas constantes no presente Edital.

Florianópolis, 12 de agosto de 2011.


LIO MARCOS MARIN
Procurador-Geral de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

EDITAL DE CONCURSO N. 001/2011/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18, inc. XIV, "a", da Lei Complementar Estadual n. 197, de 13 de julho de 2000, faz saber, a quem interessar possa, que se acham abertas, no período de **15 de agosto a 14 de setembro de 2011**, as inscrições para o XXXVI Concurso Público de Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 O concurso será regido pela Lei Complementar Estadual n. 197, de 13 de julho de 2000 (Lei Orgânica Estadual do Ministério Público), pela Resolução n. 004/2011/CSMP, de 10 de setembro de 2011, do Conselho Superior do Ministério Público, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, edição n. 617, de 11 de agosto de 2011 (Regulamento do Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado de Santa Catarina), e pelas normas constantes no presente Edital.

1.2 O ingresso na carreira do Ministério Público far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, sendo assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, em sua realização e observada, nas nomeações, a ordem de classificação.

1.3 O concurso destina-se ao provimento de 24 (vinte e quatro) cargos de Promotor de Justiça Substituto, no âmbito do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, sendo 2 (dois) deles destinados, na forma do art. 37, I, da Lei Estadual n. 12.870, de 12 de janeiro de 2004, a pessoas portadoras de necessidades especiais, e constituir-se-á de provas escritas, orais e de títulos.

1.4 É atribuição do cargo de Promotor de Justiça Substituto a substituição de membro do Ministério Público em suas atribuições previstas nos arts. 25 a 27 e 32 da Lei Federal n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e no art. 99 da Lei Complementar Estadual n. 197, de 13 de julho de 2000.

2 DO CRONOGRAMA

2.1 O concurso realizar-se-á segundo o cronograma provisório apresentado a seguir, estando sujeito a alterações, que, se ocorrerem, serão publicadas no sítio oficial e no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público de Santa Catarina.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Atividades	Data de realização
Inscrições provisórias	15/8/2011 a 14/9/2011
Inscrições provisórias com pedido de isenção da taxa de inscrição (Lei Estadual n. 10.567, de 7 de novembro de 1997)	15 a 31/8/2011
Apresentação de comprovantes do direito à isenção da taxa de inscrição	1º e 2/9/2011
Divulgação do resultado do julgamento dos pedidos de isenção da taxa de inscrição	8/9/2011
Apresentação de laudo médico atestando a espécie e o grau da deficiência pelo candidato que tenha declarado essa condição.	15 e 16/9/2011
Publicação do resultado do julgamento dos pedidos de inscrição às vagas reservadas às pessoas com deficiência e da relação das inscrições provisórias homologadas	27/9/2011
Prazo de recurso contra o indeferimento de inscrição às vagas reservadas a pessoas com deficiência	28 e 29/9/2011
Aplicação da prova do processo seletivo preambular objetivo	16/10/2011
Divulgação do gabarito oficial e da prova do processo seletivo preambular objetivo	18/10/2011
Prazo de recurso contra erro na formulação de questões ou no gabarito do processo seletivo objetivo	19 e 20/10/2011
Publicação do resultado do julgamento de eventuais recursos e da lista de candidatos aprovados no processo seletivo preambular objetivo	1º/11/2011
Aplicação da prova discursiva de Direito Penal e Direito Processual Penal	4/12/2011
Divulgação do gabarito oficial e da prova discursiva de Direito Penal e Direito Processual Penal	6/12/2011
Aplicação da prova de Direito Civil, Direito Processual Civil e Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos	11/12/2011
Divulgação do gabarito oficial e da prova discursiva de Direito Civil, Direito Processual Civil e Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos	13/12/2011
Publicação do resultado das provas discursivas	30/1/2012
Prazo de recurso contra o resultado das provas discursivas	31/01 e 1º/2/2012
Publicação do resultado do julgamento de eventuais recursos e da lista definitiva dos aprovados no processo seletivo discursivo	9/2/2012

[Handwritten signature]

2



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Inscrições definitivas	10 a 24/2/2012
Publicação das inscrições definitivas homologadas	12/3/2012
Exame psicotécnico	19 a 23/3/2012
Apresentação oral e entrevista	9 a 13/4/2012
Prova Oral	16 a 20/4/2012
Publicação do resultado da prova oral e do resultado final do concurso	24/4/2012

3 DA INSCRIÇÃO PROVISÓRIA

3.1 A inscrição provisória será efetuada apenas pela *Internet*, no sítio do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (www.mp.sc.gov.br), até às 19 horas do último dia do prazo fixado no preâmbulo deste Edital, devendo o candidato:

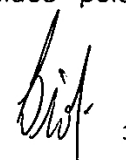
- a) ser brasileiro;
- b) ser bacharel em direito;
- c) efetuar o pagamento da taxa de inscrição até o término do expediente bancário do último dia do prazo para inscrição, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), mediante o recolhimento da guia específica anexa ao formulário eletrônico de inscrição provisória, exceto para os candidatos para os quais foi deferida a isenção do pagamento, nos termos da Lei Estadual n. 10.567, de 7/11/1997; e
- d) preencher o formulário eletrônico, informando os dados solicitados, sob as penas da lei.

3.2 Os candidatos interessados em gozar da isenção da taxa de inscrição de que trata a Lei Estadual n. 10.567, de 7 de novembro de 1997, deverão formalizar o requerimento de inscrição provisória, consignando o pedido de isenção, no prazo estabelecido no cronograma do item 2.1 deste Edital.

3.2.1 Não terá direito à isenção da taxa de inscrição de que trata a Lei Estadual n. 10.567, de 7 de novembro de 1997, o candidato que não formalizar a inscrição e o pedido de isenção no prazo estipulado no cronograma constante no item 2.1 deste Edital, ou não apresentar, no prazo estipulado no item 3.2.2 os documentos comprobatórios respectivos.

3.2.2 Nos 2 (dois) dias úteis subsequentes ao prazo para o requerimento de inscrição no concurso com isenção da taxa, os interessados deverão entregar os documentos comprobatórios do preenchimento dos requisitos legais na Secretaria-Geral do Ministério Público ou, no mesmo prazo, postá-los, nos Correios, por intermédio do serviço "Sedex", para o endereço da Secretaria-Geral do Ministério Público (Rua Bocaiúva, n. 1750, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88015-904).

3.2.3 Os pedidos de isenção da taxa de inscrição serão decididos pelo Procurador-Geral de Justiça.



3



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

3.2.4 Em até três dias úteis após o prazo de entrega dos documentos comprobatórios do direito à isenção, será publicada, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, a decisão acerca dos pedidos de isenção da taxa de inscrição.

3.2.5 Os candidatos que não tiveram deferido o pedido de isenção da taxa de inscrição deverão efetuar o pagamento dela no prazo estabelecido na alínea "c" do item 3.1 deste Edital, de forma a confirmar a inscrição realizada.

3.3 Para efeitos de isenção da taxa de inscrição de que trata a Lei Estadual n. 10.567, de 7/11/1997, referida na letra "b", parte final, do item acima, levar-se-ão em conta as doações de sangue realizadas em qualquer local do território nacional a órgão oficial ou a entidade credenciada pela União, Estados ou Municípios, nos últimos 12 (doze) meses anteriores ao pedido de isenção.

3.4 As inscrições somente serão efetivadas após a confirmação do pagamento do valor da inscrição ou do deferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição.

3.5 As pessoas com deficiência (PcD) que declararem tal condição no momento da inscrição provisória, cuja deficiência não seja incompatível com as atribuições atinentes ao cargo, terão reservados 5% (cinco por cento) do total das vagas, já especificadas no item 1.3 deste Edital, observando-se o seguinte:

a) efetuada a inscrição provisória, o candidato com deficiência deverá apresentar, em até 2 (dois) dias úteis após o encerramento do prazo final para a inscrição provisória, laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da necessidade especial, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (C.I.D.), além da sua provável causa, devendo o laudo ser entregue na Secretaria da Comissão ou, no mesmo prazo, postado, nos Correios, por intermédio do serviço "Sedex", para o endereço da Secretaria da Comissão (Rua Bocaiuva, n. 1750, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88015-904).

b) o candidato que, no ato da inscrição provisória, tenha declarado ser pessoa com deficiência, será avaliado por Equipe Multiprofissional constituída pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, na forma prevista no art. 41 da Lei Estadual n. 12.870, de 12 de janeiro de 2004, que verificará, com base no Laudo Médico, se sua deficiência consta entre aquelas previstas no art. 4º daquela Lei e se é compatível com o exercício funcional das atribuições de membro do Ministério Público;

c) A Equipe Multiprofissional poderá convocar, por mensagem eletrônica ou contato telefônico pessoal, o candidato que tenha alegado ser portador de deficiência para entrevista e exame médico, o qual deverá comparecer à sede do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (Rua Bocaiuva, n. 1750, Centro Executivo Casa do Barão – Torre B, Centro, Florianópolis/SC) em até 48 (quarenta e oito) horas da convocação.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

d) as pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas na Lei Estadual n. 12.870, de 12 de janeiro de 2004, particularmente em seu artigo 38, participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos;

e) com base no parecer de Equipe Multiprofissional, a Comissão de Concurso decidirá acerca da inscrição dos candidatos às vagas reservadas a pessoas com deficiência, além, se for o caso, das condições especiais e tempo adicional para realização das provas;

f) os candidatos aprovados, em cada uma das etapas do concurso, serão classificados por ordem decrescente de nota final, em 2 (duas) listas de classificação, conforme descrito a seguir:

f.1) lista de classificação geral, nela integrando os candidatos com deficiência; e

f.2) lista de classificação especial, para candidatos com deficiência; e

g) será processada como de candidato sem deficiência a inscrição requerida que invoque tal condição, mas deixe de atender, em seus exatos termos, às exigências previstas neste item, ou tenha sido indeferida nessa qualidade.

3.6 A Comissão de Concurso adotará as providências necessárias ao acesso das pessoas com deficiência aos locais de realização das provas, mas incumbirá a estas trazer os equipamentos e instrumentos de que dependam, mediante prévia autorização do Presidente da Comissão, observando-se o seguinte:

a) o candidato com deficiência que necessitar de condições especiais para a realização da prova, observados os termos do art. 39 da Lei Estadual n. 12.870, de 12 de janeiro de 2004, vedadas aquelas que possam ferir o sigilo na identificação da prova ou a igualdade de oportunidade na resolução dela, deverá requerê-las à Comissão de Concurso, indicando as razões, no mesmo prazo referido na alínea "a" do item 3.5 deste Edital.

b) o candidato com deficiência que necessitar de tempo adicional para realização da prova deverá apresentar requerimento à Comissão de Concurso, no mesmo prazo referido na alínea "a" do item 3.5 deste Edital, cuja justificativa deverá estar acompanhada de parecer específico emitido por especialista da área de sua necessidade.

c) o candidato fica ciente de que pedidos referentes às alíneas "a" e "b" deste item efetuados fora do prazo serão indeferidos.

5



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

3.7 O candidato sem deficiência que necessitar de condição especial para realização da prova deverá solicitá-la por meio de requerimento enviado à Comissão de Concurso, no mesmo prazo referido no item 3.5, letra "a", deste Edital.

3.8 Encerrado o prazo das inscrições provisórias, a relação dos candidatos admitidos ao processo seletivo preambular objetivo será homologada e publicada no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, com indicação de dia, hora e local de realização da prova, assim como do tempo de duração correspondente.

3.9 As informações referentes a dia, hora e local de aplicação da prova do processo seletivo preambular serão publicadas com antecedência de 15 (quinze) dias de sua realização.

**4 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS PROCESSOS SELETIVOS
PREAMBULAR OBJETIVO E DISCURSIVO**

4.1 Para ser admitido à realização de cada prova, o candidato deverá comparecer, munido de carteira de identidade ou documento equivalente, com foto, no qual conste o número do RG, ao local e na hora previamente designados, com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência.

4.2 A falta de identificação ou o não comparecimento; a qualquer uma das provas importará na eliminação do candidato.

4.3 A critério da Comissão, poderá ser utilizado instrumental eletrônico de revista aos candidatos, antes e durante a realização das provas.

4.4 Os integrantes da Comissão de Concurso manterão fiscalização contínua durante as provas, podendo o Procurador-Geral de Justiça designar membros do Ministério Público para auxiliá-los.

4.5 Na execução das provas, só será permitida ao candidato a utilização de caneta esferográfica azul ou preta, fabricada em material transparente, ficando facultado à Comissão, nas provas do processo seletivo discursivo, autorizar a utilização de computador do Ministério Público ou particular previamente vistoriado.

4.6 Para a utilização de aparelho auditivo durante a realização da prova, o candidato deverá, ao ingressar na sala, entregar ao fiscal atestado médico comprovando a necessidade do uso daquele.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

4.7 O candidato deverá permanecer, no mínimo, por 2 (duas) horas na sala em que realizar a prova, sendo obrigatória a presença dos 3 (três) últimos candidatos até a entrega da última prova.

4.8 A transgressão ao disposto nos itens anteriores ou a descortesia do candidato com qualquer membro da Comissão de Concurso, com o Secretário ou com os Fiscais, no local da prova, acarretará seu desligamento, imediato e sumário, do concurso.

4.9 Após sua realização, as respostas das provas serão recolhidas pelos Fiscais designados e, imediatamente, acondicionadas em envelopes lacrados e rubricados por membros da Comissão ou pelos Fiscais, e pelos três últimos candidatos a entregá-las referidos no item 4.7 deste Edital.

4.10 As folhas de resposta do processo seletivo preambular objetivo e as provas do processo seletivo discursivo serão numeradas, adotando-se método que impeça a identificação no momento da correção.

5 DO PROCESSO SELETIVO PREAMBULAR OBJETIVO

5.1 O processo seletivo preambular objetivo, de caráter eliminatório, será dividido em duas fases, da seguinte forma:

5.1.1 Fase matutina, com 50 (cinquenta) questões, divididas nos seguintes blocos:

- a) Bloco 1: 16 (dezesesseis) questões, sendo 5 (cinco) de Direito Constitucional, 5 (cinco) de Direito Administrativo, 3 (três) de Direito Tributário e 3 (três) de Direito Eleitoral;
- b) Bloco 2: 18 (dezoito) questões, sendo 7 (sete) de Direito Penal, 7 (sete) de Direito Processual Penal, 2 (duas) de Criminologia e Política Criminal e 2 (duas) de Execução Penal; e
- c) Bloco 3: 16 (dezesesseis) questões, sendo 7 (sete) de Direito Civil, 7 (sete) de Direito Processual Civil, 1 (uma) de Direito Falimentar e 1 (uma) de Fundamentos e Noções Gerais de Direito;

5.1.2 Fase vespertina, com 50 (cinquenta) questões, divididas nos seguintes blocos:

- a) Bloco 1: 10 (dez) questões de Língua Portuguesa;
- b) Bloco 2: 35 (trinta e cinco) questões de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos, sendo 5 (cinco) de Processo Coletivo, 6 (seis) Meio Ambiente, 6 (seis) de Improbidade Administrativa, 6 (seis) de Consumidor, 6 (seis) do Estatuto da Criança e do Adolescente e 6 (seis) de Direitos Humanos e Cidadania; e



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

c) Bloco 3: 5 (cinco) questões de Legislação Institucional.

5.2 As duas fases previstas no item 5.1 serão realizadas, sucessivamente, no mesmo dia, cada qual com 4 (quatro) horas de duração.

5.3 O conteúdo programático específico do processo seletivo preambular objetivo consta do item 14 deste Edital.

5.4 Durante o processo seletivo preambular objetivo, não será permitida qualquer espécie de consulta, inclusive a textos legais, importando a não observância da regra e das demais determinações oriundas da Comissão de Concurso, no imediato e sumário, desligamento do candidato do certame.

5.5 Serão considerados aprovados no processo seletivo preambular objetivo os candidatos que obtiverem as maiores notas, até o total de 20% (vinte pontos percentuais) do número de candidatos que tenham realizado a prova, não podendo esse número exceder aos 180 (cento e oitenta) primeiros classificados, desde que tenham estes logrado pelo menos nota 5 (cinco) em cada uma das provas das fases matutina e vespertina.

5.5.1 Na correção das provas do processo seletivo preambular objetivo, será atribuída nota de 0 (zero) a 10 (dez) pontos a cada uma das provas da fase matutina e vespertina, observando-se que cada questão terá valor equivalente a 0,2 (dois décimos) pontos, sendo apurada a nota final, para classificação nesta etapa, pela média aritmética de ambas as fases.

5.5.2 Os candidatos empatados no último grau de classificação serão admitidos à etapa seguinte, ainda que ultrapassado o limite numérico de 180 (cento e oitenta) referido no *caput* deste item.

5.6 A Comissão de Concurso divulgará o gabarito oficial do processo seletivo preambular objetivo em até 2 (dois) dias úteis após o término da sua realização.

5.7 Não havendo interposição de recursos, ou julgados aqueles porventura interpostos, a Comissão de Concurso divulgará, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, a lista dos aprovados no processo seletivo preambular objetivo.

6 DO PROCESSO SELETIVO DISCURSIVO

6.1 O processo seletivo discursivo será constituído por 2 (dois) grupos de provas de respostas discursivas, compostas de questões teóricas e práticas, da seguinte forma:

a) Grupo I: Direito Penal e Direito Processual Penal; e

8



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

b) Grupo II: Direito Civil, Direito Processual Civil e Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos.

6.2 Os dois grupos de provas do processo seletivo discursivo serão realizados em domingos sucessivos, cada qual com 6 (seis) horas de duração.

6.3 As provas a que alude o item 6.1 poderão conter incursões incidentais sobre Direito Constitucional, Direito Tributário, Direito Administrativo, Direito da Infância e da Juventude e Legislação Institucional.

6.4 As questões do processo seletivo discursivo versarão sobre temas constantes no programa previsto no item 14 deste Edital.

6.5 No processo seletivo discursivo, observar-se-á ainda o seguinte:

- a) será permitida a consulta a súmulas não comentadas;
- b) será permitida a utilização de legislação não comentada, mesmo que contenha texto sublinhado ou destacado com caneta "marca-texto", vedada aquela que apresentar quaisquer espécies de anotações ou apontamentos;
- c) poderá a Comissão de Concurso exigir que o candidato utilize computador fornecido pelo Ministério Público, com editor de texto "BrOffice", para a realização das provas; e
- d) a não observância, pelo candidato, das regras acima e das demais oriundas da Comissão de Concurso, acarretará seu desligamento, imediato e sumário, do certame.

6.6 Na correção e no julgamento das provas do processo seletivo discursivo será atribuída, pelos respectivos examinadores, nota de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, levando-se em conta, além do acerto das respostas, a adequação técnica, o conteúdo jurídico, a sistematização lógica e o nível de persuasão.

6.7 Será divulgado gabarito em que constem os itens avaliados pela Comissão em cada questão.

6.8 Na correção das provas a que se refere o item 6.6, o examinador lançará sua rubrica, a pontuação dada a cada uma das questões e, por extenso, a nota atribuída.

6.9 As notas obtidas pelos candidatos nas provas do processo seletivo discursivo serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, ficando as provas, da data da publicação das notas, à disposição do candidato pelo prazo de dois dias úteis, que a elas terá acesso por uma única vez, podendo, pessoalmente ou por procurador com poderes específicos, dela solicitar cópia para fins de recurso.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

6.10 A critério da Comissão de Concurso e havendo viabilidade técnica, poderão as provas discursivas ser colocadas à disposição do candidato no sítio oficial do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (www.mp.sc.gov.br), em área restrita ao candidato, acessada por meio de senha individual.

6.11 Serão considerados aprovados no processo seletivo discursivo os candidatos que obtiverem, em cada grupo de provas, nota igual ou superior a 5 (cinco) pontos.

6.12 A lista dos candidatos aprovados no processo seletivo discursivo e habilitados à inscrição definitiva será publicada no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

7 DA INSCRIÇÃO DEFINITIVA

7.1 São requisitos para a inscrição definitiva:

- a) possuir diploma de bacharel em Direito ou comprovante de colação de grau, em curso devidamente reconhecido, emitido pela instituição de ensino;
- b) declarar, sob as penas da lei, que contará com 3 (três) anos de atividade jurídica, contados após a conclusão do curso de bacharelado em Direito, a ser comprovado no momento da posse;
- c) ser o candidato aprovado no processo seletivo discursivo previsto no item 6;
- d) possuir idoneidade moral;
- e) estar em dia com o serviço militar e com as obrigações eleitorais;
- f) gozar de saúde física e mental;
- g) estar no gozo dos direitos políticos; e
- h) ter boa conduta social e não registrar antecedentes criminais incompatíveis com o exercício da função.

7.2 O candidato aprovado no processo seletivo discursivo deverá requerer, pessoalmente ou por procurador habilitado, sua inscrição definitiva, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da publicação do resultado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, ficando vedada, nesta fase, a inscrição pela *Internet*.

7.3 No requerimento de inscrição definitiva, o candidato deverá também indicar as Comarcas onde haja exercido advocacia, cargo do Ministério Público, da Magistratura, da Polícia, ou qualquer outra atividade pública ou privada,

10



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

declinando o nome e o endereço dos órgãos ou das empresas a que serviu e as épocas de permanência em cada uma delas.

7.4 O requerimento, conforme modelo a ser fornecido no sítio oficial do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (www.mp.sc.gov.br), dirigido ao Presidente da Comissão de Concurso, preenchido pelo candidato, deverá ser apresentado na Secretaria da Comissão, instruído com a seguinte documentação complementar:

- a) 2 (duas) fotografias 3x4;
- b) demonstração de que, por ocasião da posse, prevista para ocorrer no término do concurso, preencherá o requisito constante no item 7.1, letra "b", deste Edital, por meio de documentos que atestem o exercício de atividade jurídica desempenhada exclusivamente após a conclusão do curso de bacharelado em Direito, nos termos definidos no artigo 1º, §§ 3º e seguintes, da Resolução n. 004/2011/CSMP, de 10 de agosto de 2011, do Conselho Superior do Ministério Público;
- c) comprovação do requisito constante no item 7.1, letra "d", deste Edital, por meio de atestado de idoneidade moral subscrito por 2 (dois) ou mais membros ativos do Ministério Público ou da Magistratura da União ou dos Estados, observados os impedimentos para a subscrição do documento por cônjuge, companheiro e parente consanguíneo ou afim até o terceiro grau do candidato, ou por membro a quem o candidato for a ele funcionalmente vinculado;
- d) comprovação dos requisitos constantes no item 7.1, letras "e" e "g", deste Edital, mediante a apresentação do certificado de reservista ou de isenção do serviço militar, ou documento equivalente, e certidão expedida pela Justiça Eleitoral;
- e) comprovação do requisito constante no item 7.1, letra "f", deste Edital, por meio de atestados de saúde física e mental, subscritos por 1 (um) profissional médico de cada especialidade;
- f) comprovação do requisito constante no item 7.1, letra "h", deste Edital, mediante a apresentação de certidões de antecedentes criminais da Justiça Comum, Estadual e Federal, assim como da Justiça Eleitoral e da Justiça Militar, neste caso se o candidato for ou tiver sido militar, expedidas por órgãos com jurisdição no(s) local(ais) de residência do candidato nos últimos 10 (dez) anos; e
- g) apresentação dos títulos que possua, nos termos definidos no item 9 deste Edital.

7.5 A certidão de antecedentes criminais da Justiça Eleitoral deverá ser fornecida pelo Tribunal Superior Eleitoral ou Tribunal Regional Eleitoral dos respectivos Estados.

11



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

7.6 Somente depois de efetuada a investigação sobre os aspectos da vida moral e social do candidato, a Comissão de Concurso julgará o pedido de inscrição definitiva.

7.7 A rejeição do pedido de inscrição definitiva poderá ter por fundamento o resultado da investigação referida no item 7.6 deste Edital, ainda que atendidos os requisitos formais exigidos no item 7.1 deste Edital.

7.8 O resultado do julgamento será publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público e os candidatos que tiveram deferida sua inscrição definitiva serão convocados, na mesma publicação, para submissão a exame psicotécnico, apresentação oral, entrevista e prova oral, com a indicação de dia, hora e local em que serão realizados.

8 DO EXAME PSICOTÉCNICO, DA APRESENTAÇÃO ORAL E DA ENTREVISTA

8.1 O exame psicotécnico será realizado por especialistas integrantes do quadro de pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça, ou credenciados por ela, devendo os laudos ser remetidos à Comissão de Concurso até 5 (cinco) dias antes da realização da entrevista referida no item 8.3 deste Edital.

8.2 Realizado o exame psicotécnico, em reunião comunicada aos candidatos por mensagem eletrônica, com antecedência mínima de 2 (dois) dias, será procedido ao sorteio da ordem, entre eles, para a apresentação oral e entrevista, assim como para a prova oral.

8.3 A apresentação oral perante a Comissão de Concurso, durante a qual será permitida consulta apenas a breves anotações e que terá duração de 10 (dez) minutos, com tolerância de 2 (dois) minutos para mais ou para menos, consistirá no desenvolvimento de tema previamente definido pela Comissão e sorteado pelo candidato, com antecedência mínima de 1 hora, durante a qual será permitida consulta a livros e material de apoio.

8.4. Na sequência da apresentação oral, o candidato será entrevistado pela Comissão sobre sua vida pessoal e familiar, seu relacionamento social e atividades que exerce, observando-se sua capacidade de expressão.

8.5 O desempenho no exame psicotécnico, na apresentação oral e na entrevista, realizados antes da prova oral, servirá de subsídio para o julgamento final do concurso.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

9 DA APRESENTAÇÃO DOS TÍTULOS

9.1 Sob pena de preclusão, os títulos demonstrativos da capacitação do candidato, acompanhados de *curriculum vitae*, deverão ser entregues por ocasião da realização da inscrição definitiva, dirigidos ao Presidente da Comissão de Concurso, podendo ser determinada a exibição do original na Secretaria, para nova conferência.

9.2 Consideram-se títulos pertinentes ao currículo das ciências jurídicas, com a valoração respectiva:

- a) aprovação em concurso de ingresso na carreira do Ministério Público ou da Magistratura: 2 (dois) pontos;
- b) diploma ou certificado de conclusão de curso de doutorado ou livre docência na área do Direito: 1,5 (um ponto e cinco décimos de ponto);
- c) diploma ou certificado de mestrado na área do Direito: 1 (um) ponto;
- d) exercício, em caráter efetivo, de cargo ou função técnico-jurídica privativa de bacharel em Direito, em órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Distrital ou Municipal: 1 (um) ponto;
- e) certificado de conclusão de curso de especialização na área do Direito: 0,5 (cinco décimos) ponto;
- f) certificado de conclusão, com aproveitamento, de curso regular (com duração mínima de 1 ano e carga horária mínima de 720 horas-aula) promovido por escola preparatória do Ministério Público, reconhecido pela respectiva Administração Superior: 0,5 (cinco décimos) ponto;
- g) certificado de conclusão, com aproveitamento, de curso regular (com duração mínima de 1 ano e carga horária mínima de 720 horas-aula) promovido por escola preparatória da Magistratura, reconhecido pela respectiva Administração Superior: 0,5 (cinco décimos) ponto;
- h) exercício, em caráter comissionado, de cargo ou função técnico-jurídica privativa de bacharel em Direito, em órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Distrital ou Municipal: 0,5 (cinco décimos) ponto;
- i) certificado de aproveitamento na função de estagiário de pós-graduação ou residente jurídico do Ministério Público: 0,5 (cinco décimos) ponto;
- j) obra publicada, de autoria individual, com reconhecido valor científico para a ciência jurídica: 0,25 (vinte e cinco centésimos) ponto;
- k) exercício do magistério no ensino superior na área do Direito: 0,25 (vinte e cinco centésimos) ponto; e
- l) certificado de aproveitamento na função de estagiário de graduação do Ministério Público: 0,25 (vinte e cinco centésimos) ponto.

13



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

9.3 É vedada a cumulação dos seguintes títulos relacionados o item 9.2 deste Edital:

- a) o da letra "f" com o da letra "g", no que ultrapassar 1,0 (um) ponto;
- b) o da letra "e" com os das letras "f" e "g", se a especialização decorrer do aproveitamento de disciplinas de curso promovido por escola preparatória do Ministério Público ou da Magistratura, conforme o caso; e
- c) os das letras "b", "c" e "e" com o da letra "j", se a obra publicada decorrer de tese, dissertação ou monografia utilizada para a obtenção do doutorado, mestrado ou especialização.

9.4 Nas hipóteses do item 9.3, prevalecerá, em qualquer caso, o título de maior pontuação dentre os não cumulativos.

9.5 Os títulos referidos na letra "j" do item 9.2 deste Edital serão oferecidos em exemplar impresso, comprovada, de modo inequívoco, sua autenticidade.

9.6 O título referido na letra "k" do item 9.2 deste Edital será considerado uma única vez, ainda que diversas as instituições em que ministrado o magistério, somente sendo considerada a docência pelo período mínimo de um ano letivo, nos últimos cinco anos imediatamente anteriores à publicação deste Edital.

9.7 Os títulos referidos nas letras "d", "h", "i" e "l" do item 9.2 deste Edital pressupõem, para efeito de cômputo, o exercício de, no mínimo, um ano no cargo ou função.

9.8 Os títulos terão natureza meramente classificatória.

10 DA PROVA ORAL

10.1 A prova oral versará sobre questões de Direito compreendidas no contexto temático constante no item 14, compreendendo os itens 14.4 a 14.15 deste Edital.

10.2 Os candidatos deverão apresentar-se à prova oral no horário designado dos dias respectivos segundo o sorteio a que se refere o item 8.2 deste Edital, observando-se o seguinte:

- a) no horário constante na convocação de que trata o item 7.8 deste Edital será efetuado, dentre os pontos elaborados pela Comissão, o sorteio daqueles que serão aplicados naquele dia de prova.
- b) com antecedência de 30 (trinta) minutos ao horário estabelecido para a sua prova oral, segundo a ordem determinada pelo sorteio de que trata o item 8.2 deste Edital, cada candidato fará, dentre os pontos do dia, o sorteio daquele em relação ao qual será arguido;

14



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

- c) em cada dia os candidatos aguardarão o horário de realização da sua prova oral em sala destinada pela Comissão, não podendo, durante a realização das provas daquele dia, ter contato com pessoas que não sejam aquelas autorizadas pela Comissão de Concurso;
- d) a juízo da Comissão, a ordem de arguição dos candidatos poderá ser alterada, em face de relevante motivo apresentado por candidato e desde que ele o requeira expressamente;
- e) o candidato que, por motivo de força maior, não comparecer à prova oral no dia designado, poderá, mediante justificação a ser apresentada até às 12 (doze) horas do primeiro dia útil subsequente, a critério da Comissão, ser admitido a exame; e
- f) o candidato ainda não submetido à prova oral não poderá assistir à arguição dos demais candidatos.

10.3 A prova oral, que será pública, terá caráter eliminatório e será registrada em gravação de áudio ou por qualquer outro meio que possibilite a sua posterior reprodução, podendo o candidato, pessoalmente ou por procurador com poderes específicos, solicitar cópia para fins de recurso.

10.4 Fica vedada a gravação e a anotação de questões relativas à prova oral pelo público assistente.

10.5 Eventuais dúvidas suscitadas sobre as questões durante a realização da prova oral deverão ser levadas ao presidente da Comissão de Concurso que a reunirá, se entender pertinente, para deliberação.

10.6 O membro da Comissão de Concurso, ao concluir a arguição de cada candidato, cuja duração não poderá ser superior a 20 (vinte) minutos, atribuir-lhe-á nota, na graduação de 0 (zero) a 10 (dez), atendendo ao mérito das respostas, na qual deverão ser levados em conta o nível de acerto e precisão jurídica, a adequação da linguagem e a segurança demonstrados pelo candidato.

10.7 Será considerado aprovado na prova oral o candidato que, cumulativamente:

- a) obtiver média aritmética igual ou superior a 5,0 (cinco), calculada com base nas notas que lhe foram atribuídas por cada um dos membros da Comissão que o arguíram; e
- b) não apresentar mais do que 3 (três) notas inferiores a 5,0 (cinco) dentre aquelas que lhe foram atribuídas por cada um dos membros da Comissão que o arguíram.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

11 DO JULGAMENTO DAS PROVAS E DOS TÍTULOS

11.1 Encerrada a prova oral de todos os candidatos, a Comissão de Concurso, em reunião secreta a ser realizada no prazo de até 2 (dois) dias úteis, procederá ao julgamento do concurso, apurando a média final de aprovação e apreciando, para efeito de classificação, os títulos apresentados.

11.2 Apurar-se-á a média final de aprovação pela soma da nota final obtida nas provas do processo seletivo preambular objetivo, do processo seletivo discursivo e da média aritmética das notas obtidas na prova oral, dividida por quatro.

Assim, $m = \frac{a+b+c+d}{4}$, onde:

- m = média final de aprovação;
- a = nota final do processo seletivo preambular objetivo;
- b = nota da prova escrita do Grupo I;
- c = nota da prova escrita do Grupo II;
- d = média aritmética das notas da prova oral.

11.3 Considerar-se-á aprovado o candidato que, declarado apto no exame psicotécnico, não apresentar restrições que o inabilitem ou tornem não recomendável o seu acesso ao cargo, colhidas entre os resultados da apresentação oral, da entrevista e do procedimento investigatório, obtiver média final de aprovação igual ou superior a 5 (cinco) pontos, observado o disposto nos itens 6.11 e 10.8 deste Edital.

11.4 Os candidatos aprovados terão seus títulos, tempestivamente apresentados, examinados, discutidos e avaliados pela Comissão de Concurso para o fim de apurar-se a nota final de classificação.

11.5 Observado o grau máximo de 10 (dez) pontos, a nota final de classificação será obtida acrescentando-se à média final de aprovação 1/10 (um décimo) do total de pontos dos títulos apresentados pelo candidato.

11.6 Ocorrendo igualdade de notas, o desempate dar-se-á, sucessivamente, em favor do candidato mais idoso e, por fim, ao que tiver a maior média final de aprovação, definida no item 11.2 deste Edital.

11.7 Julgado o Concurso, a Comissão divulgará o resultado, publicando-o no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, e remeterá ao Procurador-Geral de Justiça a nominata com a nota final de classificação dos candidatos aprovados, segundo a ordem de classificação.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

12 DOS RECURSOS

12.1 Os candidatos poderão interpor recurso dirigindo-o:

- a) à Comissão, contra o indeferimento das inscrições às vagas reservadas com deficiência, os erros na formulação de questões ou no gabarito do processo seletivo preambular objetivo, as alterações do gabarito do processo seletivo preambular objetivo e a definição dos resultados das provas discursivas e da prova oral; e
- b) ao Conselho Superior do Ministério Público, contra o resultado da classificação final.

12.2 Os recursos poderão ser interpostos no prazo de 2 (dois) dias úteis:

- a) a contar da divulgação do resultado da homologação das inscrições dos candidatos inscritos às vagas reservadas para pessoas com deficiência;
- b) a contar da divulgação dos gabaritos no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, com relação às questões e o gabarito do processo seletivo preambular objetivo; e
- c) a contar da publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, quanto aos resultados das provas discursivas e oral.

12.3 O recurso contra o resultado final do concurso poderá ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for publicada a nominata dos aprovados e a respectiva ordem de classificação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

12.4 Os recursos serão individuais e deverão ser interpostos somente pelo candidato interessado, mediante petição escrita, a ser entregue na Secretaria da Comissão de Concurso, ressalvado aquele da alínea "b" do item 12.2 deste Edital, que, obrigatoriamente, deverá ser interposto via *Internet*, no mesmo endereço eletrônico da inscrição provisória, até as 19 (dezenove) horas do último dia do prazo recursal.

12.5 Excetuado o recurso contra erros na formulação de questões ou no gabarito do processo seletivo preambular objetivo, será permitida a interposição de recurso por procurador ou pelos Correios, desde que, por intermédio do serviço "Sedex", para o endereço da Comissão de Concurso (Rua Bocaiuva, n. 1750, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88015-904), considerando-se, para fins de aferição da tempestividade do reclamo, a data de postagem.

12.6 Não será admitida a interposição de recurso por fax ou correio eletrônico, salvo a previsão contida no item 12.4 deste Edital.

17



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

12.7 Os recursos interpostos serão numerados, adotando-se, exceto para aqueles dirigidos contra a homologação das inscrições dos candidatos inscritos às vagas reservadas para pessoas com deficiência, o resultado da prova oral e a classificação final do concurso, método que impeça a respectiva identificação no momento do julgamento, que ocorrerá em grau único, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do encerramento do prazo recursal.

12.7.1 O julgamento dos recursos se dará em sessão pública, para a qual será publicado prévio comunicado no sítio eletrônico e no Diário Oficial Eletrônico do MPSC.

12.8 Pretendendo o recorrente questionar o resultado de mais de uma questão da prova, deverá formular seu pedido e as respectivas razões em petições distintas, tantas quantas forem as questões recorridas.

12.9 Os recursos serão analisados pela Comissão que definirá, em cada caso concreto, o alcance e os efeitos da decisão.

12.10 Será indeferido, liminarmente, o recurso:

- a) interposto fora do prazo;
- b) que não evidencie o legítimo interesse e o prejuízo sofrido pelo candidato recorrente;
- c) proposto em desacordo com o estabelecido nos itens anteriores; ou
- d) que contiver qualquer sinal de identificação, exceto para aqueles dirigidos contra a homologação das inscrições dos candidatos inscritos às vagas reservadas para pessoas com deficiência, o resultado da prova oral e a classificação final do concurso.

13 DA HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO

13.1 Não havendo interposição de recursos dentro do prazo previsto no item 12.3, ou julgados aqueles porventura interpostos, será o concurso submetido ao Conselho Superior do Ministério Público para análise quanto a sua homologação.

13.2 O concurso terá validade pelo prazo de dois anos, contados da data em que for publicado, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, o ato homologatório a que alude o item 13.1 deste Edital.

13.3 O candidato com deficiência aprovado no concurso, quando convocado para a posse, deverá, munido de documento de identidade original, submeter-se à avaliação a ser realizada pela Gerência de Perícia Médica (GEPEM), da Secretaria de Estado da Administração, com o objetivo de verificar se a deficiência se enquadra na previsão do artigo 4º da Lei Estadual n. 12.870, de 12 de janeiro

18

E D I T A L N° 02/92**CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO**

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.9º, inciso XXXIII, da Lei Complementar Estadual nº 17, de 05 de julho de 1982, faz saber, a quem interessar possa, que se acham abertas, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação deste edital no Diário da Justiça do Estado, as inscrições para o concurso público de provas e títulos visando o provimento de cargos de **Promotor de Justiça Substituto**, conforme disposições abaixo:

I - DA INSCRIÇÃO PROVISÓRIA

1. A inscrição provisória será recebida pela Secretaria da Comissão de Concurso, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, localizada à Rua Felipe Schmidt, nº 111, na cidade de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, no período das 13:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira.

2. O requerimento de inscrição, fornecido no local acima e dirigido ao Presidente da Comissão de Concurso, preenchido pelo candidato ou por procurador com poderes especiais, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- a) prova de nacionalidade brasileira, através de fotocópia autenticada da cédula de identidade;
- b) prova de idade inferior a 40 (quarenta) anos, na data da publicação do edital, salvo se funcionário público, caso em que deverá apresentar certidão passada pelo órgão a que estiver vinculado;
- c) título de bacharel em Direito por faculdade oficial ou reconhecida pelo Governo Federal, devidamente registrado através fotocópia autenticada do documento, ou, no caso de recém-formado, certidão de colação de grau e de encaminhamento do diploma para registro;
- d) comprovante do recolhimento da taxa de inscrição, no valor de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), a ser efetuado no Banco do Estado de Santa Catarina S/A BESC, agência da Praça XV de Novembro - Florianópolis, conta nº 048.331-4/PGJ - Concurso Ministério Público;
- e) duas fotos recentes, tamanho 3x4.

1. O texto deve ser datilografado com clareza, sem anotações ou rasuras, com fita preta. No máximo, segunda via.
2. Datilografar rente às linhas laterais do papel.
3. Remeter a matéria acompanhada de ofício.
4. As publicações com "Assistência Judiciária" somente serão aceitas a pedido do Sr. Juiz de Direito.
5. Calcular o custo tomando por base o número (à margem) atingido pelo texto; o preço está devidamente fixado na tabela baixada pela IOESC.
6. Juntamente com o original para publicação, remeter cheque nominal (Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina) correspondente ao custo apurado.

3. Encerrado o prazo, a relação dos candidatos admitidos ao processo seletivo preambular, com a indicação do dia, hora, local e tempo de duração da prova correspondente, será publicada no Diário da Justiça do Estado.

4. É irrecorrível a decisão que não admitir o candidato à prova preambular.

II - DO PROCESSO SELETIVO PREAMBULAR

1. O processo seletivo preambular, de caráter eliminatório, consistirá de uma prova escrita, de múltipla escolha, sobre conhecimentos gerais de Português e de Direito, contendo questões de pronta resposta e apuração padronizada.

2. O conteúdo programático específico da prova preambular consta do item VIII deste edital.

3. Durante essa prova não será permitido ao candidato que consulte textos legais comentados ou anotados, sob pena de imediata exclusão do concurso.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de acertos em cada uma das partes da prova (Português e Direito).

5. Publicado o resultado no Diário da Justiça do Estado os candidatos reprovados poderão interpor recurso no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação.

6. O recurso, dirigido ao Presidente da Comissão de Concurso, será liminarmente indeferido se interposto fora do prazo ou silente quanto a eventual prejuízo que o viabilize.

III - DA INSCRIÇÃO DEFINITIVA

1. O candidato aprovado no processo seletivo preambular deverá requerer sua inscrição definitiva dentro dos 10 (dez) dias seguintes à publicação do resultado no Diário da Justiça do Estado.

2. O requerimento, conforme modelo a ser fornecido, dirigido ao Presidente da Comissão de Concurso, preenchido pelo candidato ou por procurador com poderes especiais, deverá ser apresentado na secretaria da Comissão, instruído com a seguinte documentação complementar:

a) atestado de idoneidade moral subscrito por 2 (dois) ou mais membros do Ministério Público;

b) atestado de saúde física e mental subscrito por 2 (dois) ou mais médicos;

c) folhas-corridas da Justiça Comum, estadual e federal, expedidas por órgãos com jurisdição no(s) local(ais) de residência do candidato, nos últimos 5 (cinco)

1. O texto deve ser datilografado com clareza, sem anotações ou rasuras, com fita preta. No máximo, segunda via.
2. Datilografar rente às linhas laterais do papel.
3. Remeter a matéria acompanhada de ofício.
4. As publicações com "Assistência Judiciária" somente serão aceitas a pedido do Sr. Juiz de Direito.
5. Calcular o custo tomando por base o número (à margem) atingido pelo texto; o preço está devidamente fixado na tabela baixada pela IOESC.
6. Juntamente com o original para publicação, remeter cheque nominal (Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina) correspondente ao custo apurado.

anos;

d) prova de quitação das obrigações eleitorais e militares.

3. O requerimento de inscrição definitiva será apensado ao da inscrição provisória e somente depois de efetuada a investigação sobre a vida pregressa do candidato é que a Comissão de Concurso decidirá a respeito.

4. A rejeição do pedido de inscrição definitiva poderá ter por fundamento o resultado da investigação referida no número anterior, não obstante o preenchimento dos requisitos formais exigidos no número 2 (dois).

5. Terminado o julgamento, do qual não cabe recurso algum, os candidatos que tiverem deferidas suas inscrições definitivas serão convocados através de publicação no Diário da Justiça do Estado para a prestação das provas escritas sobre Direito Penal e Processual Penal e Direito Civil e Processual Civil, com a indicação do dia, hora, local e tempo de duração das provas.

IV - DAS PROVAS ESCRITAS DEFINITIVAS

1. As provas escritas definitivas, compostas de questões teóricas e práticas de Direito Penal e Processual Penal e Direito Civil e Processual Civil, de caráter eliminatório, serão realizadas isolada e sucessivamente;

2. Os temas específicos, sobre os quais versarão as questões, estão relacionados no item VIII deste edital.

3. Na execução das provas escritas definitivas só se permitirá ao candidato utilização de máquina de escrever própria, caneta azul ou preta e consulta aos códigos que contenham apenas breves anotações ou comentários.

4. Na correção e julgamento das provas escritas definitivas serão atribuídas notas de 0 (zero) a 10 (dez) levando-se em conta, além do acerto nas respostas, o conhecimento do vernáculo e a capacidade teórica e prática na exposição do pensamento.

5. Somente será admitido à prova oral o candidato que obtiver nas provas escritas definitivas, isoladamente, nota igual ou superior a 5 (cinco).

6. Os candidatos aprovados nas provas escritas definitivas serão convocados à prestação de **exame psicotécnico, entrevista e prova oral**, conforme publicação a ser feita no Diário da Justiça do Estado, com a indicação do dia, hora e local da realização dos atos.

7. Aplicam-se às provas escritas definitivas as regras do item II, números 5 e 6.

V - DO EXAME PSICOTÉCNICO E DA ENTREVISTA

1. O texto deve ser datilografado com clareza, sem anotações ou rasuras, com fita preta. No máximo, segunda via.
2. Datilografar rente às linhas laterais do papel.
3. Remeter a matéria acompanhada de ofício.
4. As publicações com "Assistência Judiciária" somente serão aceitas a pedido do Sr. Juiz de Direito.
5. Calcular o custo tomando por base o número (à margem) atingido pelo texto; o preço está devidamente fixado na tabela baixada pela IOESC.
6. Juntamente com o original para publicação, remeter cheque nominal (Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina) correspondente ao custo apurado.

1. O exame psicotécnico será realizado por especialistas credenciados pela Procuradoria-Geral de Justiça.

2. Os candidatos sujeitos ao exame psicotécnico ficarão obrigados ao pagamento de uma taxa, diretamente aos especialistas credenciados à realização do mesmo.

3. Após a realização do exame psicotécnico a Comissão de Concurso entrevistará o candidato sobre sua vida individual e familiar, o seu relacionamento social e as atividades que exerce, observando a sua capacidade de expressão e tendo sempre presente os dados constantes de seu prontuário.

4. O resultado do exame psicotécnico e da entrevista, realizados antes da prova oral, servirão de subsídio para o julgamento final do concurso.

VI - DA APRESENTAÇÃO DOS TÍTULOS

1. Sob pena de preclusão, os títulos demonstrativos da capacidade do candidato, acompanhados de curriculum vitae, deverão ser entregues ao Presidente da Comissão de Concurso por ocasião da realização da entrevista.

2. São títulos:

a) diploma ou certificado de curso de pós-graduação a nível de doutorado ou livre-docência, na área do Direito (10 pontos);

b) diploma ou certificado de curso de pós-graduação a nível de mestrado, na área do Direito (08 pontos);

c) diploma ou certificado de curso de pós-graduação a nível de especialização, na área do Direito (05 pontos);

d) obras publicadas, de autoria individual e de reconhecido valor científico para as ciências jurídicas (05 pontos);

e) exercício de cargo na carreira do Ministério Público ou da Magistratura (05 pontos);

f) exercício de magistério superior na área do Direito (04 pontos);

g) certificado de conclusão de curso promovido por Escola do Ministério Público ou da Magistratura (03 pontos);

h) exercício de cargo ou função técnico-jurídica, privativa de bacharel em Direito, em órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal (2 pontos);

i) certificado de aproveitamento nas

1. O texto deve ser datilografado com clareza, sem anotações ou rasuras, com fita preta. No máximo, segunda via.
2. Datilografar rente às linhas laterais do papel.
3. Remeter a matéria acompanhada de ofício.
4. As publicações com "Assistência Judiciária" somente serão aceitas a pedido do Sr. Juiz de Direito.
5. Calcular o custo tomando por base o número (à margem) atingido pelo texto; o preço está devidamente fixado na tabela baixada pela IOESC.
6. Juntamente com o original para publicação, remeter cheque nominal (Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina) correspondente ao custo apurado.

funções de Estagiário do Ministério Público (01 ponto).

3. Os títulos referidos na letra "d", do número anterior, serão oferecidos em exemplar datilografado ou impresso, comprovada, de modo inequívoco, sua autenticidade, e os demais serão comprovados por meio de certidões ou cópias conferidas, podendo a Comissão de Concurso determinar a exibição do original na Secretaria para nova conferência.

4. Os títulos terão notas meramente classificatórias.

VII - DAS PROVAS ORAIS

1. As provas orais versarão sobre pontos dos programas de Direito Penal, Civil, Constitucional, Administrativo, Tributário, Falimentário, Acidentário, Processual Penal, Processual Civil e Legislação Institucional.

2. Os candidatos sortearão o ponto 30 (trinta) minutos antes do início da arguição pela Comissão de Concurso.

3. O grau das provas orais corresponderá à média das notas de 0 (zero) a 10 (dez), atribuídas por matéria, considerando-se aprovado o candidato que obtiver, ao final, média igual ou superior a 5 (cinco).

VIII - DO PROGRAMA

1. **PORTUGUÊS** (Processo Seletivo Preambular): Questões gramaticais e sintaxe.

2. **DIREITO PENAL** (Processo Seletivo Preambular, Provas Escritas Definitivas e Prova Oral): Da aplicação da lei penal : lei penal no tempo e lei penal no espaço. Do crime. Da imputabilidade penal. Do concurso de pessoas. Das penas : das espécies de pena, da cominação das penas, da aplicação da pena, da execução da pena (Lei nº 7.210/84), da suspensão condicional da pena, do livramento condicional, dos efeitos da condenação, da reabilitação. Das medidas de segurança. Da ação penal. Da extinção da punibilidade. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra os costumes. Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública. Crimes de abuso de autoridade (Lei 4.898/65). Crimes previstos na Lei Antitóxicos (Lei 6.368/65). Crimes de imprensa (Lei 5.250/67). Crimes contra a economia popular. Crimes hediondos (Lei 8.072/90). Crimes contra a criança e o adolescente (Lei 8.069/90). Crimes contra o consumidor (Lei 8.078/90). Crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo (Lei 8.137/90). Crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais (DL 201/67). Crimes eleito-

1. O texto deve ser datilografado com clareza, sem anotações ou rasuras, com fita preta. No máximo, segunda via.
2. Datilografar rente às linhas laterais do papel.
3. Remeter a matéria acompanhada de ofício.
4. As publicações com "Assistência Judiciária" somente serão aceitas a pedido do Sr. Juiz de Direito.
5. Calcular o custo tomando por base o número (à margem) atingido pelo texto; o preço está devidamente fixado na tabela baixada pela IOESC.
6. Juntamente com o original para publicação, remeter cheque nominal (Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina) correspondente ao custo apurado.

rais. Contravenções Penais.

3. DIREITO PROCESSUAL PENAL (Processo Seletivo Preambular, Provas Escritas Definitivas e Prova Oral): Princípios Gerais de Direito Processual Penal. Do Inquérito Policial. Da ação penal. Da ação civil. Da competência. Das questões e processos incidentes: das exceções, do conflito de jurisdição, da insanidade mental do acusado. Da prova. Do Juiz e do Ministério Público. Do acusado, do seu defensor, do assistente, dos auxiliares da justiça. Da prisão e da liberdade provisória: da prisão preventiva, da prisão em flagrante, da prisão temporária (Lei 7.960/89), da liberdade provisória com ou sem fiança. Das citações e intimações. Da aplicação provisória de interdições de direitos e medidas de segurança. Da sentença. Do procedimento comum. Dos procedimentos especiais. Do procedimento sumário. Das nulidades e dos recursos em geral. Do "habeas corpus". Da execução penal (Lei 7.210/84). Da graça, do indulto e da anistia. Disposições gerais do Código de Processo Penal.

4. DIREITO CIVIL (Processo Seletivo Preambular, Provas Escritas Definitivas e Prova Oral): Lei de Introdução ao Código Civil (art. 1º ao 7º). Das Pessoas: pessoa natural e pessoa jurídica. Dos fatos jurídicos: atos jurídicos, atos ilícitos, abuso de direito, prescrição e decadência. Direito de Família: casamento e seus efeitos jurídicos, regime de bens entre os cônjuges, anulação e nulidade do casamento, divórcio e separação judicial, união estável e seus efeitos jurídicos, tutela, curatela, ausência e adoção, relações de parentesco, alimentos. Direito das Coisas: posse, propriedade. Direito das Obrigações: responsabilidade objetiva, responsabilidade subjetiva, responsabilidade do Estado, proteção do consumidor. Direito das Sucessões: da sucessão em geral, sucessão legítima, sucessão testamentária. Registros Públicos: Lei nº 6.015/73. Loteamento e Parcelamento do Solo Urbano: Lei nº 6.766/79. Direito Ambiental: Lei nº 7.347/85. Direito da Criança e do Adolescente: Lei nº 8.069/90. Apoio às Pessoas Portadores de Deficiências: Lei 7.853/89.

5. DIREITO PROCESSUAL CIVIL (Processo Seletivo Preambular, Provas Escritas Definitivas e Prova Oral): Do Processo de Conhecimento: da jurisdição e da ação. Das partes e dos procuradores. Do Ministério Público no processo civil. Dos órgãos judiciários e dos auxiliares da justiça: da competência, do Juiz. Dos atos processuais: da forma, dos prazos, do lugar, das comunicações dos atos processuais, das nulidades, outros atos processuais. Da formação, suspensão e extinção do processo. Do processo e do procedimento: do procedimento ordinário, do procedimento sumaríssimo, da revelia, das provas, da audiência, a sentença e a coisa julgada. Dos recursos. Do processo de execução: da execução da prestação alimentícia, dos embargos do devedor, execução da Fazenda Pública. Do processo cautelar: das medidas cautela-

1. O texto deve ser datilografado com clareza, sem anotações ou rasuras, com fita preta. No máximo, segunda via.
2. Datilografar rente às linhas laterais do papel.
3. Remeter a matéria acompanhada de ofício.
4. As publicações com "Assistência Judiciária" somente serão aceitas a pedido do Sr. Juiz de Direito.
5. Calcular o custo tomando por base o número (à margem) atingido pelo texto; o preço está devidamente fixado na tabela baixada pela IOESC.
6. Juntamente com o original para publicação, remeter cheque nominal (Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina) correspondente ao custo apurado.

res. Dos procedimentos especiais: dos procedimentos especiais de jurisdição contenciosa: das ações possessórias, da ação de usucapião, do inventário e da partilha, da ação de prestação; dos procedimentos especiais de jurisdição voluntária: da separação consensual, dos testamentos e codicilos, da organização e da fiscalização das fundações. Da ação de alimentos. Do divórcio, Do mandado de segurança. Da ação popular. Da ação Civil Pública.

6. DIREITO CONSTITUCIONAL (Processo Seletivo Preambular e Prova Oral): Dos Princípios Fundamentais. Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. Dos Direitos Sociais. Dos Direitos Políticos. Dos Partidos Políticos. Da Organização do Estado. A União, os Estados Federados e os Municípios: Competências e Intervenção. Da Administração Pública. O Poder Legislativo: Estrutura, Funcionamento e Atribuições. O Processo Legislativo: As Espécies Normativas. O Poder Executivo: Atribuições e Responsabilidades do Presidente da República. O Poder Judiciário: Órgãos, Garantias e Competências. O controle da Constitucionalidade das Leis : Via Incidental e Via Principal. A Inconstitucionalidade por Omissão, Aplicabilidade das Normas Constitucionais. O Ministério Público e demais Funções Essenciais à Justiça. Da ordem Econômica e Financeira. Da Ordem Social. Da Educação e da Cultura. Do Meio Ambiente. Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso. Dos Índios. A Constituição do Estado de Santa Catarina: Do Poder Judiciário. Das Funções Essenciais à Justiça. Da Defesa do Consumidor. Do Meio Ambiente. Da Família, da Criança, do Adolescente, do Idoso e da Pessoa Portadora de Deficiência. Dos Índios.

7. DIREITO ADMINISTRATIVO (Prova Oral): Direito Público e Direito Privado. Direito Administrativo: Conceito. Administração Pública: Órgãos e Agentes Públicos. Princípios Básicos de Administração Pública. Uso e Abuso do Poder. Poderes Administrativos. Ato Administrativo: Conceito, classificação e invalidação. Contrato Administrativo: princípios gerais, espécies e rescisão. Licitação. Serviços Públicos: princípios gerais. Administração Direta e Indireta. Servidor Público. Domínio Público. Intervenção na propriedade e no domínio econômico. Responsabilidade Civil da Administração. Administração em Juízo. O controle da administração pelo Judiciário.

8. DIREITO TRIBUTÁRIO (Prova Oral): Sistema Tributário Nacional: princípios gerais. Competência Tributária. Os Impostos da União, Estados e Municípios. Responsabilidade Tributária. Imunidade e Isenção. Crédito Tributário: lançamento, suspensão, extinção. Privilegios. Anistia. Lei de Execução Fiscal.

9. DIREITO ACIDENTÁRIO E FALIMENTAR (Prova Oral): Acidente do Trabalho: conceito, abrangência, equiparação, tutelados, doenças profissionais e do trabalho, benefícios e serviços, procedimento judicial, intervenção do Mi

1. O texto deve ser datilografado com clareza, sem anotações ou rasuras, com fita preta. No máximo, segunda via.
2. Datilografar rente às linhas laterais do papel.
3. Remeter a matéria acompanhada de ofício.
4. As publicações com "Assistência Judiciária" somente serão aceitas a pedido do Sr. Juiz de Direito.
5. Calcular o custo tomando por base o número (à margem) atingido pelo texto; o preço está devidamente fixado na tabela baixada pela IOESC.
6. Juntamente com o original para publicação, remeter cheque nominal (Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina) correspondente ao custo apurado.

1 nistério Público, prescrição. Falência e Concordata: caracte-
 2 rização, natureza jurídica, processo judicial, direitos e
 deveres do falido, do concordatário e dos credores, os ór-
 gãos da falência, posição do Ministério Público, crimes fa-
 limentares.

3 **10. LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL** (Prova Oral):
 Princípios Institucionais do Ministério Público. Organiza-
 ção do Ministério Público. Investidura e mandato do Procura-
 dor-Geral de Justiça. Atribuições, prerrogativas e garanti-
 4 as dos membros do Ministério Público. Ingresso, confirmação
 e progressão na carreira. Correições e normas disciplinares.

IX - DO JULGAMENTO DAS PROVAS E DOS TÍTULOS

5 1. Encerradas as provas orais a Comissão
 do Concurso, em reunião secreta, procederá ao julgamento do
 concurso, apurando a nota final e apreciando, para efeito
 6 de classificação, os títulos apresentados pelos candidatos.

2. A nota final resultará da soma da média
 das notas obtidas nas provas escritas definitivas e da mé-
 dia obtida na prova oral, dividida por 2(dois).

3. Considerar-se-á aprovado o candidato
 que, habilitado no exame psicotécnico, obtiver, ao final, no-
 8 ta igual ou superior a 5 (cinco).

4. Ocorrendo igualdade de notas, o desempe-
 9 nte dar-se-á, sucessivamente, em favor do candidato que ti-
 ver apresentado títulos e, por fim, em prol do candidato ma-
 is idoso.

5. Julgado o concurso, a Comissão anuncia-
 10 rá o resultado, fazendo-o publicar no Diário da Justiça do
 Estado e encaminhará incontinenti ao Procurador-Geral de Jus-
 11 tiça a nominata dos aprovados, segundo a ordem de classifi-
 cação.

6. Da decisão da Comissão de Concurso cabe
 12 rá recurso para o Conselho Superior do Ministério Público,
 no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data da publicação
 do resultado no Diário da Justiça do Estado.

7. Caberá ao Conselho Superior homologar o
 13 resultado final do concurso.

X - DISPOSIÇÕES FINAIS

14 1. A inscrição implicará o reconhecimento,
 por parte do candidato, das presentes instruções e aceita-
 15 ção das condições do concurso.

2. As provas escritas serão numeradas, ado-
 16 tando-se método que impeça a respectiva identificação no mo-
 mento da correção.

3. Para ser admitido à prestação de cada

1. O texto deve ser datilografado com clareza, sem anotações ou rasuras, com fita preta. No máximo, segunda via.

2. Datilografar rente às linhas laterais do papel.

3. Remeter a matéria acompanhada de ofício.

4. As publicações com "Assistência Judiciária" somente serão aceitas a pedido do Sr. Juiz de Direito.

5. Calcular o custo tomando por base o número (à margem) atingido pelo texto; o preço está devidamente fixado na tabela baixada pela IOESC.

6. Juntamente com o original para publicação, remeter cheque nominal (Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina) correspondente ao custo apurado.

1 prova, o candidato deverá comparecer, convenientemente tra-
jado, munido de inscrição e carteira de identidade, no lo
cal e hora previamente designados com, no mínimo, 15 (quin
ze) minutos de antecedência.

2 4. O concurso será eficaz por 2 (dois) anos
contados da data da homologação do resultado pelo Conselho
Superior.

3 5. A partir da publicação do resultado os
candidatos aprovados disporão de 3 (três) dias para proce-
derem à escolha das vagas, firmando-se a preferência de
4 acordo com a ordem de classificação.

5 6. A posse coletiva dos nomeados realizar-
se-á em sessão solene do Colégio de Procuradores de Justi-
ça, em dia, hora e local previamente estabelecidos.

6 7. Todos os atos do Concurso serão regis-
trados em atas.

8 8. Os casos omissos e duvidosos serão re-
solvidos pela Comissão de Concurso.

Florianoopolis, 10 de fevereiro de 1992


JOÃO CARLOS KURTZ
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

1. O texto deve ser datilografado com clareza, sem anotações ou rasuras, com fita preta. No máximo, segunda via.
2. Datilografar rente às linhas laterais do papel.
3. Remeter a matéria acompanhada de ofício.
4. As publicações com "Assistência Judiciária" somente serão aceitas a pedido do Sr. Juiz de Direito.
5. Calcular o custo tomando por base o número (à margem) atingido pelo texto; o preço está devidamente fixado na tabela baixada pela IOESC.
6. Juntamente com o original para publicação, remeter cheque nominal (Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina) correspondente ao custo apurado.

1	E D I T A L Nº 02/93
2	CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA DO
3	MINISTÉRIO PÚBLICO
4	O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º, inciso XXXIII, da Lei Complementar Estadual nº 17, de 05 de julho de 1982, faz saber, a quem interessar possa, que se acham abertas, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data da publicação deste edital no Diário da Justiça do Estado, as inscrições para o concurso público de provas e títulos visando o provimento de cargos de Promotor de Justiça Substituto, conforme disposições abaixo:
5	I - DA INSCRIÇÃO PROVISÓRIA
6	1. A inscrição provisória será recebida pela Secretaria da Comissão de Concurso, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, localizada à Rua Felipe Schmidt, nº 755, na cidade de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, no período das 13:00 às 18:00 horas, de segunda à sexta-feira.
8	2. O requerimento de inscrição, fornecido no local acima e dirigido ao Presidente da Comissão de Concurso, preenchido pelo candidato ou por procurador com poderes especiais, deverá ser instruído com os seguintes documentos:
9	a) prova de nacionalidade brasileira, através de fotocópia autenticada da cédula de identidade;
10	b) prova de idade inferior a 40 (quarenta) anos, na data da publicação do edital, salvo se funcionário público, caso em que deverá apresentar certidão passada pelo órgão a que estiver vinculado;
11	c) título de bacharel em Direito por faculdade de oficial ou reconhecida pelo Governo Federal, devidamente registrado através fotocópia autenticada do documento, ou, no caso de recém-formado, certidão de colação de grau e de encaminhamento do diploma para registro;
12	d) comprovante do recolhimento da taxa de inscrição, no valor de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), a ser efetuado no Banco do Estado de Santa Catarina S/A BESC, agência da Praça XV de Novembro - Florianópolis, conta nº 048.331-4/PGJ.- Concurso Ministério Público;
13	e) duas fotos recentes, tamanho 3x4.
14	3 - Encerrado o prazo, a relação dos candidatos admitidos ao processo seletivo preambular, com a indicação do dia, hora, local e tempo de duração da prova correspondente, será publicada no Diário da Justiça do Estado.
15	
16	

1. O texto deve ser datilografado com clareza, sem anotações ou rasuras, com fita preta. No máximo, segunda via.
2. Datilografar rente às linhas laterais do papel.
3. Remeter a matéria acompanhada de ofício.
4. As publicações com "Assistência Judiciária" somente serão aceitas a pedido do Sr. Juiz de Direito.
5. Calcular o custo tomando por base o número (à margem) atingido pelo texto; o preço está devidamente fixado na tabela baixada pela IOESC.
6. Juntamente com o original para publicação, remeter cheque nominal (Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina) correspondente ao custo apurado.

1	4. É irrecorrível a decisão que não admitiro candidato à prova preambular.
2	II - DO PROCESSO SELETIVO PREAMBULAR
3	1. O processo seletivo preambular, de caráter eliminatório, consistirá de uma prova escrita, de múltipla escolha, sobre conhecimentos gerais de Português e de Direito, contendo questões de pronta resposta e apuração padronizada.
4	2. O conteúdo programático específico da prova preambular consta do item VIII deste edital.
5	3. Durante essa prova não será permitido ao candidato que consulte textos legais comentados ou anotados, sob pena de imediata exclusão do concurso.
6	4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de acertos em cada uma das partes da prova (Português e Direito).
7	5. Publicado o resultado no Diário da Justiça do Estado os candidatos reprovados poderão interpor recurso no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação.
8	6. O recurso, dirigido ao Presidente da Comissão de Concurso, será liminarmente indeferido se interposto fora do prazo ou silente quanto a eventual prejuízo que o viabilize.
9	III - DA INSCRIÇÃO DEFINITIVA
10	1. O candidato aprovado no processo seletivo preambular deverá requerer sua inscrição definitiva dentro dos 10 (dez) dias seguintes à publicação do resultado no Diário da Justiça do Estado.
11	2. O requerimento, conforme modelo a ser fornecido, dirigido ao Presidente da Comissão de Concurso, preenchido pelo candidato ou por procurador com poderes especiais, deverá ser apresentado na secretaria da Comissão, instruído com a seguinte documentação complementar:
12	a) atestado de idoneidade moral subscrito por 2 (dois) ou mais membros do Ministério Público;
13	b) atestado de saúde física e mental subscrito por 2 (dois) ou mais médicos;
14	c) folhas-corridas da Justiça Comum, estadual e federal, expedidas por órgãos com jurisdição no(s) local(ais) de residência do candidato, nos últimos 5 (cinco) anos;
15	d) prova de quitação das obrigações eleitorais e militares.
16	3. O requerimento de inscrição definitiva será apensado ao da inscrição provisória e somente depois de efetuada a investigação sobre a vida pregressa do candidato e que a Comissão de Concurso decidirá a respeito.
	4. A rejeição do pedido de inscrição definitivo poderá ter por fundamento o resultado da investigação re-

1. O texto deve ser datilografado com clareza, sem anotações ou rasuras, com fita preta. No máximo, segunda via.
2. Datilografar rente às linhas laterais do papel.
3. Remeter a matéria acompanhada de ofício.
4. As publicações com "Assistência Judiciária" somente serão aceitas a pedido do Sr. Juiz de Direito.
5. Calcular o custo tomando por base o número (à margem) atingido pelo texto; o preço está devidamente fixado na tabela baixada pela IOESC.
6. Juntamente com o original para publicação, remeter cheque nominal (Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina) correspondente ao custo apurado.

1	ferida no número anterior, não obstante o preenchimento dos requisitos formais exigidos no número 2 (dois).
2	5. Terminado o julgamento, do qual não cabe recurso algum, os candidatos que tiverem deferidas suas inscrições definitivas serão convocados através de publicação no Diário da Justiça do Estado para a prestação das provas escritas sobre Direito Penal e Processual Penal e Direito Civil e Processual Civil, com a indicação do dia, hora, local e tempo de duração das provas.
3	
4	IV - DAS PROVAS ESCRITAS DEFINITIVAS
5	1. As provas escritas definitivas, compostas de questões teóricas e práticas de Direito Penal e Processual Penal e Direito Civil e Processual Civil, de caráter eliminatório, serão realizadas isolada e sucessivamente.
6	2. Os temas específicos, sobre os quais versarão as questões, estão relacionados no item VIII deste edital.
7	3. Na execução das provas escritas definitivas só se permitirá ao candidato utilizar caneta azul ou preta e consulta aos códigos que contenham apenas breves anotações ou comentários, sendo facultado, ainda, o uso de máquina de escrever própria.
8	4. Na correção e julgamento das provas escritas definitivas serão atribuídas notas de 0 (zero) a 10 (dez) levando-se em conta, além do acerto nas respostas, o conhecimento do vernáculo e a capacidade teórica e prática na exposição do pensamento.
9	
10	5. Somente será admitido à prova oral o candidato que obtiver nas provas escritas definitivas, isoladamente, nota igual ou superior a 5 (cinco).
11	6. Os candidatos aprovados nas provas escritas definitivas serão convocados à prestação de exame psicotécnico, entrevista e prova oral, conforme publicação a ser feita no Diário da Justiça do Estado, com a indicação do dia, hora e local da realização dos atos.
12	7. Aplicam-se às provas escritas definitivas as regras do item II, números 5 e 6.
13	V - DO EXAME PSICOTÉCNICO E DA ENTREVISTA
14	1. O exame psicotécnico será realizado por especialistas credenciados pela Procuradoria-Geral de Justiça.
15	2. Os candidatos sujeitos ao exame psicotécnico ficarão obrigados ao pagamento de uma taxa, diretamente aos especialistas credenciados à realização do mesmo.
16	3. Após a realização do exame psicotécnico a Comissão de Concurso entrevistará o candidato sobre sua vida individual e familiar, o seu relacionamento social e as atividades que exerce, observando a sua capacidade de expressão e tendo sempre presente os dados constantes de seu prontuário.

1. O texto deve ser datilografado com clareza, sem anotações ou rasuras, com fita preta. No máximo, segunda via.
2. Datilografar rente às linhas laterais do papel.
3. Remeter a matéria acompanhada de ofício.
4. As publicações com "Assistência Judiciária" somente serão aceitas a pedido do Sr. Juiz de Direito.
5. Calcular o custo tomando por base o número (à margem) atingido pelo texto; o preço está devidamente fixado na tabela baixada pela IOESC.
6. Juntamente com o original para publicação, remeter cheque nominal (Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina) correspondente ao custo apurado.

1	4. O resultado do exame psicotécnico e da entrevista, realizados antes da prova oral, servirão de subsídio para o julgamento final do concurso.
2	VI - DA APRESENTAÇÃO DOS TÍTULOS
3	1. Sob pena de preclusão, os títulos demonstrativos da capacidade do candidato, acompanhados de <u>currículum vitae</u> , deverão ser entregues ao Presidente da Comissão de Concurso por ocasião da realização da entrevista.
4	2. São títulos:
5	a) diploma ou certificado de curso de pós-graduação a nível de doutorado ou livre-docência, na área do Direito (10 pontos);
6	b) diploma ou certificado de curso de pós-graduação a nível de mestrado, na área do Direito (08 pontos);
7	c) diploma ou certificado de curso de pós-graduação a nível de especialização, na área do Direito (05 pontos);
8	d) obras publicadas, de autoria individual e de reconhecido valor científico para as ciências jurídicas (05 pontos);
9	e) exercício de cargo na carreira do Ministério Público ou da Magistratura (05 pontos);
10	f) exercício de magistério superior na área do Direito (04 pontos);
11	g) certificado de conclusão de curso promovido por Escola do Ministério Público ou da Magistratura (03 pontos);
12	h) exercício de cargo ou função técnico-jurídica, privativa de bacharel em Direito, em órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal (02 pontos);
13	i) certificado de aproveitamento nas funções de Estagiário do Ministério Público (01 ponto).
14	3. Os títulos referidos na letra "d", do número anterior, serão oferecidos em exemplar datilografado ou impresso, comprovada, de modo inequívoco, sua autenticidade, e os demais serão comprovados por meio de certidões ou cópias conferidas, podendo a Comissão de Concurso determinar a exibição do original na Secretaria para nova conferência.
15	4. Os títulos terão notas meramente classificatórias.
16	VII - DAS PROVAS ORAIS:
17	1. As provas orais versarão sobre pontos dos programas de Direito Penal, Civil, Constitucional, Administrativo, Tributário, Falimentar, Acidentário, Processual Penal, Processual Civil e Legislação Institucional.
18	2. Os candidatos sortearão o ponto 30 (trinta) minutos antes do início da arguição pela Comissão de Con

1. O texto deve ser datilografado com clareza, sem anotações ou rasuras, com fita preta. No máximo, segunda via.
2. Datilografar rente às linhas laterais do papel.
3. Remeter a matéria acompanhada de ofício.
4. As publicações com "Assistência Judiciária" somente serão aceitas a pedido do Sr. Juiz de Direito.
5. Calcular o custo tomando por base o número (à margem) atingido pelo texto; o preço está devidamente fixado na tabela baixada pela IOESC.
6. Juntamente com o original para publicação, remeter cheque nominal (Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina) correspondente ao custo apurado.

1	curso.
2	3. O grau das provas orais corresponderá à média das notas de 0 (zero) a 10 (dez), atribuídas por matéria, considerando-se aprovado o candidato que obtiver, ao final, média igual ou superior a 5 (cinco).
3	VIII - DO PROGRAMA
4	1. PORTUGUÊS (Processo Seletivo Preambular): Questões gramaticais e sintaxe.
5	2. DIREITO PENAL (Processo Seletivo Preambular, Provas Escritas Definitivas e Prova Oral): Da aplicação da lei penal : lei penal no tempo e lei penal no espaço. Do crime. Da imputabilidade penal. Do concurso de pessoas. Das penas: das espécies de pena, da cominação das penas, da aplicação da pena, da execução da pena (Lei nº 7.210/84), da suspensão condicional da pena, do livramento condicional, dos efeitos da condenação, da reabilitação. Das medidas de segurança. Da ação penal. Da extinção da punibilidade. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra os costumes. Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública. Crimes de abuso de autoridade (Lei 4.898/65). Crimes previstos na Lei Antitóxicos (Lei 6.368/65). Crimes de imprensa (Lei 5.250/67). Crimes contra a economia popular. Crimes hediondos (Lei 8.072/90). Crimes contra a criança e o adolescente (Lei 8.069/90). Crimes contra o consumidor (Lei 8.078/90). Crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo (Lei 8.137/90). Crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais (DL 201/67). Crimes eleitorais. Contravenções Penais.
6	
7	
8	3. DIREITO PROCESSUAL PENAL (Processo Seletivo Preambular, Provas Escritas Definitivas e Prova Oral): Princípios Gerais de Direito Processual Penal. Do Inquérito Policial. Da ação penal. Da ação civil. Da competência. Das questões e processos incidentes: das exceções, do conflito de jurisdição, da insanidade mental do acusado. Da prova. Do Juiz e do Ministério Público. Do acusado, do seu defensor, do assistente, dos auxiliares da justiça. Da prisão e da liberdade provisória: da prisão preventiva, da prisão em flagrante, da prisão temporária (Lei 7.960/89), da liberdade provisória com ou sem fiança. Das citações e intimações. Da aplicação provisória de interdições de direitos e medidas de segurança. Da sentença. Do procedimento comum. Dos procedimentos especiais. Do procedimento sumário. Das nulidades e dos recursos em geral. Do "habeas corpus". Da execução penal (Lei 7.210/84), Da graça, do indulto e da anistia. Disposições gerais do Código de Processo Penal.
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	4. DIREITO CIVIL (Processo Seletivo Preambular, Provas Escritas Definitivas e Prova Oral): Lei de Introdução ao Código Civil (arts. 1º ao 7º). Das Pessoas: pessoa natural e pessoa jurídica. Dos fatos jurídicos: atos jurídicos,
16	

1. O texto deve ser datilografado com clareza, sem anotações ou rasuras, com fita preta. No máximo, segunda via.
2. Datilografar rente às linhas laterais do papel.
3. Remeter a matéria acompanhada de ofício.
4. As publicações com "Assistência Judiciária" somente serão aceitas a pedido do Sr. Juiz de Direito.
5. Calcular o custo tomando por base o número (à margem) atingido pelo texto; o preço está devidamente fixado na tabela baixada pela IOESC.
6. Juntamente com o original para publicação, remeter cheque nominal (Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina) correspondente ao custo apurado.

1	atos ilícitos, abuso de direito, prescrição e decadência. <u>Di</u>
2	<u>reito de Família:</u> casamento e seus efeitos jurídicos, regime
3	de bens entre os cônjuges, anulação e nulidade do casamento,
4	divórcio e separação judicial, união estável e seus efeitos ju
5	rídicos, tutela, curatela, ausência e adoção, relações de pa
6	rentesco, alimentos. <u>Direito das Coisas:</u> posse, propriedade. <u>Di</u>
7	<u>reito das Obrigações:</u> responsabilidade objetiva, responsabili-
8	dade subjetiva, responsabilidade do Estado, proteção do consu
9	midor. <u>Direito das Sucessões:</u> da sucessão em geral, sucessão
10	legítima, sucessão testamentária. <u>Registros Públicos:</u> Lei nº
11	6.015/73. <u>Loteamento e Parcelamento do Solo Urbano:</u> Lei nº
12	6.766/79. <u>Direito Ambiental:</u> Lei nº 7.347/85. <u>Direito da Crian</u>
13	<u>ça e do Adolescente:</u> Lei nº 8.069/90. <u>Apoio as Pessoas Porta</u>
14	<u>dores de Deficiências:</u> Lei nº 7.853/89.
15	5. DIREITO PROCESSUAL CIVIL (Processo Seleti
16	vo Preambular, Provas Escritas Definitivas e Prova Oral): Do
17	Processo de Conhecimento: da jurisdição e da ação. Das partes
18	e dos procuradores. Do Ministério Público no processo civil.
19	Dos órgãos judiciais e dos auxiliares da justiça: da compe
20	tência, do Juiz. <u>Dos atos processuais:</u> da forma, dos prazos,
21	do lugar, das comunicações dos atos processuais, das nulida
22	des, outros atos processuais. Da formação, suspensão e extiñ
23	ção do processo. <u>Do processo e do procedimento:</u> do procedimen
24	to ordinário, do procedimento sumaríssimo, da revelia, das pro
25	vas, da audiência, a sentença e a coisa julgada. Dos recursos.
26	<u>Do processo de execução:</u> da execução da prestação alimentícia,
27	dos embargos do devedor, execução da Fazenda Pública. <u>Do pro</u>
28	<u>cesso cautelar:</u> das medidas cautelares. <u>Dos procedimentos es</u>
29	<u>peciais:</u> dos procedimentos especiais de jurisdição contencio
30	sa: das ações possessórias, da ação de usucapião, do inventá
31	rio e da partilha, da ação de prestação; dos procedimentos es
32	peciais de jurisdição voluntária: da separação consensual, dos
33	testamentos e codicilos, da organização e da fiscalização das
34	fundações. Da ação de alimentos. Do divórcio. Do mandado de se
35	gurança. Da ação popular. Da ação civil pública.
36	6. DIREITO CONSTITUCIONAL (Processo Seletivo
37	Preambular e Prova Oral): Dos Princípios Fundamentais. Dos Di
38	reitos e Deveres Individuais e Coletivos. Dos Direitos Soci
39	ais. Dos Direitos Políticos. Dos Partidos Políticos. Da Orgā
40	nização do Estado. A União, os Estados Federados e os Municí
41	pios: Competências e Intervenção. Da Administração Pública.
42	<u>O Poder Legislativo:</u> Estrutura, Funcionamento e Atribuições. <u>O</u>
43	<u>Processo Legislativo:</u> As espécies Normativas. <u>O Poder Executī</u>
44	<u>vo:</u> Atribuições e Responsabilidades do Presidente da Republi
45	ca. <u>O Poder Judiciário:</u> Órgãos, Garantias e Competências. <u>O con</u>
46	<u>trole da Constitucionalidade das Leis:</u> Via Incidental e Via
47	Principal. A Inconstitucionalidade por Omissão. Aplicabilidade
48	das Normas Constitucionais. O Ministério Público e demais Fun
49	ções Essenciais à Justiça. Da ordem Econômica e Financeira. Da
50	Ordem Social. Da Educação e da Cultura. Do Meio Ambiente. Da
51	Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso. Dos Índios. <u>A</u>
52	<u>Constituição do Estado de Santa Catarina:</u> Do Poder Judiciário.

1. O texto deve ser datilografado com clareza, sem anotações ou rasuras, com fita preta. No máximo, segunda via.
2. Datilografar rente às linhas laterais do papel.
3. Remeter a matéria acompanhada de ofício.
4. As publicações com "Assistência Judiciária" somente serão aceitas a pedido do Sr. Juiz de Direito.
5. Calcular o custo tomando por base o número (à margem) atingido pelo texto; o preço está devidamente fixado na tabela baixada pela IOESC.
6. Juntamente com o original para publicação, remeter cheque nominal (Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina) correspondente ao custo apurado.

1	O Ministério Público e demais Funções Essenciais à Justiça. Da Defesa do Consumidor. Do Meio Ambiente. Da Família, da Criança, do Adolescente, do Idoso e da Pessoa Portadora de Deficiência. Dos Índios.
2	7. DIREITO ADMINISTRATIVO (Prova Oral): Direito Público e Direito Privado. Direito Administrativo: Conceito. Administração Pública: Órgãos e Agentes Públicos. Princípios Básicos de Administração Pública. Uso e Abuso do Poder. Poderes Administrativos. Ato Administrativo: Conceito, classificação e invalidação. Contrato Administrativo: princípios gerais, espécies e rescisão. Licitação. Serviços Públicos: princípios gerais. Administração Direta e Indireta. Servidor Público. Domínio Público. Intervenção na propriedade e no domínio econômico. Responsabilidade Civil na Administração. Administração em Juízo. O controle da administração pelo Judiciário.
3	
4	
5	
6	8. DIREITO TRIBUTÁRIO (Prova Oral): Sistema Tributário Nacional: princípios gerais. Competência Tributária. Os Impostos da União, Estados e Municípios. Responsabilidade Tributária. Imunidade e Isenção. Crédito Tributário: lançamento, suspensão, extinção. Privilegios. Anistia. Lei de Execução Fiscal.
8	9. DIREITO ACIDENTÁRIO E FALIMENTAR (Prova Oral): Acidente do Trabalho: Conceito, abrangência, equiparação, tutelados, doenças profissionais e do trabalho, benefícios e serviços, procedimento judicial, intervenção do Ministério Público, prescrição. Falência e Concordata: caracterização, natureza jurídica, processo judicial, direitos e deveres do falido, do concordatário e dos credores, os órgãos da falência, posição do Ministério Público, crimes falimentares.
9	
10	10. LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL (Prova Oral): Princípios Institucionais do Ministério Público. Organização do Ministério Público. Investidura e mandato do Procurador-Geral de Justiça. Atribuições, prerrogativas e garantias dos membros do Ministério Público. Ingresso, confirmação e progressão na carreira. Correições e normas disciplinares.
11	
12	IX - DO JULGAMENTO DAS PROVAS E DOS TÍTULOS
13	1. Encerradas as provas orais a Comissão do Concurso, em reunião secreta, procederá ao julgamento do concurso, apurando a nota final e apreciando, para efeito de classificação, os títulos apresentados pelos candidatos.
14	2. A nota final resultará da soma da média aritmética das provas escritas e orais dividida por 2 (dois).
15	3. Considerar-se-á aprovado o candidato que, habilitado no exame psicotécnico, obtiver, ao final, nota igual ou superior a 5 (cinco).
16	4. Os candidatos aprovados terão seus títulos, tempestivamente apresentados, examinados, discutidos e avaliados pela Comissão para o fim de apurar-se a nota final de classificação.

1. O texto deve ser datilografado com clareza, sem anotações ou rasuras, com fita preta. No máximo, segunda via.
2. Datilografar rente às linhas laterais do papel.
3. Remeter a matéria acompanhada de ofício.
4. As publicações com "Assistência Judiciária" somente serão aceitas a pedido do Sr. Juiz de Direito.
5. Calcular o custo tomando por base o número (à margem) atingido pelo texto; o preço está devidamente fixado na tabela baixada pela IOESC.
6. Juntamente com o original para publicação, remeter cheque nominal (Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina) correspondente ao custo apurado.

1	5. Ocorrendo igualdade de notas, o desempate dar-se-á, sucessivamente, em favor do candidato que tiver apresentado o maior número de pontos por títulos e, por fim, em prol do candidato mais idoso.
2	6. Julgado o concurso, a Comissão anunciará o resultado, fazendo-o publicar no Diário da Justiça do Estado e encaminhará incontinenti ao Procurador-Geral de Justiça a nomenclatura dos aprovados, segundo a ordem de classificação.
3	7. Da decisão da Comissão de Concurso caberá recurso para o Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data da publicação do resultado no Diário da Justiça do Estado.
4	8. Caberá ao Conselho Superior homologar o resultado final do concurso.
5	X - <u>DISPOSIÇÕES FINAIS:</u>
6	1. A inscrição implicará o reconhecimento, por parte do candidato, das presentes instruções e aceitação das condições do concurso.
7	2. As provas escritas definitivas serão numeradas, adotando-se método que impeça a respectiva identificação no momento da correção.
8	3. Para ser admitido à prestação de cada prova, o candidato deverá comparecer, convenientemente trajado, munido de inscrição e carteira de identidade, no local e hora previamente designados com, no mínimo, 15 (quinze) minutos de antecedência.
9	4. O concurso será eficaz por 2 (dois) anos contados da data da homologação do resultado pelo Conselho Superior.
10	5. A partir da publicação do resultado os candidatos aprovados disporão de 3 (três) dias para procederem à escolha das vagas, firmando-se a preferência de acordo com a ordem de classificação.
11	6. A posse coletiva dos nomeados realizar-se-á em sessão solene do Colégio de Procuradores de Justiça, em dia, hora e local previamente estabelecidos.
12	7. Todos os atos do Concurso serão registrados em atas.
13	8. Terminado o concurso, os candidatos não aprovados poderão retirar os documentos apresentados com os pedidos de inscrição preliminar e definitiva, dentro de 30 (trinta) dias da publicação do ato homologatório.
14	9. Esgotado o prazo referido no número anterior, o Serviço de Documentação não se responsabilizará pela guarda ou conservação dos documentos não retirados.
15	10. Os casos omissos e duvidosos serão resolvidos pelo Conselho Superior.
16	

1. O texto deve ser datilografado com clareza, sem anotações ou rasuras, com fita preta. No máximo, segunda via.
2. Datilografar rente às linhas laterais do papel.
3. Remeter a matéria acompanhada de ofício.
4. As publicações com "Assistência Judiciária" somente serão aceitas a pedido do Sr. Juiz de Direito.
5. Calcular o custo tomando por base o número (à margem) atingido pelo texto; o preço está devidamente fixado na tabela baixada pela IOESC.
6. Juntamente com o original para publicação, remeter cheque nominal (Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina) correspondente ao custo apurado.

1	vidos pela Comissão de Concurso.
2	Florianópolis, 05 de janeiro de 1993
3	MOACYR DE MORAES LIMA FILHO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, em exercício
4	
5	
6	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	/cms

1. O texto deve ser datilografado com clareza, sem anotações ou rasuras, com fita preta. No máximo, segunda via.
2. Datilografar rente às linhas laterais do papel.
3. Remeter a matéria acompanhada de ofício.
4. As publicações com "Assistência Judiciária" somente serão aceitas a pedido do Sr. Juiz de Direito.
5. Calcular o custo tomando por base o número (à margem) atingido pelo texto; o preço está devidamente fixado na tabela baixada pela IOESC.
6. Juntamente com o original para publicação, remeter cheque nominal (Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina) correspondente ao custo apurado.



EDITAL DE CONCURSO Nº 002/PGJ/2005

XXXII CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18, inc. XIV, "a", da Lei Complementar Estadual nº 197, de 13 de julho de 2000, faz saber, a quem interessar possa, que se acham abertas, no período de 29 de junho a 29 de julho de 2005, as inscrições para o XXXII Concurso Público de Provas e Títulos, visando ao provimento de 23 (vinte e três) cargos vagos na Carreira do Ministério Público, conforme disposições abaixo.

O concurso será regido pela Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar nº 197/2000) e pelas normas constantes da Resolução nº 001/CSMP/2005 (Regulamento do Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público), facultada à Administração Superior a prorrogação do prazo deste Edital.

I - DA INSCRIÇÃO PROVISÓRIA

1. A inscrição provisória será recebida pela Secretaria da Comissão de Concurso, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, localizada na Rua Bocaiúva, 1.750 - Centro Executivo Casa do Barão - Torre B, na cidade de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, no período das 13h às 18h; de segunda a sexta-feira.

2. O requerimento de inscrição, fornecido no local acima indicado ou retirado do *site* oficial na *internet* (www.mp.sc.gov.br), preenchido pelo candidato ou por procurador habilitado, dirigido ao Presidente da Comissão de Concurso, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

a) prova de nacionalidade brasileira, por meio de fotocópia autenticada da cédula de identidade ou de documento equivalente;

b) formulário de caráter reservado, devidamente preenchido e assinado pelo candidato, fornecido pela Comissão de Concurso no ato da inscrição ou retirado do *site* oficial na *internet*;

c) comprovante do recolhimento da taxa de inscrição, no valor de R\$ 140,00 (cento e quarenta reais), a ser efetuado por meio do boleto bancário



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

disponível no *site* oficial do Ministério Público do Estado (www.mp.sc.gov.br); e

d) duas fotos recentes, no tamanho 3x4.

3. Também poderão ser feitas inscrições por meio da *internet*, desde que devidamente preenchido o requerimento-padrão de inscrição que estará à disposição do candidato no *site* oficial (www.mp.sc.gov.br), no espaço reservado ao Concurso Público.

3.1 O candidato que optar pela inscrição via *internet* deverá remeter à Secretaria da Comissão (Rua Bocaiúva, 1.750, Ed. Casa do Barão, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88.015-904), no mesmo período, pelo Correio, por carta registrada com AR ou por Sedex, os documentos referidos nas letras “a”, “b”, “c” e “d” do item 2, sendo válida para aferir a tempestividade da inscrição a data da postagem.

3.2 O requerimento-padrão de inscrição encaminhado pela *internet*, ao ser recebido pela Secretaria da Comissão, assegura ao candidato um comprovante-resposta que deverá ser mantido em seu poder para a necessária e posterior comprovação da inscrição.

4. Encerrado o prazo das inscrições provisórias, a relação dos candidatos admitidos ao processo seletivo preambular, com a indicação do dia, da hora, do local e do tempo de duração das provas correspondentes, será publicada no *site* oficial do Ministério Público (www.mp.sc.gov.br).

II - DO PROCESSO SELETIVO PREAMBULAR

1. O processo seletivo preambular, de caráter eliminatório, será composto de uma prova escrita, realizada em duas fases, contendo questões de múltipla escolha e apuração padronizada, na forma que segue:

PRIMEIRA FASE – Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Penal e Direito Processual Penal, inclusive matéria envolvendo direitos difusos e coletivos.

SEGUNDA FASE – Língua Portuguesa, Conhecimentos Gerais sobre as realidades étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do Estado de Santa Catarina e questões de Direito, abstraídos os ramos compreendidos na primeira fase.

2. As duas fases previstas no item 1 serão realizadas sucessivamente no mesmo dia, cada qual com 4 (quatro) horas de duração, com início às 8h e às 14h.

3. O conteúdo programático específico do processo seletivo preambular consta do item VIII deste Edital.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

4. Durante o processo seletivo preambular, os candidatos não poderão efetuar qualquer tipo de consulta, nem aos textos legais.

5. Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem as maiores médias, até o total de 20% do número de candidatos que tenham realizado a prova, não podendo esse número exceder aos 150 (cento e cinquenta) primeiros classificados, e desde que tenham esses logrado pelo menos 50% de acertos nas questões referentes à primeira fase e 50% de acertos nas questões da segunda fase.

5.1 Os acertos logrados na primeira fase da prova serão computados com peso 2 (dois), para fins de classificação geral.

5.2 O percentual mínimo de acertos previsto para a segunda fase (50%) deverá ser atingido pelo candidato em cada matéria que integra a prova, ou seja: a) Língua Portuguesa; b) Conhecimentos Gerais sobre a Realidade Catarinense; e c) Direito.

5.3 Havendo candidatos empatados com a mesma média na última posição dos classificados, serão todos admitidos, ainda que ultrapassado o limite acima estabelecido.

6. O processo seletivo preambular não será computado para efeito do cálculo da média final de aprovação, constituindo em mero juízo de admissibilidade à inscrição definitiva.

7. Do gabarito oficial da prova seletiva preambular, no prazo de 2 (dois) dias, contados da sua divulgação no *site* oficial do Ministério Público e na Procuradoria-Geral de Justiça, poderão os candidatos interpor recurso nos termos do art. 30, § 1º, do Regulamento do Concurso (Resolução nº 001/CSMP/2005).

8. Para a finalidade prevista no item 7, aos candidatos que requererem será fornecida cópia das provas matrizes aplicadas pela Comissão de Concurso.

III - DA INSCRIÇÃO DEFINITIVA

1. O candidato aprovado no processo seletivo preambular deverá requerer, pessoalmente ou por procurador habilitado (vedado o requerimento via *internet*), sua inscrição definitiva dentro dos 10 (dez) dias seguintes à publicação do resultado no Diário da Justiça do Estado.

2. O requerimento, conforme modelo a ser fornecido, dirigido ao Presidente da Comissão de Concurso, preenchido pelo candidato, deverá ser apresentado na Secretaria da Comissão, instruído com a seguinte documentação complementar:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

- a) título de bacharel em Direito, por escola pública ou reconhecida pelos órgãos oficiais de ensino, por intermédio de fotocópia autenticada do diploma de conclusão de curso ou por certidão ou atestado de conclusão de curso ou colação de grau;
- b) comprovante de que conta com, no mínimo, 3 (três) anos de atividade jurídica;
- c) atestado de idoneidade moral subscrito por 2 (dois) ou mais membros do Ministério Público, ressalvados os impedimentos previstos no artigo 7º da Resolução nº 001/CSMP/2005;
- d) atestado de saúde física e mental, subscrito por 2 (dois) profissionais médicos das respectivas especialidades;
- e) certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Comum, Estadual e Federal, assim como da Justiça Eleitoral e da Justiça Militar Estadual, expedida por órgãos com jurisdição no(s) local(ais) de residência do candidato nos últimos 10 (dez) anos; e
- f) prova de quitação das obrigações eleitorais e militares, por meio de certidão expedida pela Justiça Eleitoral e do certificado de reservista ou de isenção do serviço militar ou documento equivalente.

2.1 O título de bacharel em Direito será comprovado com a apresentação de fotocópia ou reprodução semelhante, autenticada, do diploma de conclusão do curso, devidamente registrado.

2.2 O candidato poderá apresentar certificado ou atestado de conclusão de curso, sendo obrigatória, no entanto, em caso de aprovação, a apresentação, até a data da nomeação, do diploma a que alude o item anterior ou de certidão de colação de grau, neste caso acompanhada de comprovação do encaminhamento do diploma respectivo para registro.

2.3 A comprovação da atividade jurídica por, no mínimo, 3 (três) anos, dar-se-á na forma estabelecida no parágrafo único do art. 1º da Resolução nº 001/CSMP/2005.

2.4 A certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Militar Estadual somente será exigida dos candidatos que sejam ou tenham sido militares estaduais.

2.5 A certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Eleitoral deverá ser fornecida pelo Tribunal Regional Eleitoral dos respectivos Estados.

2.6 No requerimento de inscrição definitiva, deverá o candidato indicar as comarcas onde haja exercido a advocacia; cargo do Ministério Público; da Magistratura; da Polícia ou qualquer outra atividade pública ou privada,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

declinando o nome e o endereço dos órgãos ou das empresas a que serviu bem como as épocas de permanência em cada um deles.

3. O requerimento de inscrição definitiva será apensado ao da inscrição provisória e, somente após a investigação sobre os aspectos da vida moral e social do candidato, sobre ele decidirá a Comissão de Concurso.

4. A rejeição do pedido de inscrição definitiva poderá ter por fundamento o resultado da investigação referida no item anterior, ainda que atendidos os requisitos formais exigidos e especificados no item 2.

5. Terminado o julgamento, os candidatos que tiverem deferidas suas inscrições definitivas serão convocados, por meio de publicação no *site* oficial do Ministério Público (www.mp.sc.gov.br), para a prestação das provas escritas previstas no art. 18, inc. II, da Resolução nº 001/CSMP/2005 - Regulamento do Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público -, com a indicação do dia, da hora, do local e do tempo de duração dessas.

IV - DAS PROVAS ESCRITAS DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO

1. As provas escritas, cada qual de caráter eliminatório, compreenderão 3 (três) grupos de provas de respostas subjetivas, compostas de questões teóricas e práticas, na forma que segue:

GRUPO I – Direito Penal e Direito Processual Penal;

GRUPO II – Direito Civil, Direito Processual Civil, podendo constar, ainda, incursões incidentais sobre Direito Constitucional, Direito Tributário, Direito Administrativo e Direito da Criança e do Adolescente; e

GRUPO III – Direitos Difusos e Coletivos.

2. Esses 3 (três) grupos de provas serão realizados em dias distintos, cada qual com 5 (cinco) horas de duração e com início às 8h.

3. Os temas específicos, sobre os quais versarão as questões, estão relacionados no item VIII deste Edital.

4. Na execução das provas, só se permitirá ao candidato a utilização de máquina de escrever própria, caneta esferográfica azul ou preta e consulta a textos legais não comentados ou anotados, observadas as seguintes orientações:

4.1 são vedadas quaisquer anotações feitas nos textos legais;

4.2 será permitida a consulta a súmulas não comentadas;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

4.3 será permitida a utilização de legislação com texto sublinhado ou destacado com caneta “marca-texto”;

4.4 poderá a Comissão de Concurso exigir que o candidato utilize computador fornecido pelo Ministério Público para a realização das provas escritas; e

4.5 a inobservância dessas regras e das demais oriundas da Comissão de Concurso bem como a descortesia do candidato para com qualquer membro da Comissão de Concurso, o Secretário ou os Fiscais, no local da prova, acarretará ao infrator sua eliminação imediata e sumária do certame.

5. Na correção e no julgamento das provas escritas antes mencionadas, serão atribuídas pelos respectivos examinadores notas de 0 (zero) a 10 (dez), levando-se em conta, além do acerto das respostas, a adequação técnica, o conteúdo jurídico, a sistematização lógica e o nível de persuasão.

6. Somente será admitido à prova oral o candidato que obtiver, em cada grupo das provas escritas de conhecimento específico, nota igual ou superior a 5 (cinco).

7. Os candidatos aprovados nas provas escritas de conhecimento específico serão convocados à prestação de exame psicotécnico, prova de tribuna, entrevista e prova oral, conforme publicação a ser feita no Diário da Justiça do Estado, com indicação do dia, da hora e do local em que serão realizados.

8. Publicado o resultado no Diário da Justiça do Estado, qualquer candidato poderá interpor recurso no prazo de 2 (dois) dias, contados da referida publicação, podendo, para tanto, ter vista das provas na Secretaria do Concurso por uma única vez.

8.1 Não será admitida a interposição de recurso via fax ou por meio eletrônico (*e-mail*).

9. O recurso, dirigido ao Presidente da Comissão de Concurso, será indeferido, liminarmente, se:

9.1 interposto fora dos prazos previstos no Regulamento do Concurso;

9.2 não evidenciar o legítimo interesse e o prejuízo sofrido pelo candidato recorrente;

9.3 proposto em desacordo com o estabelecido no § 6º do artigo 30 da Resolução nº 001/CSMP/2005 (Regulamento do Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público); e

9.4 contiver qualquer sinal de identificação.



10. No caso de provimento do recurso, será publicada no Diário da Justiça nova relação de classificados.

V - DO EXAME PSICOTÉCNICO, DA PROVA DE TRIBUNA E DA ENTREVISTA

1. O exame psicotécnico será realizado por especialistas integrantes do Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça, ou por esta credenciados.

2. Após a realização do exame psicotécnico, o candidato será convocado para a prova de tribuna, perante a Comissão de Concurso, que terá a duração de 10 (dez) minutos, com tolerância de 2 (dois) minutos, para mais ou para menos, e que versará sobre tema previamente definido pela Comissão de Concurso e sorteado pelo candidato, com antecedência mínima de 1 hora, permitida apenas a consulta a breves anotações.

3. Na seqüência da prova de tribuna, o candidato será entrevistado sobre sua vida individual e familiar, o seu relacionamento social e as atividades que exerce, observando-se a sua capacidade de expressão e tendo sempre presentes os dados constantes de seu prontuário.

4. O desempenho no exame psicotécnico, na prova de tribuna e na entrevista, realizados antes da prova oral, servirá de subsídio para o julgamento final do concurso.

VI - DA APRESENTAÇÃO DOS TÍTULOS

1. Sob pena de preclusão, os títulos demonstrativos da capacidade do candidato, acompanhados de *curriculum vitae*, deverão ser entregues ao Presidente da Comissão de Concurso por ocasião da realização da entrevista, podendo a Comissão de Concurso determinar a exibição do original na Secretaria, para nova conferência.

2. Consideram-se títulos, com a valoração respectiva:

a) diploma ou certificado de curso de doutorado ou livre-docência na área de Direito: 5 pontos;

b) diploma ou certificado de curso de mestrado na área de Direito: 4 pontos;

c) exercício de cargo na carreira do Ministério Público ou da Magistratura: 4 pontos;

d) diploma ou certificado de curso de especialização (pós-graduação) na área de Direito: 3 pontos;

e) certificado de conclusão, com aproveitamento, de curso promovido por Escola do Ministério Público, reconhecido pela Administração Superior: 3 pontos;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

- f) certificado de conclusão, com aproveitamento, de curso promovido por Escola da Magistratura, reconhecido pela Administração Superior: 2 pontos;
- g) obra publicada, de autoria individual e de reconhecido valor científico para as ciências jurídicas: 2 pontos;
- h) exercício de magistério superior na área de Direito: 2 pontos;
- i) exercício de cargo ou função técnico-jurídica, em caráter efetivo ou em comissão, privativa de bacharel em Direito, em órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal: 2 pontos; e
- j) certificado de aproveitamento nas funções de estagiário do Ministério Público: 1 ponto por ano de exercício, limitado a 2 pontos.

3. É vedada a acumulação dos títulos referidos nas letras “a”, “b” e “d”, os quais se excluem entre si, prevalecendo, em qualquer caso, o de maior pontuação.

4. É vedada a acumulação dos títulos referidos nas letras “e” e “f”, os quais se excluem entre si, prevalecendo, em qualquer caso, o de maior pontuação.

5. Os títulos referidos na letra “g” serão oferecidos em exemplar datilografado ou impresso, comprovada, de modo inequívoco, sua autenticidade.

6. O título referido na letra “h” será considerado uma única vez, ainda que diversas as instituições em que foi exercido o magistério, somente sendo considerada a docência pelo período mínimo de um ano letivo, nos últimos cinco anos imediatamente anteriores à última publicação do presente Edital.

7. Os títulos referidos na letra “i” pressupõem, para efeito de cômputo, o exercício de, no mínimo, um ano no cargo ou na função.

8. Os títulos terão notas meramente classificatórias.

VII - DA PROVA ORAL

1. A prova oral versará sobre questões de Direito compreendidas no contexto temático definido pelo art. 4º da Resolução nº 001/CSMP/2005 (Regulamento do Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público).

2. O candidato sorteará, dentre todos os elaborados pela Comissão, o ponto sobre o qual será argüido, no momento em que for chamado para prestar a prova oral.

3. O membro da Comissão examinadora, ao concluir a argüição de cada candidato, cuja duração não poderá ser superior a 20 (vinte) minutos,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

atribuir-lhe-á nota na graduação de 0 (zero) a 10 (dez), atendendo ao mérito das respostas, para aferição do qual deverão ser levados em conta o nível de acerto e precisão jurídica, a adequação da linguagem e a segurança demonstrados pelo candidato.

4. Considerar-se-á habilitado na prova oral o candidato que obtiver média aritmética igual ou superior a 5 (cinco), calculada com base nas notas que lhe foram atribuídas por cada um dos membros da Comissão que o argüiram.

VIII - DO PROGRAMA

1. CONHECIMENTOS GERAIS DA LÍNGUA PORTUGUESA - Ortografia: acentuação gráfica. Pontuação. Verbo (tempo, modo, pessoa). Colocação pronominal. Concordância verbal. Concordância nominal. Regência verbal. Regência nominal. Crase.

2. REALIDADES ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA: A ocupação, a exploração e o povoamento do território catarinense. Economia, Política e Quadro Social. O modelo catarinense de desenvolvimento. A definição do território e a atualidade catarinense. As regiões geoeconômicas de Santa Catarina (formação, caracterização, delimitação, localização, abrangência, atividades). Dinâmica populacional: colonização, migrações, grupos étnicos. Estrutura urbana: crescimento e dinâmica das cidades no Estado. O meio ambiente catarinense. A arte e a cultura catarinenses. O Ministério Público e o Poder Judiciário em Santa Catarina: sua organização e sua história.

3. FUNDAMENTOS E NOÇÕES GERAIS DE DIREITO: - Sociologia Jurídica: a sociologia dos tribunais e a democratização da Justiça. O acesso à justiça. A administração da justiça como instituição política e profissional. Os conflitos sociais e os mecanismos da sua resolução para uma nova política judiciária. Hermenêutica Jurídica: interpretação, integração e aplicação do Direito. Fontes do Direito (material e formal). Hermenêutica e interpretação do Direito: lacunas e antinomias do Direito. Princípios fundamentais (irretroatividade, direito adquirido, coisa julgada, ato jurídico perfeito). Filosofia do Direito: a construção do positivismo jurídico (escola histórica e o processo de codificação do Direito). O positivismo jurídico: definição conceitual e problemas fundamentais da concepção positivista (teoria estrutural do Direito, teoria da norma jurídica e teoria do ordenamento jurídico). Jusnaturalismo: definição conceitual e problemas fundamentais. A concepção jusracionalista na Antigüidade, na Idade Média e o jusracionalismo. Justiça (concepções acerca da Justiça).

4. CRIMINOLOGIA E POLÍTICA CRIMINAL: - Criminologia: conceitos de crime, de criminoso e de pena nas diversas correntes do pensamento criminológico (na Escola Clássica, na Escola Positiva, na Escola Técnico-Jurídica e na Criminologia Crítica). A questão paradigmática em



Criminologia (paradigma etiológico e paradigma da reação social). Os processos de criminalização (primária e secundária) e descriminalização. A teoria da seletividade no processo de criminalização. O sistema penal formal e informal. Problemas criminológicos sul-americanos e brasileiros. A Política Criminal: a Política Penal e a Política Criminal. Os movimentos atuais de política criminal (movimento de lei e ordem, neodefensismo, minimalismo penal, garantismo e abolicionismo penal). A pena como instrumento de política penal (problemas). As funções da pena. A prisão como pena hegemônica e as alternativas à prisão. Os problemas relacionados à prisão (superlotação, estigmatização, violência, abusos). A situação carcerária brasileira e catarinense (população carcerária e localização dos estabelecimentos prisionais). Problemas atuais de Política Criminal: drogas, violência policial e corrupção.

5. DIREITO PENAL: - A Dogmática Penal (origens e funções). Lei de Introdução ao Código Penal. Código Penal: Parte Geral. Norma penal: conceito, fontes e classificação. Analogia. Hermenêutica Penal. Vigência e aplicação da lei penal. Crime: tipicidade, antijuridicidade, culpabilidade e todas as suas categorias. Pena e Medida de Segurança: cominação, aplicação e execução. Extinção da punibilidade. Reabilitação. Crimes em espécie previstos no Código Penal: contra a pessoa; contra o patrimônio; contra os costumes; contra a família; contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos; contra a incolumidade pública, paz, fé e administração pública. Código Penal Militar. Crimes falimentares (Decreto-Lei nº 7.661/45). Crimes de abuso de autoridade (Lei nº 4.898/65). Crimes de imprensa (Lei 5.250/67). Crimes de responsabilidade dos prefeitos e vereadores (Decreto-Lei nº 201/67). Crimes da Lei Antitóxico (Lei nº 6.368/76 e Lei nº 10.409/02). Crimes relativos ao parcelamento do solo urbano (Lei nº 6.766/79). Crimes resultantes de preconceito de raça e cor (Lei nº 7.716/89). Crimes contra a pessoa portadora de deficiência física (Lei nº 7.853/89). Crimes hediondos (Leis nºs 8.072/90 e 8.930/94). Crimes contra a criança e o adolescente (Lei 8.069/90). Crimes contra o processo licitatório (Lei nº 8.666/93). Crimes da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/01). Crimes contra o consumidor, relações de consumo, economia popular, ordem econômica e tributária (Leis nº 1.521/51, 8.078/90, 8.137/90, 8.176/91 e 9.080/95). Crimes contra o meio ambiente, fauna, flora, águas e pesca (Leis nºs 4.771/65, 5.197/67, 7.679/88, Decreto-Lei nº 221/67 e 9.605/98). Crimes contra a propriedade industrial (Lei nº 9.279/96). Crimes de Trânsito (Lei nº 9.503/97). Crimes de Tortura (Lei nº 9.455/97). Crimes de posse e porte ilegal de arma (Lei nº 9.437/97). Crimes eleitorais (Leis nºs 4.737/65, 6.091/74 e 9.504/97). Crimes de remoção ilegal de órgãos, tecidos e partes do corpo humano (Lei nº 9.434/97). Crimes contra a propriedade intelectual de programas de computador (Lei nº 9.609/98). Crimes de lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613/98). Crimes relativos ao jogo do bingo (Lei nº 9.615/98). Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03 - Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, define crimes e dá outras providências). Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688/41).



6. DIREITO PROCESSUAL PENAL: - Lei de Introdução ao Código de Processo Penal. Princípios gerais de Direito Processual Penal. Do inquérito policial. Da ação penal. Da ação civil. Da competência. Das questões e dos processos incidentes. Seqüestro de bens (Decreto-Lei nº 3.240/41). Da prova. Do Juiz e do Ministério Público. Do acusado, do seu defensor, do assistente, dos auxiliares da justiça. Da prisão e da liberdade provisória. Da prisão temporária (Lei nº 7.960/89). Das citações e intimações. Da aplicação provisória de interdições de direitos e medidas de segurança. Da sentença. Do procedimento comum. Dos procedimentos especiais e sumários previstos no Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689/41) e nas Leis extravagantes. Das nulidades e dos recursos em geral. Do *habeas corpus*. Do processo da execução penal (Leis nºs 7.210/84 e 9.460/97). Da graça, do indulto e da anistia. Disposições gerais do Código de Processo Penal. Do Código de Processo Penal Militar. Da Lei dos Crimes Hediondos (Leis nºs 8.072/90, 8.930/94 e 9.695/98). Dos Juizados Especiais Criminais Estaduais (Lei nº 9.099/95) e Federais (Lei nº 10.259/2001). Da repressão ao crime organizado (Leis nºs 9.034/95 e 9.303/96). Da interceptação telefônica (Lei nº 9.299/96). Da proteção a testemunhas (Lei nº 9.807/99). Do mandado de segurança em matéria penal. Da identificação criminal (Lei nº 10.054/00). Do sigilo das operações de instituições financeiras (Lei Complementar nº 105/2001).

7. DIREITO CIVIL: - Novo Código Civil (Lei nº 10.406/02 e Lei nº 10.825/03): Das Pessoas. Dos Bens. Dos Fatos Jurídicos. Dos Direito das Obrigações. Do Direito de Empresa. Do Direito das Coisas. Do Direito de Família. Do Direito das Sucessões. Das Disposições Finais e Transitórias. Lei de Introdução ao Código Civil (Decreto-Lei nº 4.675/42). Código Civil (Lei nº 3.071/16): Das Pessoas. Dos Bens. Dos fatos jurídicos. Direito da Família: casamento e seus efeitos jurídicos, regime de bens entre os cônjuges, anulação e nulidade do casamento, divórcio e separação judicial, união estável e seus efeitos jurídicos, tutela, curatela, ausência, relações de parentesco. Direito das Coisas. Direito das Obrigações. Direito das Sucessões. Registros Públicos: Lei nº 6.015/73. Loteamento e Parcelamento do Solo Urbano: Lei nº 6.766/79. Lei nº 8.971/94. Lei nº 9.265/96. Lei nº 9.278/96. Lei nº 9.534/97.

8. DIREITO PROCESSUAL CIVIL: - Do Processo de Conhecimento: da jurisdição e da ação. Das partes e dos Procuradores do Ministério Público no processo civil. Dos órgãos judiciários e dos auxiliares da justiça: da competência, do juiz. Dos atos processuais: da forma, dos prazos, do lugar, das comunicações dos atos processuais, das nulidades, outros atos processuais. Da formação, suspensão e extinção do processo. Do processo e do procedimento: do procedimento ordinário, do procedimento sumaríssimo, da revelia, das provas, da audiência, a sentença e a coisa julgada. Dos Recursos. Do processo de execução: da execução em geral, da execução contra a Fazenda Pública, da execução de prestação alimentícia, dos embargos do devedor, da suspensão e da extinção do processo de execução. Do processo cautelar: das medidas cautelares. Dos procedimentos especiais: dos procedimentos especiais de jurisdição



contenciosa: da ação de prestação de contas, das ações possessórias, da ação de usucapião, do inventário e da partilha, da habilitação; dos procedimentos especiais de jurisdição voluntária. Das disposições gerais, da separação consensual, dos testamentos e codicilos, dos bens dos ausentes, das coisas vagas, da curatela dos interditos, das disposições comuns à tutela e à curatela, da organização e da fiscalização das fundações. Da ação de alimentos. Do divórcio. Do mandado de segurança. Da ação popular. Da ação civil pública (Lei nº 7.347/85). Do Juizado Especial Cível Estadual (Lei nº 9.099/95) e Federal (Lei nº 10.259/2001).

9. DIREITO CONSTITUCIONAL: - A Constituição: conceito, tipologia. A aplicação da Constituição no tempo. Teoria da norma constitucional: eficácia, interpretação e aplicabilidade. Interpretação da Constituição. Poder constituinte. Limitações ao poder de reforma constitucional. Fiscalização da constitucionalidade das leis: o controle difuso e o concentrado. As ações diretas de inconstitucionalidade. A ação declaratória de constitucionalidade. O processo de julgamento das ADins e ADCs perante o STF (Lei Federal n.º 9.868/99). O processo de julgamento das ADins e ADCs perante o Tribunal de Justiça de SC (Lei Estadual nº 12.069/2001). A arguição de descumprimento de preceito fundamental (Lei Federal nº 9.882/99). Princípios Fundamentais da Constituição Federal. Direitos e deveres constitucionais individuais e coletivos. Dos instrumentos de garantia dos direitos constitucionais. Dos direitos sociais. Da nacionalidade e da cidadania. Dos direitos políticos. O Estado Federal – a União, os Estados Federados, os Municípios e o DF. Distribuição das competências: privativas, comuns e concorrentes. Organização dos Poderes: Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário. As funções essenciais à Justiça: Ministério Público, Advocacia e Defensoria Pública. A Defesa do Estado e Instituições Democráticas: Estado de defesa e Estado de Sítio. Da Segurança Pública. Da Ordem Econômica e Financeira: princípios gerais da atividade econômica. Da Ordem Social: seguridade, saúde, previdência e assistência social; educação e cultura. Do meio ambiente. Da família, da criança, do adolescente e do idoso. Constituição do Estado de Santa Catarina: da Organização Político-Administrativa do Estado. A organização dos Poderes. A Segurança Pública e a Ordem Social.

10. DIREITO ADMINISTRATIVO: - Direito Público e Direito Privado. Direito Administrativo: conceito. Administração Pública: órgãos e agentes públicos. Princípios básicos e administração pública: uso e abuso de poder. Poderes administrativos. Ato Administrativo: conceito, classificação e invalidação. Contrato Administrativo: princípios gerais, espécies e rescisão. Licitação. Serviços Públicos: princípios gerais. Administração direta e indireta. Servidor público. Domínio público, intervenção na propriedade e no domínio econômico. Responsabilidade civil da administração. Administração em juízo. O controle da administração pelo Judiciário.

11. DIREITO TRIBUTÁRIO: - Sistema Tributário Nacional: princípios gerais. Competência tributária. Os impostos da União, Estados e



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Municípios. Responsabilidade tributária. Imunidade e isenção. Crédito Tributário: lançamento, suspensão, extinção. Privilégios. Anistia. Lei de Execução Fiscal.

12. DIREITO FALIMENTAR: - Lei Federal nº 11.101/2005.

13. DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS: - Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Ação Civil Pública: conceito e objeto. Legitimação ativa. Legitimação passiva. Interesse de agir. Litisconsórcio e assistência. Competência. Recursos. Coisa julgada. Execução e fundo para reconstituição dos bens lesados. Inquérito Civil: objeto, instauração, poderes instrutórios, compromisso de ajustamento de condutas e arquivamento. Direito Ambiental: princípios fundamentais do direito ambiental; tutela constitucional do meio ambiente; competência constitucional em matéria ambiental; plano nacional de gerenciamento costeiro (Lei nº 7.661/88); políticas nacional e estadual do meio ambiente (Lei nº 6.938/81 e Lei estadual nº 5.793/80, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 14.250/81); sistema nacional de unidades de conservação da natureza (Lei nº 9.985/00); políticas nacional e estadual dos recursos hídricos (Lei nº 9.433/97 e Lei estadual nº 9.748/94); Sistema Estadual de Conservação da natureza (Lei nº 11.986/01); Código Florestal (Lei nº 4.771/65); Urbanismo e Meio Ambiente – Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/01); Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei nº 6.766/79); tombamento – instrumento jurídico de proteção do patrimônio natural e cultural. Lei federal nº 11.105/05 (Lei da Biosegurança); Lei estadual nº 12.854/03 (Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais); Lei estadual nº 12.864/04 (Institui o licenciamento ambiental das antenas de telecomunicação). Direito do Consumidor: Lei nº 8.078/90. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (Decreto nº 2.181/97). Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde (Lei nº 9.656/98). Estatuto do Torcedor (Lei nº 10.671/03). Defesa da Moralidade Administrativa: Lei Complementar nº 101/01; Leis nºs 8.429/92 e 8.666/93; Decreto-Lei nº 201/67. Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania: Apoio às Pessoas Portadoras de Deficiências (Lei nº 7.853/89; Lei nº 10.048/00 e Lei nº 10.098/00). Política Estadual de Promoção e Integração Social da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais (Lei Estadual nº 12.870/2004). Pessoas Portadoras de Transtornos Mentais (Lei nº 10.216/2001 e Lei 10.708/03). Sistema Único de Saúde (Lei nº 8.080/90 e Lei nº 8.142/90). Política Nacional do Idoso (Lei nº 10.741/03 e Lei nº 8.842/94) e Política Estadual do Idoso (Lei nº 11.436/00 e Lei nº 11.402/00). Fiscalização das Fundações (Lei nº 8.958/94; Lei nº 9.790/99 e Lei nº 9.637/98).

14. DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (Lei n.º 8.069/90). - Doutrina da proteção integral. Política e sistema de atendimento. Conselho Tutelar e Conselho de Direitos. Fundo da Infância e Adolescência. A Justiça da infância e juventude: juizes, promotores de justiça, advogados e técnicos. Medidas protetivas e sócio-educativas. Família natural. Poder familiar (Novo Código Civil). Guarda, tutela e adoção. Ato infracional. Lei



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Estadual nº 11.697/2001. Lei Estadual nº 11.603/2000. Lei Estadual nº 11.435/2000.

15. LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL: - Princípios institucionais, organização e atribuições do Ministério Público. Carreira, deveres, direitos, prerrogativas e garantias dos membros do Ministério Público. Regime disciplinar. Lei n.º 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), Lei Complementar n.º 75/93 (Lei Orgânica do Ministério Público da União) e Lei Complementar n.º 197, de 13 de julho de 2000 (Lei Orgânica do Ministério Público de Santa Catarina).

16. DIREITO ELEITORAL: - Inelegibilidade, propaganda e processo eleitoral.

IX - DO JULGAMENTO DAS PROVAS E DOS TÍTULOS

1. Encerrada a prova oral de todos os candidatos, a Comissão, em reunião secreta a ser realizada no prazo de até 48 horas, procederá ao julgamento do concurso, apurando a nota final e apreciando, para efeito de classificação, os títulos apresentados.

2. Apurar-se-á a média final de aprovação pela soma das notas obtidas nas provas escritas e da média aritmética das notas obtidas na prova oral, dividida por 4 (quatro).

Assim, $m = \frac{a + b + c + d}{4}$, onde:

m = média final de aprovação;

a = nota da prova escrita do Grupo I (inc. II, do art. 18);

b = nota da prova escrita do Grupo II (inc. II, do art. 18);

c = nota da prova escrita do Grupo III (inc. II do art. 18); e

d = média aritmética das notas da prova oral.

3. Considerar-se-á aprovado o candidato que, considerado apto no exame psicotécnico e não apresentando restrições que o inabilitem ou tornem não recomendável o seu acesso à função, colhidas entre os resultados da prova de tribuna, da entrevista e do procedimento investigatório, obtiver média final igual ou superior a 5 (cinco).

4. Observado o grau máximo de 10 (dez), a nota final de classificação será obtida acrescentando-se à média final de aprovação 1/10 (um décimo) do total de pontos dos títulos apresentados pelo candidato.

5. Ocorrendo igualdade de notas, o desempate dar-se-á, sucessivamente, em favor do candidato que tiver a maior média final de aprovação e, por fim, em prol do candidato mais idoso.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

6. Julgado o concurso, a Comissão divulgará o resultado, publicando-o no Diário da Justiça do Estado, e remeterá ao Procurador-Geral de Justiça a nominata e a nota final dos aprovados segundo a ordem de classificação.

7. O recurso contra o resultado final do concurso poderá ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data em que for publicada a nominata dos aprovados e a respectiva ordem de classificação no Diário da Justiça do Estado, nos moldes estabelecidos no art. 29 da Resolução nº 001/CSMP/2005 (Regulamento do Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público).

8. Caberá ao Conselho Superior homologar o resultado final do concurso.

X - DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição implicará o reconhecimento, por parte do candidato, das presentes instruções, da Resolução nº 001/CSMP/2005 (Regulamento do Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público) bem como a aceitação das condições do concurso.

2. As provas escritas serão numeradas, adotando-se método que impeça a respectiva identificação no momento da correção.

3. Os recursos interpostos, em qualquer fase do certame, também serão numerados, adotando-se método que impeça a respectiva identificação no momento do julgamento. Serão analisados individualmente pela Comissão, que definirá o alcance e os efeitos da sua decisão, e esta, em todos os casos, deverá ocorrer em instância única, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

4. Para ser admitido à prestação de cada prova, o candidato deverá comparecer no local e na hora previamente designados com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência, devidamente munido do cartão de inscrição e da cédula de identidade.

5. A falta de identificação ou o não-comparecimento a qualquer uma das provas importará na eliminação do candidato.

6. O concurso será eficaz por 2 (dois) anos, contados da data em que for publicado, no Diário da Justiça do Estado, o ato homologatório do Conselho Superior, podendo ser prorrogado, uma vez, por igual período.

7. Findo o concurso, o Procurador-Geral de Justiça marcará prazo para que os aprovados, obedecida a ordem classificatória, formalizem a escolha das vagas.

8. Os candidatos que, por ocasião da inscrição provisória, tenham comprovado o título de bacharel em direito por meio de certificado ou atestado de conclusão de curso deverão apresentar, até a nomeação, fotocópia autenticada do diploma de conclusão de curso, devidamente



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

registrado, ou certidão de colação de grau, neste caso acompanhada de comprovação do encaminhamento do diploma respectivo para registro no órgão oficial competente.

9. A posse coletiva dos nomeados realizar-se-á, em sessão solene do Colégio de Procuradores de Justiça, em dia, hora e local previamente estabelecidos.

10. Todos os atos do concurso serão registrados em ata.

11. Os casos omissos e duvidosos serão resolvidos, conforme a matéria, pelo Procurador-Geral de Justiça, pela Comissão de Concurso ou pelo Conselho Superior do Ministério Público, em instância irrecorrível.

Florianópolis, 24 de junho de 2005.



PEDRO SÉRGIO STEIL
Procurador-Geral de Justiça

 **02**

EDITAL



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

EDITAL DE CONCURSO N. 002/PGJ/2009

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18, inc. XIV, "a", da Lei Complementar Estadual n. 197, de 13 de julho de 2000, faz saber, a quem interessar possa, que se acham abertas, no período de 9 de novembro a 8 de dezembro de 2009, as inscrições para o XXXIV Concurso Público de Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

CRONOGRAMA *

Atividade	Data de realização
Período das inscrições provisórias	9/11/2009 a 8/12/2009
Publicação das inscrições provisórias homologadas	11/1/2010
Aplicação da PROVA PREAMBULAR OBJETIVA	7/2/2010
Publicação da Prova Preambular Objetiva e do Gabarito Oficial	9/2/2010
Publicação do Resultado Provisório da Prova Preambular Objetiva	19/2/2010
Prazo de Recurso quanto ao Resultado Provisório da Prova Preambular Objetiva	22/2/2010 a 23/2/2010
Publicação do julgamento dos Recursos e Edital com a nominata definitiva dos aprovados na Prova Preambular Objetiva	2/3/2010
Prazo de Recurso quanto à nominata definitiva dos aprovados na Prova Preambular Objetiva	4/3/2010 a 5/3/2010
Aplicação da PROVA DISCURSIVA de DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL	21/3/2010
Publicação da Prova Discursiva de Direito Penal e Direito Processual Penal e do Gabarito	23/3/2010
Aplicação da PROVA DISCURSIVA DE DIREITO CIVIL, DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS	28/3/2010
Publicação da Prova Discursiva de Direito Civil, Direito Processual Civil e Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos e do Gabarito	30/3/2010
Publicação do Resultado Provisório das Provas Discursivas	30/4/2010
Prazo de Recurso	3/5/2010 a 4/5/2010
Publicação do Julgamento dos Recursos e do Edital com a nominata definitiva dos aprovados nas Provas Discursivas	12/5/2010
Inscrições Definitivas	13/5/2010 a 24/5/2010
Publicação da Inscrições Homologadas	11/6/2010
Exame Psicotécnico	21/6/2010 a 24/6/2010
Apresentação Oral e Entrevista	14/7/2010 a 16/7/2010
Prova Oral	19/7/2010 a 23/7/2010
Divulgação do Resultado Final	26/7/2010

* Sujeito à alterações, que se ocorrerem, serão publicadas no sítio oficial e no Diário Eletrônico do MPSC.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. O concurso será regido pela Lei Complementar Estadual n. 197, de 13 de julho de 2000 (Lei Orgânica Estadual do Ministério Público), e pelas normas constantes da Resolução n. 4, de 14 de outubro de 2009, com as alterações da Resolução n. 5, de 27 de outubro de 2009, ambas do Conselho Superior do Ministério Público, publicadas, respectivamente, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, edição n. 193, de 19 de outubro de 2009 (Regulamento do Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado de Santa Catarina) e edição n. 200, de 28 de outubro de 2009.

1.2. O ingresso na carreira do Ministério Público far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, em sua realização, e, observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação.

1.3. O concurso destina-se ao provimento de 25 (vinte e cinco) cargos de Promotor de Justiça Substituto, no âmbito do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, e constará de provas escritas, orais e de títulos.

2. DA INSCRIÇÃO PROVISÓRIA

2.1. A inscrição provisória será efetuada apenas pela *Internet*, através do sítio do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (www.mp.sc.gov.br), devendo o candidato:

a) ser brasileiro;

b) efetuar o pagamento da taxa de inscrição, no valor de R\$ 190,00 (cento e noventa reais), mediante o recolhimento da guia específica anexa ao formulário eletrônico de inscrição provisória, ou comprovar a isenção do pagamento, nos termos da Lei Estadual n. 10.567, de 07/11/1997; e

c) preencher o formulário eletrônico, informando os dados corretos, sob as penas da lei.

2.2. Para efeitos de isenção da taxa de inscrição de que trata a Lei Estadual n. 10.567, de 07/11/1997, referida na letra “b”, parte final, do item acima, levar-se-á em conta as doações de sangue realizadas nos últimos 12 (doze) meses anteriores à data de encerramento da inscrição provisória.

2.3. A comprovação da isenção referida no item anterior deverá ser feita em até 2 (dois) dias úteis após o prazo final para a inscrição provisória, mediante documento específico a ser entregue na Secretaria da Comissão.

2.3.1. Os candidatos que tiverem os pedidos de isenção indeferidos terão até 2 (dois) dias úteis para efetuar o pagamento da taxa de inscrição, a partir da divulgação dos seus nomes no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

2.4. As inscrições somente serão efetivadas após a confirmação do pagamento do valor da



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

inscrição ou o deferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição.

2.5. As pessoas com deficiência (PcD) que declararem tal condição no momento da inscrição provisória, cuja deficiência não seja incompatível com as atribuições atinentes ao cargo, terão reservados 5% (cinco por cento) do total das vagas, arredondando para o número inteiro seguinte, caso fracionário, o resultado da aplicação do percentual indicado, observando-se o seguinte:

a) efetuada a inscrição provisória, o candidato com deficiência deverá apresentar, em até 2 (dois) dias úteis após o encerramento do prazo final para a inscrição provisória, laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da necessidade especial, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (C.I.D.), além da sua provável causa, devendo o laudo ser entregue na Secretaria da Comissão;

b) o candidato que, no ato da inscrição provisória, tenha declarado ser pessoa com deficiência, será avaliado por Equipe Multiprofissional, prevista no art. 41 da Lei Estadual n. 12.870, de 12 de janeiro de 2004, que verificará, com base no Laudo Médico, se sua deficiência é compatível com o exercício funcional das atribuições de membro do Ministério Público e se consta entre aquelas previstas no art. 4º daquela Lei;

c) as pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas na Lei Estadual n. 12.870, de 12 de janeiro de 2004, particularmente em seu artigo 38, participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos;

d) com base no parecer de Equipe Multiprofissional, a Comissão de Concurso deferirá ou não a inscrição dos candidatos às vagas reservadas às pessoas com deficiência;

e) os candidatos aprovados, em cada uma das etapas do concurso, serão classificados por ordem decrescente de nota final, em 2 (duas) listas de classificação, conforme descrito a seguir:

- e.1) lista de classificação geral, nela integrando os candidatos com deficiência;
- e.2) lista de classificação especial, para candidatos com deficiência; e

f) será processada como de candidato sem deficiência a inscrição requerida que invoque tal condição, mas deixe de atender, em seus exatos termos, as exigências previstas neste item 2.5.

2.6. A Comissão de Concurso adotará as providências necessárias ao acesso das pessoas com deficiência aos locais de realização das provas, mas incumbirá a estas trazer os equipamentos e instrumentos de que dependam, mediante prévia autorização do Presidente da Comissão, observando-se o seguinte:

a) o candidato com deficiência que necessitar de recurso especial ou de tempo adicional para a realização das provas deverá requerê-lo, por escrito, devidamente justificado por médico especializado na área da respectiva deficiência, ao Presidente da Comissão de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Concurso, no mesmo prazo referido no item 2.5, letra “a”; e

b) o candidato fica ciente que pedidos referentes à letra “a” deste item efetuados fora do prazo serão indeferidos.

2.7. O candidato sem deficiência que necessitar de condição especial para realização da prova deverá solicitá-la por meio de requerimento enviado ao Presidente da Comissão de Concurso, no mesmo prazo referido no item 2.5, letra “a”.

2.8. Encerrado o prazo das inscrições provisórias, a relação dos candidatos admitidos ao processo seletivo preambular objetivo será homologada e publicada no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, com indicação do dia de realização da prova.

2.9. A indicação da hora e do local das provas do processo seletivo preambular será publicada, com antecedência de 15 (quinze) dias de sua realização, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

3. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS PROCESSOS SELETIVOS PREAMBULAR OBJETIVO E DISCURSIVO:

3.1. Para ser admitido à realização de cada prova, o candidato deverá comparecer, munido de carteira de identidade ou documento equivalente, com fotografia, no qual conste o número do RG., no local e na hora previamente designados, com no mínimo 30 (trinta) minutos de antecedência.

3.2. A falta de identificação ou o não-comparecimento a qualquer uma das provas importará na eliminação do candidato.

3.3. A critério da Comissão, poderá ser utilizado instrumental eletrônico de revista aos candidatos, antes e durante a realização das provas.

3.4. Os integrantes da Comissão de Concurso manterão fiscalização contínua durante as provas, podendo o Procurador-Geral de Justiça designar membros do Ministério Público para auxiliá-los.

3.5. Na execução das provas, só será permitida ao candidato a utilização de caneta esferográfica azul ou preta, ficando facultado à Comissão, nas provas do processo seletivo discursivo, autorizar a utilização de computador do Ministério Público ou particular previamente vistoriado.

3.6. Para a utilização de aparelho auditivo durante a realização da prova, o candidato deverá, ao ingressar na sala, entregar ao fiscal atestado médico comprovando a necessidade.

3.7. O candidato deverá permanecer, no mínimo, por 2 (duas) horas na sala em que realizar a prova, sendo obrigatória a presença dos 3 (três) últimos candidatos até a entrega da



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

última prova.

3.8. A transgressão ao disposto nos itens anteriores ou a descortesia do candidato com qualquer membro da Comissão de Concurso, com o Secretário ou com os Fiscais, no local da prova, acarretará seu desligamento imediato e sumário do concurso.

3.9. Após sua realização, as respostas das provas serão recolhidas pelos Fiscais designados e, imediatamente, acondicionadas em envelopes lacrados e rubricados por membros da Comissão, pelos próprios Fiscais e pelos três últimos candidatos a entregá-las referidos no item 3.7, observado o seguinte:

a) o caderno de prova poderá ser retirado pelo candidato que permanecer até 30 (trinta) minutos antes do término do prazo final para a realização da prova; e

b) os cadernos de prova não retirados pelo candidato na forma da letra “a” serão recolhidos pelos fiscais designados e, imediatamente, acondicionados em envelopes lacrados e rubricados por membros da Comissão de Concurso e pelos próprios fiscais.

3.10. As provas do processo seletivo discursivo serão numeradas, adotando-se método que impeça a identificação no momento da correção.

4. DO PROCESSO SELETIVO PREAMBULAR OBJETIVO

4.1. O processo seletivo preambular objetivo, de caráter eliminatório, será dividido em duas fases, da seguinte forma:

4.1.1. Fase matutina, com 46 (quarenta e seis) questões, divididas nos seguintes blocos:

a) Bloco 1: 15 (quinze) questões de Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário e Direito Eleitoral;

b) Bloco 2: 16 (dezesseis) questões de Direito Penal, Direito Processual Penal, Criminologia, Execução Penal e Política Criminal; e

c) Bloco 3: 15 (quinze) questões de Direito Civil, Direito Processual Civil e Direito Falimentar.

4.1.2. Fase vespertina, com 46 (quarenta e seis) questões, divididas nos seguintes blocos:

a) Bloco 1: 16 (dezesseis) questões de Língua Portuguesa;

b) Bloco 2: 20 (vinte) questões de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos;

c) Bloco 3: 5 (cinco) questões de Direito da Infância e da Juventude; e

d) Bloco 4: 5 (cinco) questões de Legislação Institucional.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

4.2. As duas fases previstas no item 4.1 serão realizadas, sucessivamente, no mesmo dia, cada qual com 4 (quatro) horas de duração.

4.3 O conteúdo programático específico do processo seletivo preambular objetivo consta do item 13 deste Edital.

4.4. Durante o processo seletivo preambular objetivo não será permitida qualquer espécie de consulta, inclusive a textos legais, importando a não observância da regra e das demais determinações oriundas da Comissão de Concurso no imediato e sumário desligamento do candidato do certame.

4.5. No processo seletivo preambular objetivo, classificar-se-ão os candidatos que obtiverem as maiores médias, até o total de 20% (vinte pontos percentuais) do número de candidatos que tenham realizado a prova, não podendo esse número exceder aos 150 (cento e cinquenta) primeiros classificados, desde que tenham estes logrado pelo menos 50% (cinquenta pontos percentuais) de acertos nas questões referentes à fase matutina e 50% (cinquenta pontos percentuais) de acertos nas questões da fase vespertina, e observando-se ainda o seguinte:

a) o percentual mínimo de acertos previsto para a fase vespertina (50% - cinquenta pontos percentuais) deverá ser atingido pelo candidato em cada matéria que integra a prova, ou seja, em Língua Portuguesa (Bloco 1) e em Direito (somatório dos Blocos 2, 3 e 4); e

b) os candidatos empatados no último grau de classificação serão admitidos à etapa seguinte, ainda que ultrapassado o limite numérico de 150 (cento e cinquenta) referido no *caput* deste item.

4.6. A Comissão de Concurso divulgará o gabarito oficial do processo seletivo preambular objetivo em até 2 (dois) dias úteis após o término da sua realização.

4.7. Não havendo interposição de recursos ou julgados aqueles porventura interpostos, a Comissão de Concurso divulgará, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, a lista dos aprovados no processo seletivo preambular objetivo.

4.8. O processo seletivo preambular objetivo não será computado para efeito do cálculo da média final de aprovação, constituindo-se em mero pressuposto para a prestação das provas escritas do processo seletivo discursivo.

5. DO PROCESSO SELETIVO DISCURSIVO.

5.1. O processo seletivo discursivo será constituído por 2 (dois) grupos de provas de respostas discursivas, compostas de questões teóricas e práticas, da seguinte forma:

a) Grupo I: Direito Penal e Direito Processual Penal; e



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

b) Grupo II: Direito Civil, Direito Processual Civil e Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos.

5.2. Os dois grupos de provas do processo seletivo discursivo serão realizados em domingos sucessivos, cada qual com 6 (seis) horas de duração.

5.3. As provas a que alude o item 5.1 poderão conter incursões incidentais sobre Direito Constitucional, Direito Tributário, Direito Administrativo e Direito da Infância e da Juventude.

5.4. As questões do processo seletivo discursivo versarão sobre temas constantes no programa previsto no item 13 deste Edital.

5.5. No processo seletivo discursivo, observar-se-á ainda o seguinte:

a) será permitida a consulta a súmulas não comentadas;

b) será permitida a utilização de legislação não comentada, sem anotações, mesmo que contenha texto sublinhado ou destacado com caneta "marca-texto";

c) poderá a Comissão de Concurso exigir que o candidato utilize computador fornecido pelo Ministério Público para a realização das provas; e

d) a inobservância, pelo candidato, das regras acima e das demais oriundas da Comissão de Concurso, acarretará seu desligamento imediato e sumário do certame.

5.6. Na correção e no julgamento das provas do processo seletivo discursivo será atribuída, pelos respectivos examinadores, nota de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, levando-se em conta, além do acerto das respostas, a adequação técnica, o conteúdo jurídico, a sistematização lógica e o nível de persuasão.

5.7. Será divulgado gabarito em que conste, de forma individualizada, os itens avaliados em cada questão, com a respectiva pontuação.

5.8. Na correção das provas a que se refere este artigo, o examinador lançará sua rubrica e, por extenso, a nota atribuída.

5.9. Após a divulgação de seu resultado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, as provas discursivas ficarão à disposição do candidato pelo prazo de dois dias úteis, que a elas terá acesso por uma única vez, podendo, pessoalmente ou por procurador com poderes específicos, dela solicitar cópia para fins de recurso.

5.10. Somente o candidato que obtiver, em cada grupo do processo seletivo discursivo, nota igual ou superior a 5 (cinco) pontos, poderá proceder à inscrição definitiva.

5.11. A lista dos aprovados no processo seletivo discursivo será publicada no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

6. DA INSCRIÇÃO DEFINITIVA.

6.1. São requisitos para a inscrição definitiva:

- a) possuir diploma de bacharel em Direito ou comprovante de colação de grau, em curso devidamente reconhecido, emitido pela instituição de ensino;
- b) possuir o candidato 3 (três) anos de atividade jurídica, contados após a colação do grau de bacharel em Direito;
- c) ser o candidato aprovado no processo seletivo discursivo previsto no item 5;
- d) possuir idoneidade moral;
- e) estar em dia com o serviço militar e com as obrigações eleitorais;
- f) gozar de saúde física e mental;
- g) estar no gozo dos direitos políticos; e
- h) ter boa conduta social e não registrar antecedentes criminais incompatíveis com o exercício da função.

6.2. O candidato aprovado no processo seletivo discursivo deverá requerer, pessoalmente ou por procurador habilitado, sua inscrição definitiva, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da publicação do resultado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, ficando vedada, nesta fase, a inscrição pela *internet*.

6.3. No requerimento de inscrição definitiva o candidato deverá também indicar as comarcas onde haja exercido advocacia, cargo do Ministério Público, da Magistratura, da Polícia, ou qualquer outra atividade pública ou particular, declinando o nome e o endereço dos órgãos ou das empresas a que serviu e as épocas de permanência em cada uma delas.

6.4. O requerimento, conforme modelo a ser fornecido no sítio do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (www.mp.sc.gov.br), dirigido ao Presidente da Comissão de Concurso, preenchido pelo candidato, deverá ser apresentado na Secretaria da Comissão, instruído com a seguinte documentação complementar:

- a) 2 (duas) fotografias 3x4;
- b) comprovação da prática jurídica após a colação do grau de bacharel em Direito, por meio de documentos que atestem o exercício das atividades referidas no artigo 1º, § 3º, incisos I a III, da Resolução nº 4, de 14 de outubro de 2009;
- c) comprovação do requisito constante no item 6.1, letra "c", através de atestado de idoneidade moral subscrito por 2 (dois) ou mais membros do Ministério Público,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

ressalvados os impedimentos para a subscrição do documento por cônjuge, companheiro e parente consanguíneo ou afim até o terceiro grau do candidato, ou por membro a quem o candidato for a ele funcionalmente vinculado;

d) comprovação dos requisitos constantes no item 6.1, letras “d” e “g”, mediante a apresentação do certificado de reservista ou de isenção do serviço militar, ou documento equivalente, e certidão expedida pela Justiça Eleitoral;

e) comprovação do requisito constante no item 6.1, letra “e”, através de atestado de saúde física e mental, subscrito por 2 (dois) profissionais médicos das respectivas especialidades;

e) comprovação do requisito constante no item 6.1, letra “h”, mediante a apresentação de certidões de antecedentes criminais da Justiça Comum, Estadual e Federal, assim como da Justiça Eleitoral e da Justiça Militar Estadual, expedida por órgãos com jurisdição no(s) local(ais) de residência do candidato nos últimos 10 (dez) anos; e

f) certidão de antecedentes criminais da Justiça Militar Estadual, se o candidato for ou tiver sido policial militar estadual.

6.5. A certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Eleitoral deverá ser fornecida pelo Tribunal Regional Eleitoral dos respectivos Estados.

6.6. Somente depois de efetuada a investigação sobre os aspectos da vida moral e social do candidato, a Comissão de Concurso deferirá, ou não, a inscrição definitiva.

6.7. A rejeição do pedido de inscrição definitiva poderá ter por fundamento o resultado da investigação referida no item 6.3, ainda que atendidos os requisitos formais exigidos no item 6.1.

6.8. Terminado o julgamento, os candidatos que tiverem deferidas suas inscrições definitivas e estiverem habilitados para a prova oral serão convocados, mediante publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, para a prestação de exame psicotécnico, apresentação oral e entrevista, com a indicação de dia, hora e local em que serão realizados.

7. DO EXAME PSICOTÉCNICO, DA APRESENTAÇÃO ORAL E DA ENTREVISTA

7.1. O exame psicotécnico será realizado por especialistas integrantes do quadro de pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça, ou credenciados por ela, devendo os laudos ser remetidos à Comissão de Concurso até 10 (dez) dias antes da realização da entrevista referida no item 7.3.

7.2. Após a realização do exame psicotécnico, o candidato será convocado para a apresentação oral, perante a Comissão de Concurso, que terá duração de 10 (dez) minutos, com tolerância de 2 (dois) minutos, para mais ou para menos, e que versará sobre tema previamente definido pela própria Comissão e sorteado pelo candidato, com antecedência



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

mínima de 1 hora, permitida apenas a consulta a breves anotações.

7.3. Na sequência da apresentação oral, o candidato será entrevistado sobre sua vida individual e familiar, seu relacionamento social e atividades que exerce, observando-se sua capacidade de expressão.

7.4. O desempenho no exame psicotécnico, na apresentação oral e na entrevista, realizados antes da prova oral, servirá de subsídio para o julgamento final do concurso.

8. DA APRESENTAÇÃO DOS TÍTULOS

8.1 Sob pena de preclusão, os títulos demonstrativos da capacitação do candidato, acompanhados de *curriculum vitae*, deverão ser entregues ao Presidente da Comissão de Concurso por ocasião da realização da entrevista, podendo a Comissão determinar a exibição do original na Secretaria, para nova conferência.

8.2. Consideram-se títulos pertinentes ao currículo das ciências jurídicas, com a valoração respectiva:

- a) aprovação em concurso de ingresso na carreira do Ministério Público ou da Magistratura: 2 (dois) pontos;
- b) diploma ou certificado de conclusão de curso de doutorado ou livre docência na área do Direito: 1,5 (um ponto e cinco décimos de ponto);
- c) diploma ou certificado de mestrado na área do Direito: 1 (um) ponto;
- d) exercício, em caráter efetivo, de cargo ou função técnico-jurídica privativa de bacharel em Direito, em órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Distrital ou Municipal: 1 (um) ponto;
- e) certificado de conclusão de curso de especialização na área do Direito: 0,5 (cinco décimos) ponto;
- f) certificado de conclusão, com aproveitamento, de curso promovido por escola preparatória do Ministério Público, reconhecido pela Administração Superior: 0,5 (cinco décimos) ponto;
- g) exercício, em caráter comissionado, de cargo ou função técnico-jurídica privativa de bacharel em Direito, em órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Distrital ou Municipal: 0,5 (cinco décimos) ponto;
- h) certificado de aproveitamento na função de estagiário de pós-graduação ou residente jurídico do Ministério Público: 0,5 (cinco décimos) ponto;
- i) certificado de conclusão, com aproveitamento, de curso promovido por escola preparatória da Magistratura, reconhecido pela Administração Superior: 0,25 (vinte e cinco



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

centésimos) ponto;

j) obra publicada, de autoria individual, com reconhecido valor científico para a ciência jurídica: 0,25 (vinte e cinco centésimos) ponto;

k) exercício do magistério no ensino superior na área do Direito: 0,25 (vinte e cinco centésimos) ponto; e

l) certificado de aproveitamento na função de estagiário de graduação do Ministério Público: 0,25 (vinte e cinco centésimos) ponto.

8.3. É vedada a cumulação dos seguintes títulos relacionados item 8.2:

a) o da letra “f” com o da letra “i”;

b) o da letra “e” com os das letras “f” e “i”, se a especialização decorrer do aproveitamento de disciplinas de curso promovido por escola preparatória do Ministério Público ou da Magistratura, conforme o caso; e

c) os das letras “b”, “c” e “e” com o da letra “j”, se a obra publicada decorrer de tese, dissertação ou monografia utilizada para a obtenção do doutorado, mestrado ou especialização.

8.4. Nas hipóteses do item 8.3, prevalecerá, em qualquer caso, o título de maior pontuação dentre os não-cumulativos.

8.5. Os títulos referidos na letra “j” do item 8.2 serão oferecidos em exemplar impresso, comprovada, de modo inequívoco, sua autenticidade.

8.6. O título referido na letra “k” do item 8.2 será considerado uma única vez, ainda que diversas as instituições em que ministrado o magistério, somente sendo considerada a docência pelo período mínimo de um ano letivo, nos últimos cinco anos imediatamente anteriores à publicação deste Edital.

8.7. Os títulos referidos nas letras “g”, “h” e “l” do item 8.2 pressupõem, para efeito de cômputo, o exercício de, no mínimo, um ano no cargo ou função.

8.8. Os títulos terão natureza meramente classificatória.

9. DA PROVA ORAL

9.1. A convocação dos candidatos para a prestação da prova oral será feita mediante publicação de comunicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, com a indicação de dia, hora, local e tempo de duração.

9.2. A prova oral versará sobre questões de Direito compreendidas no contexto temático de todos os ramos do Direito, incluindo Direito Constitucional, Direito Penal, Direito



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Processual Penal, Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Administrativo, Direito da Criança e do Adolescente, Direito Falimentar, Direito Tributário, Direito Ambiental, Direito do Consumidor, Direito Eleitoral, Organização Judiciária de Santa Catarina, Organização e Legislação Institucional do Ministério Público, constantes no item 13:

9.3. O candidato sorteará, dentre todos os pontos elaborados pela Comissão, aquele sobre o qual será arguido, no momento em que for chamado para ser submetido à prova oral, observando-se o seguinte:

a) a chamada dos candidatos, para realização da prova oral, far-se-á por ordem definida em sorteio realizado pela Comissão;

b) a juízo da Comissão, a ordem a que se refere a letra “a” poderá ser alterada, em face de relevante motivo apresentado pelo candidato e desde que ele o requeira expressamente; e

c) o candidato que, por motivo de força maior, não comparecer à prova oral no dia designado, poderá, mediante justificação a ser apresentada até o primeiro dia útil subsequente, a critério da Comissão, ser admitido a exame, desde que não encerrada a arguição do último candidato.

9.4. A prova oral terá caráter eliminatório e será registrada em gravação de áudio ou por qualquer outro meio que possibilite a sua posterior reprodução.

9.5. Fica vedada a gravação e a anotação de questões relativas à prova oral pelo público assistente.

9.6. Eventuais dúvidas suscitadas sobre as questões durante a realização da prova oral deverão ser levadas ao presidente da Comissão de Concurso que, se entender pertinente, a reunirá para deliberação.

9.7. O membro da Comissão de Concurso, ao concluir a arguição de cada candidato, cuja duração não poderá ser superior a 20 (vinte) minutos, atribuir-lhe-á nota, na graduação de 0 (zero) a 10 (dez), atendendo ao mérito das respostas, na qual deverão ser levados em conta o de acerto e precisão jurídica, a adequação da linguagem e a segurança demonstrados pelo candidato.

9.8 Considerar-se-á habilitado na prova oral, alternativamente, o candidato:

a) que obtiver a nota mínima de 5,0 (cinco) pontos em cada uma das disciplinas;

b) que, obtendo nota inferior a 5,0 (cinco) pontos em até 3 (três) disciplinas, alcance média aritmética igual ou superior a 6,0 (seis) pontos, calculada com base nas notas que lhe foram atribuídas pelos membros da Comissão de Concurso que o arguíram.

10. DO JULGAMENTO DAS PROVAS E DOS TÍTULOS

10.1. Encerrada a prova oral de todos os candidatos, a Comissão de Concurso, em reunião



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

secreta a ser realizada no prazo de até 2 (dois) dias úteis, procederá ao julgamento do concurso, apurando a média final de aprovação e apreciando, para efeito de classificação, os títulos apresentados.

10.2. Apurar-se-á a média final de aprovação pela soma das notas obtidas nas provas do processo seletivo discursivo e da média aritmética das notas obtidas na prova oral, dividida por três.

Assim, $m = \frac{a+b+c}{3}$, onde:

m = média final de aprovação;

a = nota da prova escrita do Grupo I (art. 19, § 2º, inc. I);

b = nota da prova escrita do Grupo II (art. 19, § 2º, inc. II);

c = média aritmética das notas da prova oral.

10.3. Considerar-se-á aprovado o candidato que, declarado apto no exame psicotécnico, não apresentar restrições que o inabilitem ou tornem não recomendável o seu acesso ao cargo, colhidas entre os resultados da apresentação oral, da entrevista e do procedimento investigatório, obtiver média final igual ou superior a 5 (cinco) pontos.

10.4. Os candidatos aprovados terão seus títulos, tempestivamente apresentados, examinados, discutidos e avaliados pela Comissão de Concurso para o fim de apurar-se a nota final de classificação.

10.5. Observado o grau máximo de 10 (dez) pontos, a nota final de classificação será obtida acrescentando-se à média final de aprovação 1/10 (um décimo) do total de pontos dos títulos apresentados pelo candidato.

10.6. Ocorrendo igualdade de notas, o desempate dar-se-á, sucessivamente, em favor do candidato que tiver a maior média final de aprovação, definida no item 10.2, e, por fim, em prol do candidato mais idoso.

10.7. Julgado o Concurso, a Comissão divulgará o resultado, publicando-o no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, e remeterá ao Procurador-Geral de Justiça a nominata com a nota final e classificação dos candidatos aprovados, segundo a ordem de classificação.

11. DOS RECURSOS

11.1. Os candidatos poderão interpor recurso dirigindo-o:

a) à Comissão, contra o indeferimento das inscrições às vagas reservadas para pessoa com deficiência;

b) à Comissão, contra erros na formulação de questões ou no gabarito do processo seletivo preambular objetivo e na definição do resultado das provas discursivas;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

c) ao Conselho Superior do Ministério Público, contra o resultado da classificação final.

11.2. Os recursos poderão ser interpostos no prazo de 2 (dois) dias úteis:

a) a contar da divulgação do resultado da homologação das inscrições dos candidatos inscritos às vagas reservadas para pessoas com deficiência;

b) a contar da divulgação dos gabaritos no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, com relação ao resultado do processo seletivo preambular objetivo, de que trata o item 4.6;

c) a contar da publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, quanto ao resultado das provas discursivas, de que trata o item 5.6.

11.3. O recurso contra o resultado final do concurso poderá ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for publicada a nominata dos aprovados e a respectiva ordem de classificação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, nos moldes estabelecidos no item 10.7.

11.4. Os recursos serão individuais e deverão ser interpostos somente pelo candidato interessado, mediante petição escrita, a ser entregue na Secretaria da Comissão de Concurso.

11.5. Não será admitida a interposição de recurso por fax, correio eletrônico ou por procuração.

11.6. Os recursos interpostos serão numerados, adotando-se método que impeça a respectiva identificação no momento do julgamento, que ocorrerá em sessão pública, em grau único, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do encerramento do prazo recursal.

11.7. Pretendendo o recorrente questionar o resultado de mais de uma questão da prova, deverá formular seu pedido e as respectivas razões em petições distintas, tantas quantas forem as questões recorridas.

11.8. Os recursos serão analisados individualmente pela Comissão, que definirá, em cada caso concreto, o alcance e os efeitos da decisão.

11.9. Será indeferido, liminarmente, o recurso:

a) interposto fora dos prazos previstos nesta Resolução;

b) que não evidencie o legítimo interesse e o prejuízo sofrido pelo candidato recorrente;

c) proposto em desacordo com o estabelecido no artigo anterior; ou

d) que contiver qualquer sinal de identificação.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

12. DA HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO

12.1. Não havendo interposição de recursos dentro do prazo previsto no item 11.3, ou julgados aqueles porventura interpostos, será o concurso submetido ao Conselho Superior do Ministério Público para análise quanto a sua homologação.

12.2. O concurso terá validade pelo prazo de dois anos, contados da data em que for publicado, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, o ato homologatório a que alude o item 12.1.

12.3. O candidato com deficiência, quando convocado, deverá estar munido de documento de identidade original, submeter-se à avaliação a ser realizada pela Gerência de Perícia Médica (GPEM), da Secretaria de Estado da Administração, com o objetivo de verificar se a deficiência se enquadra na previsão do artigo 4º e seus incisos, da Lei Estadual n. 12.870, de 12 de janeiro de 2004 e suas alterações, assim como, se há compatibilidade ou não da deficiência com as atribuições de membro do Ministério Público, observadas as seguintes disposições:

a) a Comissão Multiprofissional instituída pela Lei Estadual n. 12.870, de 12 de janeiro de 2004, art. 41, poderá ser consultada pela Gerência de Perícia Médica quando da análise da compatibilidade ou não da deficiência do candidato aprovado e as atribuições de membro do Ministério Público;

b) verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições de membro do Ministério Público, o candidato será eliminado do certame e tornada sem efeito sua nomeação;

c) será eliminado da lista de deficientes o candidato cuja deficiência não for constatada na forma do artigo 4º e seus incisos da Lei Estadual n. 12.870, de 12 de janeiro de 2004 e suas alterações, e tornada insubsistente a sua nomeação. O candidato permanecerá apenas a figurar nas listas de classificação geral, desde que observado o disposto no Capítulo VII, item 4.

12.4. A não-observância, pelo candidato, de qualquer das disposições no item 12.3 implicará a perda do direito a ser nomeado para as vagas reservadas a deficientes.

12.5. Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser argüida para justificar a concessão de aposentadoria.

12.6. Não ocorrendo aprovação de candidatos com deficiência para o preenchimento das vagas reservadas, estas serão providas pelos demais candidatos aprovados, com estrita observância da ordem de classificação final.

13. DO PROGRAMA

13.1. CONHECIMENTOS GERAIS DA LÍNGUA PORTUGUESA - Ortografia: acentuação gráfica. Pontuação. Verbo (tempo, modo, pessoa). Colocação pronominal.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Concordância verbal. Concordância nominal. Regência verbal. Regência nominal. Crase.

13.2. FUNDAMENTOS E NOÇÕES GERAIS DE DIREITO - Sociologia Jurídica: a sociologia dos tribunais e a democratização da Justiça. O acesso à justiça. A administração da justiça como instituição política e profissional. Os conflitos sociais e os mecanismos da sua resolução para uma nova política judiciária. Hermenêutica Jurídica: interpretação, integração e aplicação do Direito. Fontes do Direito (material e formal). Hermenêutica e interpretação do Direito: lacunas e antinomias do Direito. Princípios fundamentais (irretroatividade, direito adquirido, coisa julgada, ato jurídico perfeito). Filosofia do Direito: a construção do positivismo jurídico (escola histórica e o processo de codificação do Direito). O positivismo jurídico: definição conceitual e problemas fundamentais da concepção positivista (teoria estrutural do Direito, teoria da norma jurídica e teoria do ordenamento jurídico). Jusnaturalismo: definição conceitual e problemas fundamentais. A concepção jusracionalista na Antiguidade, na Idade Média e o jusracionalismo. Justiça (concepções acerca da Justiça).

13.3. CRIMINOLOGIA E POLÍTICA CRIMINAL - Criminologia: conceitos de crime, de criminoso e de pena nas diversas correntes do pensamento criminológico (na Escola Clássica, na Escola Positiva, na Escola Técnico-Jurídica e na Criminologia Crítica). A questão paradigmática em Criminologia (paradigma etiológico e paradigma da reação social). Os processos de criminalização (primária e secundária) e descriminalização. A teoria da seletividade no processo de criminalização. O sistema penal formal e informal. Problemas criminológicos sul-americanos e brasileiros. A Política Criminal: a Política Penal e a Política Criminal. Os movimentos atuais de política criminal (movimento de lei e ordem, neodefensismo, minimalismo penal, garantismo e abolicionismo penal). A pena como instrumento de política penal (problemas). As funções da pena. A prisão como pena hegemônica e as alternativas à prisão. Os problemas relacionados à prisão (superlotação, estigmatização, violência, abusos). A situação carcerária brasileira e catarinense (população carcerária e localização dos estabelecimentos prisionais). Problemas atuais de Política Criminal: drogas, violência policial e corrupção.

13.4. DIREITO PENAL - A Dogmática Penal (origens e funções). Lei de Introdução ao Código Penal. Código Penal: Parte Geral. Norma penal: conceito, fontes e classificação. Analogia. Hermenêutica Penal. Vigência e aplicação da lei penal. Crime: tipicidade, antijuridicidade, culpabilidade e todas as suas categorias. Pena e Medida de Segurança: cominação, aplicação e execução. Extinção da punibilidade. Reabilitação. Crimes em espécie previstos no Código Penal: contra a pessoa; contra o patrimônio; contra a dignidade sexual; contra a família; contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos; contra a incolumidade pública, paz, fé e administração pública. Código Penal Militar (Decreto-Lei n. 1001/69). Crimes da lei de recuperação judicial, extrajudicial e falência do empresário e da sociedade empresária (Lei n. 11.101/05). Crimes de abuso de autoridade (Lei n. 4.898/65). Crimes de responsabilidade dos prefeitos e vereadores (Decreto-Lei n. 201/67). Crimes de Drogas (Lei n. 11.343/06). Crimes relativos ao parcelamento do solo urbano (Lei n. 6.766/79). Crimes resultantes de preconceito de raça e cor (Lei n. 7.716/89). Crimes contra a pessoa portadora de deficiência física (Lei n. 7.853/89). Crimes hediondos (Lei n. 8.072/90). Crimes contra a criança e o adolescente (Lei 8.069/90). Crimes contra o processo licitatório (Lei n. 8.666/93). Crimes da Lei de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/01). Crimes contra o consumidor e relações de consumo (Lei n. 8.078/90), Contra a economia popular (Lei n. 1.521/51), Contra a ordem tributária, econômica e relações de consumo (Leis ns. 8.137/90, 8.176/91). Crimes contra o meio ambiente, fauna, flora, águas e pesca (Leis ns. 4.771/65, 5.197/67, 7.679/88, Decreto-Lei n. 221/67 e 9.605/98). Crimes contra a propriedade industrial (Lei n. 9.279/96). Da interceptação telefônica (Lei n. 9.296/96). Crimes do Código de Trânsito Brasileiro (Lei n. 9.503/97). Crimes de Tortura (Lei n. 9.455/97). Crimes eleitorais (Leis ns. 4.737/65, 6.091/74 e 9.504/97). Crimes de remoção ilegal de órgãos, tecidos e partes do corpo humano (Lei n. 9.434/97). Crimes contra a propriedade intelectual de programas de computador (Lei n. 9.609/98). Crimes de lavagem de dinheiro (Lei n. 9.613/98). Estatuto do Desarmamento (Lei n. 10.826/03). Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei n. 3.688/41). Lei do Mandado de Segurança Individual e Coletivo (Lei n. 12.016/2009).

13.5. DIREITO PROCESSUAL PENAL - Lei de Introdução ao Código de Processo Penal. Princípios gerais de Direito Processual Penal. Do inquérito policial. Da ação penal. Da ação civil. Da competência. Das questões e dos processos incidentes. Sequestro de bens (Decreto-Lei n. 3.240/41). Da prova. Do Juiz e do Ministério Público. Do acusado, do seu defensor, do assistente, dos auxiliares da justiça. Da prisão e da liberdade provisória. Da prisão temporária (Lei n. 7.960/89). Das citações e intimações. Da aplicação provisória de interdições de direitos e medidas de segurança. Da sentença. Do procedimento comum. Dos procedimentos especiais e sumários previstos no Código de Processo Penal (Decreto-Lei n. 3.689/41) e nas Leis extravagantes. Das nulidades e dos recursos em geral. Do hábeas corpus. Do processo da execução penal (Lei n. 7.210/84). Da graça, do indulto e da anistia. Disposições gerais do Código de Processo Penal. Do Código de Processo Penal Militar (Decreto-Lei n. 1.002/69). Da Lei dos Crimes Hediondos (Lei n. 8.072/90). Dos Juizados Especiais Criminais Estaduais (Lei n. 9.099/95) e Federais (Lei n. 10.259/2001). Da repressão ao crime organizado (Lei n. 9.034/95). Da interceptação telefônica (Lei n. 9.296/96). Da proteção a testemunhas (Lei n. 9.807/99). Do mandado de segurança em matéria penal (Lei n. 12.016/09). Da identificação criminal (Lei n. 12.037/09). Do sigilo das operações de instituições financeiras (Lei Complementar n. 105/2001). Da violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei n. 11.340/06 – Maria da Penha).

13.6. DIREITO CIVIL - Novo Código Civil (Lei n. 10.406/02): Das pessoas. Dos bens. Dos fatos jurídicos. Do direito das obrigações. Do direito de empresa. Do direito das coisas. Do direito de família. Alimentos. Do direito das sucessões. Das disposições finais e transitórias. Lei de Introdução ao Código Civil (Decreto-Lei n. 4.675/42). Lei dos Registros Públicos (Lei n. 6.015/73). Lei do Loteamento e Parcelamento do Solo Urbano (Lei n. 6.766/79). Lei n. 8.560/92. Lei n. 8.971/94. Lei n. 9.265/96. Lei n. 9.278/96.

13.7. DIREITO PROCESSUAL CIVIL - Do Processo de conhecimento: da jurisdição e da ação; das partes e dos procuradores; do Ministério Público; dos órgãos judiciários e dos auxiliares da justiça; dos atos processuais; da formação, da suspensão e da extinção do processo; do processo e do procedimento; do procedimento ordinário; do processo nos tribunais; dos recursos. Do processo de execução: da execução em geral; das diversas espécies de execução; dos embargos do devedor; da execução por quantia certa contra devedor insolvente; da suspensão e da extinção do processo de execução. Do processo cautelar: das medidas cautelares. Dos procedimentos especiais: dos procedimentos



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

especiais de jurisdição contenciosa; dos procedimentos especiais de jurisdição voluntária. Das disposições finais e transitórias. Da ação de alimentos (Lei n. 5.478/68). Da Assistência Judiciária (Lei n. 1.060/50). Do divórcio (Lei n. 6.515/77). Do mandado de segurança (Lei n. 12.016/09). Da ação popular (Lei n. 4.717/65). Da ação civil pública (Lei n. 7.347/85). Do Juizado Especial Cível Estadual (Lei n. 9.099/95) e Federal (Lei n. 10.259/2001) Das medidas cautelares contra o poder público (Lei n. 8.437/92). Da impenhorabilidade do bem de família (Lei n. 8.009/90).

13.8 DIREITO CONSTITUCIONAL - A Constituição: conceito, tipologia. A aplicação da Constituição no tempo. Teoria da norma constitucional: eficácia, interpretação e aplicabilidade. Interpretação da Constituição. Poder constituinte. Limitações ao poder de reforma constitucional. Fiscalização da constitucionalidade das leis: o controle difuso e o concentrado. As ações diretas de inconstitucionalidade. A ação declaratória de constitucionalidade. O processo de julgamento das ADIns e ADCs perante o STF (Lei Federal n. 9.868/99). O processo de julgamento das ADIns e ADCs perante o Tribunal de Justiça de SC (Lei Estadual n. 12.069/2001). A arguição de descumprimento de preceito fundamental (Lei Federal n. 9.882/99). Princípios Fundamentais da Constituição Federal. Direitos e deveres constitucionais individuais e coletivos. Dos instrumentos de garantia dos direitos constitucionais. Dos direitos sociais. Da nacionalidade e da cidadania. Dos direitos políticos. O Estado Federal - a União, os Estados Federados, os Municípios e o DF. Distribuição das competências: privativas, comuns e concorrentes. Organização dos Poderes: Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário. As funções essenciais à Justiça: Ministério Público, Advocacia e Defensoria Pública. A Defesa do Estado e Instituições Democráticas: Estado de defesa e Estado de Sítio. Da Segurança Pública. Da Ordem Econômica e Financeira: princípios gerais da atividade econômica. Da Ordem Social: seguridade, saúde, previdência e assistência social; educação e cultura. Do meio ambiente. Da família, da criança, do adolescente e do idoso. Constituição do Estado de Santa Catarina: da Organização Político-Administrativa do Estado. A organização dos Poderes. A Segurança Pública e a Ordem Social.

13.9 DIREITO ADMINISTRATIVO - Direito Público e Direito Privado. Direito Administrativo: conceito. Administração Pública: órgãos e agentes públicos. Princípios básicos e administração pública: uso e abuso de poder. Poderes administrativos. Ato Administrativo: conceito, classificação e invalidação. Contrato Administrativo: princípios gerais, espécies e rescisão. Licitação. Serviços Públicos: princípios gerais. Administração direta e indireta. Servidor público. Domínio público, intervenção na propriedade e no domínio econômico. Responsabilidade civil da administração. Administração em juízo. O controle da administração pelo Judiciário.

13.10 DIREITO TRIBUTÁRIO - Sistema Tributário Nacional: princípios gerais. Competência tributária. Os impostos da União, Estados e Municípios. Responsabilidade tributária. Imunidade e isenção. Crédito Tributário: lançamento, suspensão, extinção. Privilégios. Anistia. Lei de Execução Fiscal.

13.11 DIREITO FALIMENTAR - Lei Federal n. 11.101/2005.

13.12 DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS - Interesses difusos, coletivos e individuais



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

homogêneos. Ação Civil Pública: conceito e objeto. Legitimação ativa. Legitimação passiva. Interesse de agir. Litisconsórcio e assistência. Competência. Recursos. Coisa julgada. Execução e fundo para reconstituição dos bens lesados. Inquérito Civil: objeto, instauração, poderes instrutórios, compromisso de ajustamento de condutas e arquivamento. Direito Ambiental: princípios fundamentais do direito ambiental; tutela constitucional do meio ambiente; competência constitucional em matéria ambiental; plano nacional de gerenciamento costeiro (Lei nº 7.661/88); políticas nacional e estadual do meio ambiente (Lei n. 6.938/81 e Lei estadual n. 5.793/80, regulamentada pelo Decreto Estadual n. 14.250/81); sistema nacional de unidades de conservação da natureza (Lei n. 9.985/00); políticas nacional e estadual dos recursos hídricos (Lei n. 9.433/97 e Lei estadual n. 9.748/94); Sistema Estadual de Conservação da natureza (Lei n. 11.986/01); Código Florestal (Lei n. 4.771/65); Urbanismo e Meio Ambiente - Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/01); Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei n. 6.766/79); tombamento - instrumento jurídico de proteção do patrimônio natural e cultural. Lei federal n. 11.105/05 (Lei da Biosegurança); Lei estadual n. 12.854/03 (Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais); Lei estadual n. 12.864/04 (Institui o licenciamento ambiental das antenas de telecomunicação). Direito do Consumidor: Lei n. 8.078/90. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (Decreto n. 2.181/97). Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde (Lei n. 9.656/98). Estatuto do Torcedor (Lei n. 10.671/03). Defesa da Moralidade Administrativa: Lei Complementar n. 101/01; Leis n.s 8.429/92 e 8.666/93; Decreto-Lei n. 201/67 e Súmula 13, do STF. Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania: Apoio às Pessoas Portadoras de Deficiências (Lei n. 7.853/89; Lei n. 10.048/00 e Lei n. 10.098/00). Política Estadual de Promoção e Integração Social da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais (Lei Estadual n. 12.870/2004). Pessoas Portadoras de Transtornos Mentais (Lei n. 10.216/2001 e Lei n. 10.708/03). Sistema Único de Saúde (Lei n. 8.080/90 e Lei n. 8.142/90). Política Nacional do Idoso (Lei n. 10.741/03 e Lei n. 8.842/94) e Política Estadual do Idoso (Lei n. 11.436/00 e Lei n. 11.402/00). Fiscalização das Fundações (Lei n. 8.958/94; Lei n. 9.790/99 e Lei n. 9.637/98).

13.13 DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (Lei n. 8.069/90) - Doutrina da proteção integral. Política e sistema de atendimento. Conselho Tutelar e Conselho de Direitos. Fundo da Infância e Adolescência. A Justiça da infância e juventude: juízes, promotores de justiça, advogados e técnicos. Medidas protetivas e sócio-educativas. Família natural. Poder familiar (Novo Código Civil). Guarda, tutela e adoção. Ato infracional. Lei Estadual n. 11.697/2001. Lei Estadual n. 11.603/2000. Lei Estadual n. 11.435/2000.

13.14. LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL - Princípios institucionais, organização e atribuições do Ministério Público. Carreira, deveres, direitos, prerrogativas e garantias dos membros do Ministério Público. Regime disciplinar. Lei n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), Lei Complementar n. 75/93 (Lei Orgânica do Ministério Público da União) e Lei Complementar n. 197, de 13 de julho de 2000 (Lei Orgânica do Ministério Público de Santa Catarina).

13.15. DIREITO ELEITORAL - Inelegibilidade, propaganda e processo eleitoral.

13.16. O conteúdo programático previsto nos itens 13.1 a 13.15, naquilo que se refere à



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

EDITAL DE CONCURSO N. 003/PGJ/2007

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18, inc. XIV, "a", da Lei Complementar Estadual n. 197, de 13 de julho de 2000, faz saber, a quem interessar possa, que se acham abertas, no período de 19 de novembro a 19 de dezembro de 2007, as inscrições para o XXXIII Concurso Público de Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, nos termos seguintes:

1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 O concurso será regido pela Lei Complementar Estadual n. 197, de 13 de julho de 2000 (Lei Orgânica Estadual do Ministério Público), e pelas normas constantes da Resolução n. 4, de 26 de setembro de 2007, do Conselho Superior do Ministério Público, publicada no Diário Oficial do Estado n. 18.216, de 27 de setembro de 2007 (Regulamento do Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado de Santa Catarina).

1.2 O ingresso na carreira do Ministério Público far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, em sua realização, e, observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação.

1.3 O concurso destina-se ao provimento de 27 (vinte e sete) cargos vagos de Promotor de Justiça Substituto, no âmbito do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, e constará de provas escritas, oral e de títulos.

2 DA INSCRIÇÃO PROVISÓRIA

2.1 A inscrição provisória será recebida pela Secretaria da Comissão de Concurso, localizada no edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça, Rua Bocaiúva, 1.750 - Centro Executivo Casa do Barão - Torre B, na cidade de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, no período das 13h às 18h, de segunda a sexta-feira.

2.2 O requerimento de inscrição, fornecido no local acima indicado ou retirado do *site* oficial do Ministério Público do Estado na *Internet*



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

(www.mp.sc.gov.br), preenchido pelo candidato ou por procurador habilitado, dirigido ao Presidente da Comissão de Concurso, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

a) prova de nacionalidade brasileira, por meio de fotocópia autenticada da cédula de identidade ou de documento equivalente;

b) formulário de caráter reservado, devidamente preenchido e assinado pelo candidato, fornecido pela Comissão de Concurso no ato da inscrição ou retirado do *site* oficial na *Internet* (www.mp.sc.gov.br);

c) comprovante do recolhimento da taxa de inscrição, no valor de R \$155,00 (cento e cinquenta e cinco reais), a ser efetuado por meio do boleto bancário disponível no *site* oficial do Ministério Público do Estado (www.mp.sc.gov.br), ou da isenção do pagamento da referida taxa, nos termos da Lei Estadual n. 10.567/97.

d) duas fotos recentes, no tamanho 3x4 (não precisam ser datadas).

2.3 Também poderão ser feitas inscrições por meio da *Internet*, desde que devidamente preenchido o requerimento-padrão de inscrição que estará à disposição do candidato no *site* oficial (www.mp.sc.gov.br), no espaço reservado ao Concurso Público.

2.3.1 O candidato que optar pela inscrição via *Internet* deverá remeter à Secretaria da Comissão de Concurso (Rua Bocaiúva, 1.750, Ed. Casa do Barão, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88.015-904), no mesmo período, pelo Correio, por carta registrada com AR ou por Sedex, os documentos referidos nas letras "a", "b", "c" e "d" do item 2.2, sendo válida, para aferir a tempestividade da inscrição, a data da postagem.

2.3.2 O requerimento-padrão de inscrição encaminhado pela *Internet*, ao ser recebido pela Secretaria da Comissão, assegura ao candidato um comprovante-resposta que deverá ser mantido em seu poder para a necessária e posterior comprovação da inscrição, fato este que não desobriga a remessa, via correio, ou entrega, pessoalmente ou por procurador habilitado, na Secretaria da Comissão de Concurso, dos documentos mencionados no item 2.2..

2.4 As pessoas portadoras de necessidades especiais que declararem tal condição no momento da inscrição provisória terão reservados 5% (cinco por cento) do total das vagas, arredondando para o número inteiro seguinte, caso fracionário, o resultado da aplicação do percentual indicado.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

2.4.1 No ato da inscrição provisória, o candidato portador de necessidades especiais deverá apresentar laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (C.I.D.), além da provável causa da necessidade especial.

2.4.2 O candidato que tenha declarado ser portador de necessidades especiais será avaliado por Equipe Multiprofissional que atestará circunstanciadamente a propriedade da afirmação, inclusive para o fim de enquadramento nas disposições legais pertinentes e a verificação da compatibilidade daquelas necessidades especiais com o exercício funcional.

2.4.3 Com base no parecer de Equipe Multiprofissional, a Comissão de Concurso deferirá ou não a inscrição às vagas reservadas a portadores de necessidades especiais.

2.4.4 Os candidatos portadores de necessidades especiais concorrerão a todas as vagas oferecidas, somente utilizando-se das vagas reservadas quando, tendo sido aprovados, a classificação obtida, no quadro geral de candidatos, for insuficiente para habilitá-los à nomeação.

2.4.5 Será processada como de candidato não portador de deficiência, a inscrição requerida que invoque tal condição, mas deixe de atender, em seus exatos termos, as exigências previstas no item 2.4.1 deste edital.

2.4.6 A Comissão de Concurso adotará as providências necessárias ao acesso das pessoas com deficiência aos locais de realização das provas, mas será desses nessa situação a responsabilidade de trazer os equipamentos e instrumentos de que dependam para a feitura das provas, mediante prévia autorização do Presidente da Comissão de Concurso.

2.4.7 O candidato nessa condição que necessitar de recurso especial para a realização das provas deverá requerê-lo, por escrito, devidamente justificado por médico especializado na área da respectiva deficiência, ao Presidente da Comissão de Concurso, no ato da inscrição, ciente de que pedidos posteriores, nesse sentido, serão indeferidos.

2.5 Encerrado o prazo das inscrições provisórias, a relação dos candidatos admitidos ao processo seletivo preambular objetivo, com a indicação do dia, da hora, do local e do tempo de duração das provas correspondentes, será publicada no site oficial do Ministério Público



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

(www.mp.sc.gov.br).

2.6 A inscrição provisória assegura ao candidato aprovado no processo seletivo preambular objetivo a participação na etapa de provas escritas do processo seletivo preambular subjetivo.

3 DO PROCESSO SELETIVO PREAMBULAR OBJETIVO

3.1 O processo seletivo preambular objetivo, de caráter eliminatório, será composto de uma prova escrita objetiva, realizada em duas fases, contendo questões de múltipla escolha e apuração padronizada, na forma que segue:

PRIMEIRA FASE - Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Penal e Direito Processual Penal, inclusive matéria envolvendo direitos difusos e coletivos.

SEGUNDA FASE - Língua Portuguesa e questões de Direito, abstraídos os ramos compreendidos na primeira fase.

3.2 As duas fases previstas no item 3.1 serão realizadas, sucessivamente, no mesmo dia, cada qual com 4 (quatro) horas de duração.

3.3 O conteúdo programático específico do processo seletivo preambular objetivo consta do item 11 deste Edital.

3.4 Durante o processo seletivo preambular objetivo, os candidatos não poderão efetuar qualquer tipo de consulta, nem aos textos legais.

3.4.1 Na execução das provas, só será permitida ao candidato a utilização de caneta esferográfica azul ou preta.

3.4.2 A inobservância dessas regras e das demais oriundas da Comissão de Concurso bem como a descortesia do candidato para com qualquer membro da Comissão de Concurso, o Secretário ou os Fiscais, no local da prova, acarretará seu desligamento imediato e sumário do concurso.

3.5 Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem as maiores médias, até o total de 20% do número de candidatos que tenham realizado a prova, não podendo esse número exceder aos 150 (cento e cinquenta) primeiros classificados, e desde que tenham esses logrado pelo menos 50% de acertos nas questões referentes à primeira fase e 50% de acertos nas questões da segunda fase.

3.5.1 Os acertos logrados na primeira fase da prova serão computados



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

com peso 2 (dois), para fins de classificação geral.

3.5.2 O percentual mínimo de acertos previsto para a segunda fase (50%) deverá ser atingido pelo candidato em cada matéria que integra a prova, ou seja: a) Língua Portuguesa; e b) Direito.

3.5.3 Havendo candidatos empatados com a mesma média na última posição dos classificados, serão todos admitidos, ainda que ultrapassado o limite estabelecido no item 3.5.

3.6 A Comissão de Concurso divulgará, no *site* oficial do Ministério Público do Estado (www.mp.sc.gov.br), o gabarito oficial do processo seletivo preambular objetivo em até 48 (quarenta e oito) horas após o término da sua realização.

3.7 Não havendo interposição de recursos ou julgados aqueles porventura interpostos, a Comissão de Concurso divulgará, no *site* oficial do Ministério Público (www.mp.sc.gov.br), a lista dos aprovados no processo seletivo preambular objetivo.

3.8 O processo seletivo preambular objetivo não será computado para efeito do cálculo da média final de aprovação, constituindo-se em mero pressuposto para a prestação das provas escritas do processo seletivo preambular subjetivo.

4 DO PROCESSO SELETIVO PREAMBULAR SUBJETIVO

4.1 O processo seletivo preambular subjetivo constituir-se-á de 3 (três) grupos de provas escritas de respostas subjetivas, cada qual de caráter eliminatório, compostas de questões teóricas e práticas, na forma que segue:

GRUPO I - Direito Penal e Direito Processual Penal;

GRUPO II - Direito Civil, Direito Processual Civil, podendo constar, ainda, incursões incidentais sobre Direito Constitucional, Direito Tributário, Direito Administrativo e Direito da Criança e do Adolescente; e

GRUPO III - Direitos Difusos e Coletivos.

4.2 Esses 3 (três) grupos de provas serão realizados em dias distintos, cada qual com 5 (cinco) horas de duração, em local, hora e data a serem definidos pela Comissão de Concurso e publicada no *site* oficial do Ministério Público do Estado (www.mp.sc.gov.br).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

4.3 Os temas específicos, sobre os quais versarão as questões, estão relacionados no item 11 deste Edital.

4.4 Na execução das provas do processo seletivo preambular subjetivo, só será permitida ao candidato a utilização de caneta esferográfica azul ou preta, máquina de escrever própria e consulta a textos legais não comentados ou anotados, observadas as seguintes orientações:

4.4.1 são vedadas quaisquer anotações feitas nos textos legais;

4.4.2 será permitida a consulta a súmulas não comentadas;

4.4.3 será permitida a utilização de legislação com texto sublinhado ou destacado com caneta "marca-texto";

4.4.4 poderá a Comissão de Concurso exigir que o candidato utilize computador fornecido pelo Ministério Público para a realização das provas escritas do processo seletivo preambular subjetivo; e

4.4.5 a inobservância dessas regras e das demais oriundas da Comissão de Concurso e a descortesia do candidato para com qualquer membro da Comissão de Concurso, o Secretário ou os Fiscais, no local da prova, acarretará seu desligamento imediato e sumário do concurso.

4.5 Na correção e no julgamento das provas do processo seletivo preambular subjetivo, serão atribuídas pelos respectivos examinadores notas de 0 (zero) a 10 (dez), levando-se em conta, além do acerto das respostas, a adequação técnica, o conteúdo jurídico, a sistematização lógica e o nível de persuasão.

4.6 Somente poderá proceder à inscrição definitiva o candidato que obtiver nota igual ou superior a 5 (cinco) em cada grupo de provas escritas do processo seletivo preambular subjetivo.

4.7 A lista dos aprovados no processo seletivo preambular subjetivo será publicado no Diário Oficial do Estado.

5 DA INSCRIÇÃO DEFINITIVA

5.1 O candidato aprovado no processo seletivo preambular subjetivo deverá requerer, pessoalmente ou por procurador habilitado, sua inscrição definitiva dentro dos 10 (dez) dias seguintes à publicação do resultado no Diário Oficial do Estado.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

5.1.1 Nessa fase do certame, é vedada a inscrição pela *Internet*.

5.2 O requerimento, conforme modelo a ser fornecido, dirigido ao Presidente da Comissão de Concurso, preenchido pelo candidato, deverá ser apresentado na Secretaria da Comissão, instruído com a seguinte documentação complementar:

a) atestado de idoneidade moral subscrito por 2 (dois) ou mais membros do Ministério Público, ressalvados os impedimentos previstos no art. 7º da Resolução n. 004/2007/CSMP;

b) atestado de saúde física e mental, subscrito por 2 (dois) profissionais médicos das respectivas especialidades;

c) certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Comum, Estadual e Federal, assim como da Justiça Eleitoral e da Justiça Militar Estadual, expedida por órgãos com jurisdição no(s) local(ais) de residência do candidato nos últimos 10 (dez) anos; e

d) prova de quitação das obrigações eleitorais e militares, por meio de certidão expedida pela Justiça Eleitoral e do certificado de reservista ou de isenção do serviço militar ou documento equivalente.

5.2.1 A certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Militar Estadual somente será exigida dos candidatos que sejam ou tenham sido militares estaduais.

5.2.2 A certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Eleitoral deverá ser fornecida pelo Tribunal Regional Eleitoral dos respectivos Estados.

5.2.3 No requerimento de inscrição definitiva, deverá o candidato indicar as comarcas onde haja exercido a advocacia; cargo do Ministério Público; da Magistratura; da Polícia ou qualquer outra atividade pública ou particular, declinando o nome e o endereço dos órgãos ou das empresas a que serviu, além das épocas de permanência em cada um deles.

5.3 O requerimento de inscrição definitiva será apensado ao da inscrição provisória e, somente após a investigação sobre os aspectos da vida moral e social do candidato, sobre ele decidirá a Comissão de Concurso.

5.4 A rejeição do pedido de inscrição definitiva poderá ter por



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

fundamento o resultado da investigação referida no item anterior, ainda que atendidos os requisitos formais exigidos e especificados no item 5.2.

5.5 Terminado o julgamento, os candidatos que tiverem deferidas suas inscrições definitivas estarão habilitados à prova oral e serão antes convocados, por meio de publicação a ser feita no Diário Oficial do Estado, para a prestação de exame psicotécnico, prova de tribuna e entrevista, com a indicação de dia, hora e local em que serão realizados.

6 DO EXAME PSICOTÉCNICO, DA PROVA DE TRIBUNA E DA ENTREVISTA

6.1 O exame psicotécnico será realizado por especialistas integrantes do Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça, ou por esta credenciados.

6.2 Após a realização do exame psicotécnico, o candidato será convocado para a prova de tribuna, perante a Comissão de Concurso, que terá a duração de 10 (dez) minutos, com tolerância de 2 (dois) minutos, para mais ou para menos, e que versará sobre tema previamente definido pela Comissão de Concurso e sorteado pelo candidato, com antecedência mínima de 1 (uma) hora, permitida apenas a consulta a breves anotações.

6.3 Na seqüência da prova de tribuna, o candidato será entrevistado sobre sua vida individual e familiar, o seu relacionamento social e as atividades que exerce, observando-se a sua capacidade de expressão e tendo-se sempre presentes os dados constantes de seu prontuário.

6.4 O desempenho no exame psicotécnico, na prova de tribuna e na entrevista, esses tendo sido realizados antes da prova oral, servirá de subsídio para o julgamento final do concurso.

7 DA APRESENTAÇÃO DOS TÍTULOS

7.1 Sob pena de preclusão, os títulos demonstrativos da capacidade do candidato, acompanhados de *curriculum vitae*, deverão ser entregues ao Presidente da Comissão de Concurso por ocasião da realização da entrevista, podendo a Comissão de Concurso determinar a exibição do original na Secretaria, para nova conferência.

7.2 Consideram-se títulos pertinentes ao currículo das ciências jurídicas, com a valoração respectiva:

a) diploma ou certificado de curso de doutorado ou livre-docência na



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

área de Direito: 5 pontos;

b) diploma ou certificado de curso de mestrado na área de Direito: 4 pontos;

c) exercício de cargo na carreira do Ministério Público ou da Magistratura: 4 pontos;

d) diploma ou certificado de curso de especialização (pós-graduação) na área de Direito: 3 pontos;

e) certificado de conclusão, com aproveitamento, de curso promovido por Escola do Ministério Público, reconhecido pela Administração Superior: 3 pontos;

f) certificado de conclusão, com aproveitamento, de curso promovido por Escola da Magistratura, reconhecido pela Administração Superior: 2 pontos;

g) obra publicada, de autoria individual e de reconhecido valor científico para as ciências jurídicas: 2 pontos;

h) exercício de magistério superior na área de Direito: 2 pontos;

i) exercício de cargo ou função técnico-jurídica, em caráter efetivo ou em comissão, privativo de bacharel em Direito, em órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal: 2 pontos; e

j) certificado de aproveitamento nas funções de estagiário do Ministério Público: 1 ponto por ano de exercício, limitado a 2 pontos.

7.3 É vedada a acumulação dos títulos referidos nas letras "a", "b" e "d", os quais se excluem entre si, prevalecendo, em qualquer caso, o de maior pontuação.

7.4 É vedada a acumulação dos títulos referidos nas letras "e" e "f", os quais se excluem entre si, prevalecendo, em qualquer caso, o de maior pontuação.

7.5 Os títulos referidos na letra "g" serão oferecidos em exemplar datilografado ou impresso, comprovada, de modo inequívoco, sua autenticidade.

7.6 O título referido na letra "h" será considerado uma única vez, ainda que



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

diversas as instituições em que ministrado o magistério, somente sendo considerada a docência pelo período mínimo de um ano letivo, nos últimos cinco anos imediatamente anteriores à última publicação do presente Edital.

7.7 Os títulos referidos na letra "i" pressupõem, para efeito de cômputo, o exercício de, no mínimo, um ano no cargo ou na função.

7.8 Os títulos terão natureza meramente classificatória.

8 DA PROVA ORAL

8.1 A prova oral, de caráter eliminatório, versará sobre questões de Direito compreendidas no contexto temático definido pelo art. 4º da Resolução n. 004/2007/CSMP.

8.2 A convocação dos candidatos para a prestação da prova oral será feita por meio de publicação no site oficial do Ministério Público do Estado (www.mp.sc.gov.br), com a indicação de dia, hora, local e tempo de duração.

8.3 O candidato sorteará, dentre todos os elaborados pela Comissão, o ponto sobre o qual será argüido, no momento em que for chamado para prestar a prova oral.

8.3.1 A chamada dos candidatos, para realização da prova oral, far-se-á por ordem definida em sorteio realizado pela Comissão de Concurso.

8.3.2 A juízo da Comissão, a ordem a que se refere o item anterior poderá ser alterada, em face de relevante motivo apresentado pelo candidato e desde que esse o requeira expressamente.

8.3.3 O candidato que, por motivo de força maior, não comparecer à prova oral no dia designado, poderá, mediante justificção a ser apresentada até o primeiro dia útil subsequente, a critério da Comissão, ser admitido a exame, desde que não encerrada a argüição do último candidato.

8.4 O membro da Comissão de Concurso, ao concluir a argüição de cada candidato, cuja duração não poderá ser superior a 20 (vinte) minutos, atribuir-lhe-á nota na graduação de 0 (zero) a 10 (dez), atendendo ao mérito das respostas, para aferição do qual deverão ser levados em conta o nível de acerto e precisão jurídica, a adequação da linguagem e a segurança demonstrados pelo candidato.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

8.5 Considerar-se-á habilitado na prova oral o candidato que obtiver média aritmética igual ou superior a 5 (cinco), calculada com base nas notas que lhe foram atribuídas por cada um dos membros da Comissão que o argüiram.

8.6 As provas orais serão registradas em gravação de áudio ou por qualquer outro meio que possibilite a sua posterior reprodução.

8.7 É vedada a gravação e a anotação de questões relativas à prova oral pelo público assistente.

9 DO JULGAMENTO DAS PROVAS E DOS TÍTULOS

9.1 Encerrada a prova oral de todos os candidatos, a Comissão, em reunião secreta a ser realizada no prazo de até 48 horas, procederá ao julgamento do concurso, apurando a média final e apreciando, para efeito de classificação, os títulos apresentados.

9.2 Apurar-se-á a média final de aprovação pela soma das notas obtidas nas provas escritas do processo seletivo preambular subjetivo e da média aritmética das notas obtidas na prova oral, sendo o resultado dessa soma dividido por 4 (quatro).

Assim, : $m = \frac{a+b+c+d}{4}$, onde

m = média final de aprovação;

a = nota da prova escrita do Grupo I (item 4.1);

b = nota da prova escrita do Grupo II (item 4.1);

c = nota da prova escrita do Grupo III (item 4.1); e

d = média aritmética das notas da prova oral.

9.3 Considerar-se-á aprovado o candidato que, declarado apto no exame psicotécnico e não tendo apresentado restrições que o inabilitem ou tornem não recomendável o seu acesso à função, colhidas entre os resultados da prova de tribuna, da entrevista e do procedimento investigatório, obtiver média final igual ou superior a 5 (cinco).

9.4 Os candidatos aprovados terão seus títulos, tempestivamente



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

apresentados, examinados, discutidos e avaliados pela Comissão de Concurso, a fim de apurar-se a nota final de classificação.

9.5 Observado o grau máximo de 10 (dez), a nota final de classificação será obtida acrescentando-se à média final de aprovação 1/10 (um décimo) do total de pontos dos títulos apresentados pelo candidato.

9.6 Ocorrendo igualdade de notas, o desempate dar-se-á, sucessivamente, em favor do candidato que tiver a maior média final de aprovação e, por fim, em prol do candidato mais idoso.

9.7 Julgado o resultado do concurso, a Comissão o divulgará, publicando-o no Diário Oficial do Estado, e remeterá ao Procurador-Geral de Justiça a nominata e a nota final dos aprovados segundo a ordem de classificação.

9.8 Caberá ao Conselho Superior homologar o resultado final do concurso.

10 DOS RECURSOS

10.1 Os candidatos poderão interpor recurso dirigindo-o:

I - à Comissão, contra erros:

a) na formulação de questões ou no gabarito da prova seletiva preambular objetiva; e

b) na definição do resultado das provas escritas do processo seletivo preambular subjetivo.

II - ao Conselho Superior do Ministério Público, contra o resultado da classificação final.

10.2 Para fins do item 10.1, inciso I, alínea "a", aos candidatos que requererem será fornecida cópia das provas matrizes aplicadas pela Comissão de Concurso.

10.3 Para fins do item 10.1, inciso I, alínea "b", poderão os candidatos ter vista das provas na Secretaria do Concurso, por uma única vez.

10.4 Os recursos de que tratam o inciso I do item 10.1 poderão ser interpostos no prazo de 2 (dois) dias, a contar:

I - da divulgação dos gabaritos, com relação à alínea "a"; e



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

II – da publicação no Diário Oficial do Estado, com relação à alínea "b".

10.5 O recurso contra o resultado da classificação final do concurso poderá ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data em que for publicada a nominata dos aprovados e a respectiva ordem de classificação no Diário Oficial do Estado.

10.6 Os recursos poderão ser interpostos pelo candidato interessado ou por procurador com poderes específicos, mediante petição escrita dirigida ao Presidente da Comissão de Concurso e entregue na Secretaria da Comissão.

10.7 Não será admitida a interposição de recurso, via fax ou por meio eletrônico (e-mail).

10.8 Pretendendo o candidato questionar o resultado de mais de uma questão da prova, esse deverá formular o seu pedido e as respectivas razões em petições distintas, tantas quantas forem as questões recorridas.

10.9 Os recursos interpostos, em qualquer fase do certame, serão numerados, adotando-se método que impeça a respectiva identificação no momento do julgamento, que deverá ocorrer em instância única, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do encerramento do prazo recursal.

10.10 Os recursos previstos no item 10.1, inciso I, serão analisados individualmente pela Comissão de Concurso, que definirá, em cada caso concreto, o alcance e os efeitos da decisão.

10.11 No caso de provimento do recurso de que trata o item 10.1, inciso I, alínea "b", será publicada nova relação de classificados no Diário Oficial do Estado.

10.12 Será indeferido, liminarmente, o recurso:

I - interposto fora dos prazos previstos neste Edital;

II - que não evidenciar o legítimo interesse e o prejuízo sofrido pelo candidato recorrente;

III - proposto em desacordo com o estabelecido no art. 31 da Resolução n. 004/2007/CSMP; e

IV - contiver qualquer sinal de identificação.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

11 DO PROGRAMA

11.1 CONHECIMENTOS GERAIS DA LÍNGUA PORTUGUESA - Ortografia: acentuação gráfica. Pontuação. Verbo (tempo, modo, pessoa). Colocação pronominal. Concordância verbal. Concordância nominal. Regência verbal. Regência nominal. Crase.

11.2 FUNDAMENTOS E NOÇÕES GERAIS DE DIREITO - Sociologia Jurídica: a sociologia dos tribunais e a democratização da Justiça. O acesso à justiça. A administração da justiça como instituição política e profissional. Os conflitos sociais e os mecanismos da sua resolução para uma nova política judiciária. Hermenêutica Jurídica: interpretação, integração e aplicação do Direito. Fontes do Direito (material e formal). Hermenêutica e interpretação do Direito: lacunas e antinomias do Direito. Princípios fundamentais (irretroatividade, direito adquirido, coisa julgada, ato jurídico perfeito). Filosofia do Direito: a construção do positivismo jurídico (escola histórica e o processo de codificação do Direito). O positivismo jurídico: definição conceitual e problemas fundamentais da concepção positivista (teoria estrutural do Direito, teoria da norma jurídica e teoria do ordenamento jurídico). Jusnaturalismo: definição conceitual e problemas fundamentais. A concepção jusracionalista na Antigüidade, na Idade Média e o jusracionalismo. Justiça (concepções acerca da Justiça).

11.3 CRIMINOLOGIA E POLÍTICA CRIMINAL - Criminologia: conceitos de crime, de criminoso e de pena nas diversas correntes do pensamento criminológico (na Escola Clássica, na Escola Positiva, na Escola Técnico-Jurídica e na Criminologia Crítica). A questão paradigmática em Criminologia (paradigma etiológico e paradigma da reação social). Os processos de criminalização (primária e secundária) e descriminalização. A teoria da seletividade no processo de criminalização. O sistema penal formal e informal. Problemas criminológicos sul-americanos e brasileiros. A Política Criminal: a Política Penal e a Política Criminal. Os movimentos atuais de política criminal (movimento de lei e ordem, neodefensismo, minimalismo penal, garantismo e abolicionismo penal). A pena como instrumento de política penal (problemas). As funções da pena. A prisão como pena hegemônica e as alternativas à prisão. Os problemas relacionados à prisão (superlotação, estigmatização, violência, abusos). A situação carcerária brasileira e catarinense (população carcerária e localização dos estabelecimentos prisionais). Problemas atuais de Política Criminal: drogas, violência policial e corrupção.

11.4 DIREITO PENAL - A Dogmática Penal (origens e funções). Lei de Introdução ao Código Penal. Código Penal: Parte Geral. Norma penal:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

conceito, fontes e classificação. Analogia. Hermenêutica Penal. Vigência e aplicação da lei penal. Crime: tipicidade, antijuridicidade, culpabilidade e todas as suas categorias. Pena e Medida de Segurança: cominação, aplicação e execução. Extinção da punibilidade. Reabilitação. Crimes em espécie previstos no Código Penal: contra a pessoa; contra o patrimônio; contra os costumes; contra a família; contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos; contra a incolumidade pública, paz, fé e administração pública. Código Penal Militar. Crimes da Lei de recuperação judicial, extrajudicial e falência do empresário e da sociedade empresária (Lei n. 11.101/05). Crimes de abuso de autoridade (Lei n. 4.898/65). Crimes de imprensa (Lei 5.250/67). Crimes de responsabilidade dos prefeitos e vereadores (Decreto-Lei n. 201/67). Crimes da Lei Antitóxico (Lei n. 11.343/06). Crimes relativos ao parcelamento do solo urbano (Lei n. 6.766/79). Crimes resultantes de preconceito de raça e cor (Lei n. 7.716/89). Crimes contra a pessoa portadora de deficiência física (Lei n. 7.853/89). Crimes hediondos (Leis ns. 8.072/90, 8.930/94, 9.695/98 e 11.464/07). Crimes contra a criança e o adolescente (Lei 8.069/90). Crimes contra o processo licitatório (Lei n. 8.666/93). Crimes da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/01). Crimes contra o consumidor, relações de consumo, economia popular, ordem econômica e tributária (Leis n. 1.521/51, 8.078/90, 8.137/90, 8.176/91 e 9.080/95). Crimes contra o meio ambiente, fauna, flora, águas e pesca (Leis ns. 4.771/65, 5.197/67, 7.679/88, Decreto-Lei n. 221/67 e 9.605/98). Crimes contra a propriedade industrial (Lei n. 9.279/96). Crimes de Trânsito (Lei n. 9.503/97). Crimes de Tortura (Lei n. 9.455/97). Crimes eleitorais (Leis ns. 4.737/65, 6.091/74 e 9.504/97). Crimes de remoção ilegal de órgãos, tecidos e partes do corpo humano (Lei n. 9.434/97). Crimes contra a propriedade intelectual de programas de computador (Lei n. 9.609/98). Crimes de lavagem de dinheiro (Lei n. 9.613/98). Estatuto do Desarmamento (Lei n. 10.826/03 - Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, define crimes e dá outras providências). Contravenções Penais (Decreto-Lei n. 3.688/41).

11.5 DIREITO PROCESSUAL PENAL - Lei de Introdução ao Código de Processo Penal. Princípios gerais de Direito Processual Penal. Do inquérito policial. Da ação penal. Da ação civil. Da competência. Das questões e dos processos incidentes. Seqüestro de bens (Decreto-Lei n. 3.240/41). Da prova. Do Juiz e do Ministério Público. Do acusado, do seu defensor, do assistente, dos auxiliares da justiça. Da prisão e da liberdade provisória. Da prisão temporária (Lei n. 7.960/89). Das citações e intimações. Da aplicação provisória de interdições de direitos e medidas de segurança. Da sentença. Do procedimento comum. Dos procedimentos especiais e sumários previstos no Código de Processo Penal (Decreto-Lei n. 3.689/41) e



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

nas Leis extravagantes. Das nulidades e dos recursos em geral. Do hábeas cörper. Do processo da execução penal (Leis ns. 7.210/84 e 9.460/97). Da graça, do indulto e da anistia. Disposições gerais do Código de Processo Penal. Do Código de Processo Penal Militar. Da Lei dos Crimes Hediondos (Leis nss 8.072/90, 8.930/94, 9.695/98 e 11.464/07). Dos Juizados Especiais Criminais Estaduais (Lei n. 9.099/95) e Federais (Lei n. 10.259/2001). Da repressão ao crime organizado (Leis ns. 9.034/95, 9.303/96 e 10.217/01). Da interceptação telefônica (Lei n. 9.296/96). Da proteção a testemunhas (Lei n. 9.807/99). Do mandado de segurança em matéria penal. Da identificação criminal (Lei n. 10.054/00). Do sigilo das operações de instituições financeiras (Lei Complementar n. 105/2001). Dos mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei n. 11.340/06).

11.6 DIREITO CIVIL - Novo Código Civil (Lei n. 10.406/02 e Lei n. 10.825/03): Das Pessoas. Dos Bens. Dos Fatos Jurídicos. Dos Direito das Obrigações. Do Direito de Empresa. Do Direito das Coisas. Do Direito de Família. Do Direito das Sucessões. Das Disposições Finais e Transitórias. Lei de Introdução ao Código Civil (Decreto-Lei n. 4.675/42). Código Civil (Lei n. 3.071/16): Das Pessoas. Dos Bens. Dos fatos jurídicos. Direito da Família: casamento e seus efeitos jurídicos, regime de bens entre os cônjuges, anulação e nulidade do casamento, divórcio e separação judicial, união estável e seus efeitos jurídicos, tutela, curatela, ausência, relações de parentesco. Direito das Coisas. Direito das Obrigações. Direito das Sucessões. Registros Públicos: Lei n. 6.015/73. Loteamento e Parcelamento do Solo Urbano: Lei n. 6.766/79. Lei n. 8.971/94. Lei n. 9.265/96. Lei n. 9.278/96. Lei n. 9.534/97.

11.7 DIREITO PROCESSUAL CIVIL - Do Processo de Conhecimento: da jurisdição e da ação. Das partes e dos Procuradores do Ministério Público no processo civil. Dos órgãos judiciários e dos auxiliares da justiça: da competência, do juiz. Dos atos processuais: da forma, dos prazos, do lugar, das comunicações dos atos processuais, das nulidades, outros atos processuais. Da formação, suspensão e extinção do processo. Do processo e do procedimento: do procedimento ordinário, do procedimento sumaríssimo, da revelia, das provas, da audiência, a sentença e a coisa julgada. Dos Recursos. Do processo de execução: da execução em geral, da execução contra a Fazenda Pública, da execução de prestação alimentícia, dos embargos do devedor, da suspensão e da extinção do processo de execução. Do processo cautelar: das medidas cautelares. Dos procedimentos especiais: dos procedimentos especiais de jurisdição contenciosa: da ação de prestação de contas, das ações possessórias, da ação de usucapião, do inventário e da partilha, da habilitação; dos procedimentos especiais de jurisdição voluntária. Das disposições gerais, da separação consensual, dos



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

testamentos e codicilos, dos bens dos ausentes, das coisas vagas, da curatela dos interditos, das disposições comuns à tutela e à curatela, da organização e da fiscalização das fundações. Da ação de alimentos. Do divórcio. Do mandado de segurança. Da ação popular. Da ação civil pública (Lei n. 7.347/85). Do Juizado Especial Cível Estadual (Lei n. 9.099/95) e Federal (Lei n. 10.259/2001).

11.8 DIREITO CONSTITUCIONAL - A Constituição: conceito, tipologia. A aplicação da Constituição no tempo. Teoria da norma constitucional: eficácia, interpretação e aplicabilidade. Interpretação da Constituição. Poder constituinte. Limitações ao poder de reforma constitucional. Fiscalização da constitucionalidade das leis: o controle difuso e o concentrado. As ações diretas de inconstitucionalidade. A ação declaratória de constitucionalidade. O processo de julgamento das ADIns e ADCs perante o STF (Lei Federal n. 9.868/99). O processo de julgamento das ADIns e ADCs perante o Tribunal de Justiça de SC (Lei Estadual n. 12.069/2001). A arguição de descumprimento de preceito fundamental (Lei Federal n. 9.882/99). Princípios Fundamentais da Constituição Federal. Direitos e deveres constitucionais individuais e coletivos. Dos instrumentos de garantia dos direitos constitucionais. Dos direitos sociais. Da nacionalidade e da cidadania. Dos direitos políticos. O Estado Federal - a União, os Estados Federados, os Municípios e o DF. Distribuição das competências: privativas, comuns e concorrentes. Organização dos Poderes: Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário. As funções essenciais à Justiça: Ministério Público, Advocacia e Defensoria Pública. A Defesa do Estado e Instituições Democráticas: Estado de defesa e Estado de Sítio. Da Segurança Pública. Da Ordem Econômica e Financeira: princípios gerais da atividade econômica. Da Ordem Social: seguridade, saúde, previdência e assistência social; educação e cultura. Do meio ambiente. Da família, da criança, do adolescente e do idoso. Constituição do Estado de Santa Catarina: da Organização Político-Administrativa do Estado. A organização dos Poderes. A Segurança Pública e a Ordem Social.

11.9 DIREITO ADMINISTRATIVO - Direito Público e Direito Privado. Direito Administrativo: conceito. Administração Pública: órgãos e agentes públicos. Princípios básicos e administração pública: uso e abuso de poder. Poderes administrativos. Ato Administrativo: conceito, classificação e invalidação. Contrato Administrativo: princípios gerais, espécies e rescisão. Licitação. Serviços Públicos: princípios gerais. Administração direta e indireta. Servidor público. Domínio público, intervenção na propriedade e no domínio econômico. Responsabilidade civil da administração. Administração em juízo. O controle da administração pelo Judiciário.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

11.10 DIREITO TRIBUTÁRIO - Sistema Tributário Nacional: princípios gerais. Competência tributária. Os impostos da União, Estados e Municípios. Responsabilidade tributária. Imunidade e isenção. Crédito Tributário: lançamento, suspensão, extinção. Privilégios. Anistia. Lei de Execução Fiscal.

11.11 DIREITO FALIMENTAR - Lei Federal n. 11.101/2005.

11.12 DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS - Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Ação Civil Pública: conceito e objeto. Legitimação ativa. Legitimação passiva. Interesse de agir. Litisconsórcio e assistência. Competência. Recursos. Coisa julgada. Execução e fundo para reconstituição dos bens lesados. Inquérito Civil: objeto, instauração, poderes instrutórios, compromisso de ajustamento de condutas e arquivamento. Direito Ambiental: princípios fundamentais do direito ambiental; tutela constitucional do meio ambiente; competência constitucional em matéria ambiental; plano nacional de gerenciamento costeiro (Lei nº 7.661/88); políticas nacional e estadual do meio ambiente (Lei n. 6.938/81 e Lei estadual n. 5.793/80, regulamentada pelo Decreto Estadual n. 14.250/81); sistema nacional de unidades de conservação da natureza (Lei n. 9.985/00); políticas nacional e estadual dos recursos hídricos (Lei n. 9.433/97 e Lei estadual n. 9.748/94); Sistema Estadual de Conservação da natureza (Lei n. 11.986/01); Código Florestal (Lei n. 4.771/65); Urbanismo e Meio Ambiente - Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/01); Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei n. 6.766/79); tombamento - instrumento jurídico de proteção do patrimônio natural e cultural. Lei federal n. 11.105/05 (Lei da Biosegurança); Lei estadual n. 12.854/03 (Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais); Lei estadual n. 12.864/04 (Institui o licenciamento ambiental das antenas de telecomunicação). Direito do Consumidor: Lei n. 8.078/90. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (Decreto n. 2.181/97). Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde (Lei n. 9.656/98). Estatuto do Torcedor (Lei n. 10.671/03). Defesa da Moralidade Administrativa: Lei Complementar n. 101/01; Leis n.s 8.429/92 e 8.666/93; Decreto-Lei n. 201/67. Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania: Apoio às Pessoas Portadoras de Deficiências (Lei n. 7.853/89; Lei n. 10.048/00 e Lei n. 10.098/00). Política Estadual de Promoção e Integração Social da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais (Lei Estadual n. 12.870/2004). Pessoas Portadoras de Transtornos Mentais (Lei n. 10.216/2001 e Lei n. 10.708/03). Sistema Único de Saúde (Lei n. 8.080/90 e Lei n. 8.142/90). Política Nacional do Idoso (Lei n. 10.741/03 e Lei n. 8.842/94) e Política Estadual do Idoso (Lei n. 11.436/00 e Lei n. 11.402/00). Fiscalização das Fundações (Lei n. 8.958/94; Lei n. 9.790/99 e Lei n. 9.637/98).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

11.13 DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (Lei n. 8.069/90) - Doutrina da proteção integral. Política e sistema de atendimento. Conselho Tutelar e Conselho de Direitos. Fundo da Infância e Adolescência. A Justiça da infância e juventude: juízes, promotores de justiça, advogados e técnicos. Medidas protetivas e sócio-educativas. Família natural. Poder familiar (Novo Código Civil). Guarda, tutela e adoção. Ato infracional. Lei Estadual n. 11.697/2001. Lei Estadual n. 11.603/2000. Lei Estadual n. 11.435/2000.

11.14 LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL - Princípios institucionais, organização e atribuições do Ministério Público. Carreira, deveres, direitos, prerrogativas e garantias dos membros do Ministério Público. Regime disciplinar. Lei n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), Lei Complementar n. 75/93 (Lei Orgânica do Ministério Público da União) e Lei Complementar n. 197, de 13 de julho de 2000 (Lei Orgânica do Ministério Público de Santa Catarina).

11.15 DIREITO ELEITORAL - Inelegibilidade, propaganda e processo eleitoral.

12 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 A inscrição implicará o reconhecimento, por parte do candidato, das presentes instruções, da Resolução n. 004/2007/CSMP (Regulamento do Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público), além da aceitação das condições do concurso.

12.2 As provas escritas serão numeradas, adotando-se método que impeça a respectiva identificação no momento da correção.

12.3 Para ser admitido à prestação de cada prova, o candidato deverá comparecer no local e na hora previamente designados com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência, devidamente munido do cartão de inscrição e da cédula de identidade.

12.4 A falta de identificação ou o não-comparecimento a qualquer uma das provas importará na eliminação do candidato.

12.5 O concurso será eficaz por 2 (dois) anos, contados da data em que for publicado, no Diário Oficial do Estado, o ato homologatório do Conselho Superior do Ministério Público, podendo ser prorrogado, uma vez, por igual período.

12.6 Findo o concurso, o Procurador-Geral de Justiça marcará prazo para que os aprovados, obedecida a ordem classificatória, formalizem a



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

escolha das vagas.

12.7.1 Perderá o direito de escolha o candidato que não o exercer dentro do prazo fixado.

12.8 O título de bacharel em Direito e a certificação de desempenho de atividade jurídica por, no mínimo, 3 (três) anos, contados a partir da obtenção do grau de bacharel em Direito, deverão ser comprovados no ato da nomeação, nos termos previstos no art. 1º, §§ 2º e 3º, da Resolução n. 004/2007/CSMP.

12.9 A posse coletiva dos nomeados realizar-se-á, em sessão solene do Colégio de Procuradores de Justiça, em dia, hora e local previamente estabelecidos.

12.10 Dentro de 30 (trinta) dias, contados da publicação do resultado final do concurso, os candidatos poderão retirar os documentos apresentados com os pedidos de inscrição provisória e definitiva, se for o caso.

12.10.1 Esgotado o prazo referido no item acima, a Secretaria da Comissão de Concurso não se responsabilizará pela guarda ou conservação dos documentos não retirados.

12.11 Todos os atos do concurso serão registrados em ata.

12.12 Os casos omissos ou duvidosos serão resolvidos, conforme a matéria, pelo Procurador-Geral de Justiça, pela Comissão de Concurso ou pelo Conselho Superior do Ministério Público, em instância irrecorrível.

12.13 A critério da Administração Superior, o prazo para as inscrições fixado no presente Edital poderá ser prorrogado.

Florianópolis, 13 de novembro de 2007.


GERCINO GERSON GOMES NETO
Procurador-Geral de Justiça



E_D_I_I_A_L____Nº_12/94

CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9, inciso XXXIII, da Lei Complementar Estadual n. 17, de 05 de julho de 1992, faz saber a quem interessar possa, que se acham abertas, até o dia 15 de agosto de 1994, as inscrições para o concurso público de provas e títulos visando o provimento de cargos de Promotor de Justiça Substituto, conforme disposições abaixo.

I - DA INSCRIÇÃO PROVISÓRIA

1 - A inscrição provisória será recebida pela Secretaria da Comissão de Concurso, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, localizada à Rua Felipe Schmidt, n. 755, na cidade de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, no período das 13:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira.

2. O requerimento de inscrição, fornecido no local acima e dirigido ao Presidente da Comissão de Concurso, preenchido pelo candidato ou por procurador com poderes especiais, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

a) prova de nacionalidade brasileira, através de fotocópia autenticada da cédula de identidade;

b) prova de idade inferior a 40 (quarenta) anos, na data da publicação do edital, salvo se funcionário público, caso em que deverá apresentar certidão passada pelo órgão a que estiver vinculado;

c) título de bacharel em Direito por faculdade oficial ou reconhecida pelo governo Federal, devidamente registrado através de fotocópia autenticada do documento, ou, no caso de recém-formado, certidão de colação de grau e de encaminhamento do diploma para registro;

d) comprovante do recolhimento da taxa de inscrição, no valor de R\$ 30,00 (trinta) reais, a ser efetuado no Banco do Estado de Santa Catarina S/A - BESEC, agência da Praça XV de novembro - Florianópolis, conta n. 048.331-4/PGJ - Concurso Ministério Público.

e) duas fotos recentes, tamanho 3x4

3. Encerrado o prazo, a relação dos candidatos admitidos ao processo seletivo preambular, com a indicação do dia, hora, local e tempo de duração da prova correspondente, será publicada no Diário da Justiça do Estado

4. É irrecorrível a decisão que não admitir o candidato à prova preambular



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

II - DO PROCESSO SELETIVO PREAMBULAR

1. O processo seletivo preambular, de caráter eliminatório, consistirá de uma prova escrita, de múltipla escolha, sobre conhecimentos gerais de Português e de Direito, contendo questões de pronta resposta a apuração padronizada.

2. O conteúdo programático específico da prova preambular consta do item VIII deste edital.

3. Durante essa prova não será permitido ao candidato que consulte textos legais comentados ou anotados, sob pena de imediata exclusão do concurso.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de acertos em cada uma das partes da prova (Português e Direito).

5. Publicado o resultado no Diário da Justiça do Estado os candidatos reprovados poderão interpor recurso no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação.

6. O recurso, dirigido ao Presidente da Comissão de Concurso, será liminarmente indeferido se interposto fora do prazo ou silente quanto a eventual prejuízo que o viabilize.

III - DA INSCRIÇÃO DEFINITIVA

1. O candidato aprovado no processo seletivo preambular deverá requerer sua inscrição definitiva dentro dos 10 (dez) dias seguintes à publicação do resultado no Diário da Justiça do Estado.

2. O requerimento, conforme modelo a ser fornecido, dirigido ao Presidente da Comissão de Concurso, preenchido pelo candidato ou por procurador com poderes especiais, deverá ser apresentado na secretaria da Comissão, instruído com a seguinte documentação complementar:

a) atestado de idoneidade moral assinado por 2 (dois) ou mais membros do Ministério Público;

b) atestado de saúde física e mental assinado por 2 (dois) ou mais médicos;

c) folhas-corridas da Justiça Comum, estadual e federal, expedidas por órgãos com jurisdição (ou) local(is) de residência do candidato, nos últimos 5 (cinco) anos;

d) prova de quitação das obrigações eleitorais e militares.

3. O requerimento de inscrição definitiva será apensado ao da inscrição provisória e somente depois de efetuada a investigação sobre a vida pregressa do candidato e que a Comissão de Concurso decidirá a respeito.

4. A rejeição do pedido de inscrição definitiva poderá ter por fundamento o resultado da investigação referida no número anterior, não obstante o preenchimento dos requisitos formais exigidos no número 2 (dois).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

5. Terminado o julgamento, do qual não caberá recurso algum, os candidatos que tiverem deferidas suas inscrições definitivas serão convocados através de publicação no Diário da Justiça do Estado para a prestação das provas escritas sobre Direito Penal e Processual Penal e Direito Civil e Processual Civil, com a indicação do dia, hora, local e tempo de duração das provas.

IV - DAS PROVAS ESCRITAS DEFINITIVAS

1. As provas escritas definitivas, compostas de questões teóricas e práticas de Direito Penal e Processual Penal e Direito Civil e Processual Civil, de caráter eliminatório, serão realizadas isolada e sucessivamente.

2. Os temas específicos, sobre os quais versarão as questões, estão relacionados no item VIII deste edital.

3. Na execução das provas escritas definitivas, não se permitirá ao candidato utilização de máquina de escrever própria, caneta azul ou preta e consulta aos códigos que contêm apenas breves anotações ou comentários.

4. Na correção e julgamento das provas escritas definitivas serão atribuídas notas de 0 (zero) a 10 (dez) levando-se em conta, além do acerto nas respostas, o conhecimento do vernáculo e a capacidade teórica e prática na exposição do pensamento.

5. Somente será admitido à prova oral o candidato que obtiver nas provas escritas definitivas, isoladamente, nota igual ou superior a 5 (cinco).

6. Os candidatos aprovados nas provas escritas definitivas serão convocados a prestação de exame psicotécnico, entrevista e prova oral, conforme publicação a ser feita no Diário da Justiça do Estado, com a indicação do dia e local da realização dos atos.

7. Aplicam-se às provas escritas definitivas as regras do item II, números 5 e 6.

V - DO EXAME PSICOTÉCNICO E DA ENTREVISTA

1. O exame psicotécnico será realizado por especialistas credenciados pela Procuradoria-Geral de Justiça.

2. Os candidatos submetidos ao exame psicotécnico ficarão obrigados ao pagamento de uma taxa, diretamente aos especialistas credenciados a realização do mesmo.

3. Após a realização do exame psicotécnico a Comissão de Concurso entrevistará o candidato sobre sua vida individual e familiar, o seu relacionamento social e as atividades que exerce, observando a sua capacidade de expressão e tendo sempre presente os dados constantes de seu prontuário.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

4. O resultado do exame psicotécnico e da entrevista, realizado antes da prova oral, servirão de subsídio para o julgamento final do concurso.

VI - DA APRESENTAÇÃO DOS TÍTULOS

1. Sob pena de preclusão, os títulos demonstrativos da capacidade do candidato, acompanhados de curriculum vitae, deverão ser entregues ao Presidente da Comissão de Concurso por ocasião da realização da entrevista.

2. São títulos:

a) diploma ou certificado de curso de pós-graduação a nível de doutorado ou livre-docência, na área do Direito (10 pontos);

b) diploma ou certificado de curso de pós-graduação a nível de mestrado, na área do Direito (08 pontos);

c) diploma ou certificado de curso de pós-graduação a nível de especialização, na área do Direito (05 pontos);

d) obras publicadas, de autoria individual e de reconhecido valor científico para as ciências jurídicas (05 pontos);

e) exercício de cargo na carreira do Ministério Público ou da Magistratura (05 pontos);

f) exercício de magistério superior na área do Direito (04 pontos);

g) certificado de conclusão de curso promovido por Escola do Ministério Público ou da Magistratura (03 pontos);

h) exercício de cargo ou função técnico-jurídica, privativa de bacharel em Direito, em órgãos de administração pública federal, estadual ou municipal (02 pontos);

i) certificado de aproveitamento nas funções de Estagiário do Ministério Público (01 ponto);

3. Os títulos referidos na letra "d" do número anterior, serão oferecidos em exemplar autógrafo ou impresso, comprovada, de modo inequívoco, sua autenticidade. Os demais serão comprovados por meio de certidões ou cópias conferidas, podendo a Comissão de Concurso determinar a exibição do original na Secretaria para nova conferência.

4. Os títulos terão notas meramente classificatórias.

VII - DAS PROVAS ORAIS

1. As provas orais versarão sobre pontos dos programas de Direito Penal, Civil, Constitucional, Administrativo, Tributário, Falimentar, Acidentário, Processual Penal, Processual Civil e Legislação Institucional.

2. Os candidatos sortearão o ponto 30 (trinta) minutos antes do início da arguição pela Comissão de Concurso.

3. O grau das provas orais corresponderá à média das notas de 0 (zero) a 10 (dez), atribuídas por matéria, considerando-se aprovado o candidato que obtiver, ao final, média igual ou superior a 5 (cinco).



VIII - QO_EBOGBAMA

1. PORTUGUÊS (Processo Seletivo Preambular). Questões gramaticais e sintaxe.

2. DIREITO PENAL (Processo Seletivo Preambular. Provas Escritas Definitivas e Prova Oral): Da aplicação da lei penal. Da lei penal no tempo e lei penal no espaço. Do crime. Da imputabilidade penal. Do concurso de pessoas. Das penas. Das espécies de pena. Da cominação das penas. Da aplicação da pena. Da execução da pena (Lei nº 7.210/84). Da suspensão condicional da pena. Do livramento condicional. Dos efeitos da condenação. Da reabilitação. Das medidas de segurança. Da ação penal. Da extinção da punibilidade. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra os costumes. Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública. Crimes de abuso de autoridade (Lei 4.898/65). Crimes previstos na Lei Antitóxicos (Lei 6.368/65). Crimes de imprensa (Lei 5.250/67). Crimes contra a economia popular. Crimes hediondos (Lei 8.072/90). Crimes contra a criança e o adolescente (Lei 8.069/90). Crimes contra o consumidor (Lei 8.078/90). Crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo (Lei 8.137/90). Crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais (DL 201/67). Crimes eleitorais. Contravenções Penais. Lei Antitruste (Lei 8.884/94).

3. DIREITO PROCESSUAL PENAL (Processo Seletivo Preambular. Provas Escritas Definitivas e Prova Oral). Princípios Gerais de Direito Processual Penal. Do inquérito Policial. Da ação penal. Da ação civil. Da competência. Das questões processuais incidentais. Das exceções. Do conflito de jurisdição. Da insanidade mental do acusado. Da prova. Do Juri e do Ministério Público. Do acusado. Do seu defensor. Do assistente. Dos auxiliares de justiça. Da prisão. Da liberdade provisória. Da prisão preventiva. Da prisão em flagrante. Da prisão temporária (Lei 7.960/89). Da liberdade provisória com ou sem fiança. Das citações e intimações. Da aplicação provisória de interdições de direitos e medidas de segurança. Da sentença. Do procedimento comum. Dos procedimentos especiais. Do procedimento sumário. Das nulidades e dos recursos em geral. Do "habeas corpus". Da execução penal (Lei 7.210/84). Da graça. Do indulto e da anistia. Disposições gerais do Código de Processo Penal.

4. DIREITO CIVIL (Processo Seletivo Preambular. Provas Escritas Definitivas e Prova Oral). Lei de Introdução ao Código Civil (art. 1º ao 7º). Das pessoas. Pessoa natural e pessoa jurídica. Dos fatos jurídicos. atos jurídicos. atos ilícitos. abuso de direito. prescrição e decadência. Direito da Família. casamento e seus efeitos jurídicos. regime de bens entre os cônjuges. anulação e nulidade do casamento. divórcio e separação judicial. união estável e seus efeitos jurídicos. tutela. curatela. ausência e adoção. relações de parentesco. alimentos. Direito das Coisas. posse. propriedade. Direitos das Obrigações. responsabilidade objetiva. responsabilidade subjetiva. responsabilidade do Estado. proteção do consumidor. Direito das



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Sucessões. Da sucessão em geral, sucessão legítima, sucessão testamentária. Registros Públicos. Lei nº 6.015/77. Latramento e Parcelamento do Solo Urbano. Lei nº 6.766/79. Direito Ambiental. Lei nº 7.347/85. Direito da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069/90. Apoio às Pessoas Portadoras de Deficiências. Lei nº 7.853/89.

5. DIREITO PROCESSUAL CIVIL (Processo Seletivo Preambular, Provas Escritas Definitivas e Prova Oral) Do Processo de Conhecimento, da jurisdição e da ação. Das partes e dos procuradores. Do Ministério Público no processo civil. Dos órgãos judiciários e dos auxiliares da Justiça, da competência, do juiz. Dos atos processuais, da forma, dos prazos, do lugar, das comunicações dos atos processuais, das nulidades, outros atos processuais. Da formação, suspensão e extinção do processo. Do processo e do procedimento, do procedimento ordinário, do procedimento sumaríssimo, da revelia, das provas, da audiência, a sentença e a coisa julgada. Dos recursos. Do processo de execução, da execução da prestação alimentícia, dos embargos do devedor, execução da Fazenda Pública. Do processo cautelar, das medidas cautelares. Dos procedimentos especiais, dos procedimentos especiais de jurisdição contenciosa, das ações possessórias, da ação de usucapião, do inventário e da partilha, da ação de prestação, dos procedimentos especiais de jurisdição voluntária, da separação consensual, dos testamentos e codicilos, da organização e da fiscalização das fundações. Da ação de alimentos. Do divórcio. Do mandado de segurança. Da ação popular. Da ação civil pública.

6. DIREITO CONSTITUCIONAL (Processo Seletivo Preambular e Prova Oral). Dos Princípios Fundamentais. Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. Dos Direitos Sociais. Dos Direitos Políticos. Dos Partidos Políticos. Da Organização do Estado. Da União, dos Estados, Federais e dos Municípios. Competências e Intervenção. Da Administração Pública. O Poder Legislativo. Estrutura, Funcionamento e Atribuições. O Processo Legislativo. As Espécies Normativas. O Poder Executivo. Atribuições e Responsabilidades do Presidente da República. O Poder Judiciário. Órgãos, Garantias e Competências. O controle da Constitucionalidade das Leis. Via incidental e Via Principal. A Inconstitucionalidade por Omissão. Aplicabilidade das Normas Constitucionais. O Ministério Público e demais Funções Essenciais à Justiça. Da Ordem Econômica e Financeira. Da Ordem Social, Da Educação e da Cultura, Do Meio Ambiente, Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso. Dos Índios. A Constituição do Estado de Santa Catarina. Do Poder Judiciário. Das Funções Essenciais à Justiça, Da Defesa do Consumidor, Do Meio Ambiente, Da Família, da Criança, do Adolescente, do Idoso e da Pessoa Portadora de Deficiência, Dos Índios.

7. DIREITO ADMINISTRATIVO (Prova Oral). Direito Público e Direito Privado. Direito Administrativo. Conceito. Administração Pública. Órgãos e Agentes Públicos. Princípios



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Básicos e Administração Pública: Uso e Abuso do Poder, Poderes Administrativos. Atto Administrativo: conceito, classificação e invalidação. Contrato Administrativo: princípios gerais, espécies e rescisão. Licitação. Serviços Públicos. Princípios gerais. Administração Direta e Indireta. Servidor Público. Domínio Público. Intervenção na propriedade e no domínio econômico. Responsabilidade Civil da Administração. Administração em Juízo. O controle da administração pelo Judiciário.

8. DIREITO TRIBUTÁRIO (Prova Oral) Sistema Tributário Nacional. Princípios gerais. Competência Tributária. Da Impostos da União, Estados e Municípios. Responsabilidade Tributária. Imunidade e Isenção. Crédito Tributário. Lançamento, suspensão, extinção. Privilégios. Anistia. Lei de Execução Fiscal.

9. DIREITO ACIDENTÁRIO E FALIMENTAR (Prova Oral) Acidente do Trabalho: conceito, abrangência, equiparação, tutelados, doenças profissionais e do trabalho, benefícios e serviços, procedimento judicial, intervenção do Ministério Público, prescrição. Falência: a concórdia, caracterização, natureza jurídica, processo judicial, direitos e deveres do falido, do concordatário e dos credores, os órgãos da falência, posição do Ministério Público, crimes falimentares.

10. LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL (Prova Oral) Princípios Institucionais do Ministério Público. Organização do Ministério Público. Investidura e mandato do Procurador-Geral de Justiça. Atribuições, prerrogativas e garantias dos membros do Ministério Público. Ingresso, confirmação e progressão na carreira. Correições e normas disciplinares.

IX - DO JULGAMENTO DAS PROVAS E DOS TÍTULOS

1. Encerradas as provas orais a Comissão do Concurso, em reunião secreta, procederá ao julgamento do concurso, apurando a nota final e apreciando, para efeito de classificação, os títulos apresentados pelos candidatos.

2. A nota final resultará da soma da média das notas obtidas nas provas escritas definitivas e da média obtida na prova oral, dividida por (dois).

3. Considerar-se-á aprovado o candidato que, reunido no exame psicotécnico, obtiver, ao final, nota igual ou superior a 5 (cinco).

4. Ocorrendo igualdade de notas, o desempate dar-se-á sucessivamente, em favor do candidato que tiver apresentado títulos e, por fim, em prol do candidato mais idoso.

5. Julgado o concurso, a Comissão anunciará o resultado, fazendo-o publicar no Diário da Justiça do Estado e encaminhará incontinenti ao Procurador-Geral de Justiça a nominata dos aprovados, segundo a ordem de classificação.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

6. Da decisão da Comissão de Concurso caberá recurso para o Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data da publicação do resultado no Diário da Justiça do Estado.

7. Cíbera ao Conselho Superior homologar o resultado final do concurso.

X - DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição implicará no reconhecimento, por parte do candidato, das presentes instruções e aceitação das condições do concurso.

2. As provas escritas serão numeradas, adotando-se método que impeça a respectiva identificação no momento da correção.

3. Para ser admitido à prestação de cada prova, o candidato deverá comparecer, convenientemente trajado, munido de inscrição e carteira de identidade, no local e hora previamente designados com, no mínimo, 15 (quinze) minutos de antecedência.

4. O concurso será eficaz por 2 (dois) anos contados da data da homologação do resultado pelo Conselho Superior.

5. A partir da publicação do resultado os candidatos aprovados disporão de 3 (três) dias para procederem à escolha das vagas, firmando-se a preferência de acordo com a ordem de classificação.

6. A posse coletiva dos nomeados realizar-se-á em sessão solene do Colégio de Procuradores de Justiça, em dia, hora e local previamente estabelecidos.

7. Todos os atos do Concurso serão registrados em atas.

8. Os casos omissos e duvidosos serão resolvidos pela Comissão de Concurso.

Florianópolis, 07 de julho de 1994


JOÃO CARLOS KURTZ
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Solicitação de Acesso à Informação n. 20.28.2171.0028401/2019-91

CERTIDÃO

Certifico que remeti o e-mail abaixo ao Solicitante:

E-mail: treicy.gs@gmail.com

Texto:

Prezada Treicy, em atendimento a sua solicitação de informação, segue em cópia todo os editais de Concursos para a Carreira de Membro do Ministério Público de Santa Catarina ausentes em sua lista.

Atenciosamente, Kátia de Jesus Wermelinger
Analista do Ministério Público

Florianópolis, 05 de Setembro de 2019

Setor de Atendimento ao Cidadão

Solicitação de Acesso à Informação n. 20.28.2171.0028401/2019-91

CERTIDÃO DE ARQUIVAMENTO

Certifico que a Solicitação de Acesso à Informação foi arquivada pois todas as medidas cabíveis foram adotadas.

Florianópolis, 05 de Setembro de 2019

Setor de Atendimento ao Cidadão